

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Instituto de Geociências
Programa de Pós-graduação em Geografia

Laís Grossi de Oliveira

ESPAÇO, MEMÓRIA E LUTA:
ativismos e práticas espaciais em Belo Horizonte (1960 a
1983)

Belo Horizonte

2023

Laís Grossi de Oliveira

ESPAÇO, MEMÓRIA E LUTA:

ativismos e práticas espaciais em Belo Horizonte (1960 a 1983)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de concentração: Organização do espaço

Linha de pesquisa: Produção do Espaço, Ecologia, Política, Cultura, Educação em Geografia

Orientadora: Heloisa Soares de Moura Costa

Coorientadora: Junia Maria Ferrari de Lima

Belo Horizonte

2023

G878e
2023

Grossi de Oliveira, Laís.

Espaço, memória e luta [manuscrito] : ativismos e práticas espaciais em Belo Horizonte (1960 a 1983) / Laís Grossi de Oliveira. – 2023.
181 f., enc.: il. (principalmente color.)

Orientadora: Heloisa Soares de Moura Costa.

Coorientadora: Junia Maria Ferrari de Lima.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2023.

Área de concentração: Organização do Espaço.

Linha de pesquisa: Produção do Espaço, Ecologia, Política, Cultura, Educação em Geografia.

Bibliografia: f. 170-181.

1. Historiografia – Teses. 2. Ditadura – Arquivos – Teses. 3. Ativismo – Teses. 4. Belo Horizonte, Região Metropolitana de (MG) – Teses. I. Costa, Heloisa Soares de Moura. II. Ferrari Lima, Junia Maria. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Geociências. IV. Título.

CDU: 930(815.1):321.64



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
COLEGIADO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

"ESPAÇO, MEMÓRIA E LUTA: ATIVISMOS E PRÁTICAS ESPACIAIS EM BELO HORIZONTE (1960 A 1983)"

LAÍS GROSSI DE OLIVEIRA

Tese de Doutorado defendida e aprovada, no dia **30 de outubro de 2023**, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores:

Gabriela Leandro Pereira

UFBA

Philippe Maurice Hugo Marie Urvoy de Portzamparc

Université Paris 8

Júnia Maria Ferrari de Lima

UFMG

Rita de Cássia Lucena Velloso

UFMG

Felipe Nunes Coelho Magalhães

IGC/UFMG

Heloísa Soares de Moura Costa- Orientadora

IGC/UFMG

Belo Horizonte, 30 de outubro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Heloísa Soares de Moura Costa, Professor(a)**, em 01/11/2023, às 14:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Junia Maria Ferrari de Lima, Professora do Magistério Superior**, em 01/11/2023, às 18:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Nunes Coelho Magalhaes, Professor do Magistério Superior**, em 03/11/2023, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cassia Lucena Velloso, Professora do Magistério Superior**, em 24/11/2023, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Philippe Maurice Hugo Marie Urvoy de Portzamparc, Usuário Externo**, em 01/12/2023, às 13:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Leandro Pereira, Usuário Externo**, em 01/12/2023, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2724459** e o código CRC **BDEC3044**.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto da contribuição de uma rede de apoio e de afetos que eu posso me orgulho de ser gigante. Sem essas pessoas todas eu nunca teria conseguido.

Primeiro eu gostaria de agradecer à Heloisa e à Junia, orientadoras pacientes e generosas que sabem acolher a vida que acontece para além da escrita. À Gabriela Gaia e Felipe Magalhães, que contribuíram enormemente ao trabalho desde a banca de qualificação. Rita, Phillipe, Geraldo e Luciana pela leitura atenta.

Queria agradecer também à família e amigas, minhas maiores leitoras e interlocutoras: Gabi, Leta (vulgo minha mãe), Mari Moura, Núria, Thaís, Pri Musa, Virgílio...

Aos colegas do Capes-Stint: Além de Rita, Phillipe e Pri, Marina, os Thiagos, Clarissa, Vivian, e aos colegas da Uppsala Univesitet.

Queria também agradecer às pesquisadoras e pesquisadores que deixaram, como diria Maria Aparecida Moura, “boas esperas” para mim e outros colegas. Às incansáveis servidoras e servidores que trabalham nos arquivos públicos e que tiveram que se adaptar com a pandemia, e que diariamente lutam com a falta de equipamentos, obras, trocas de gestão, problemas técnicos e afins.

Agradeço ainda à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo apoio financeiro para o doutorado sanduíche no exterior e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (ppgg), sua coordenação e secretaria pelo apoio.

Finalmente, gostaria de agradecer a todas aquelas e aqueles que lutaram, lutam e lutarão. No fundo, este trabalho é uma singela homenagem a vocês.

RESUMO

A cidade é fruto da construção coletiva de diferentes agentes, classes e grupos. No entanto, a historiografia dominante e os arquivos que reúnem os documentos que a subsidiam, não por acaso, ainda priorizam as narrativas de parte dos sujeitos: aqueles aos quais foram atribuídos direitos à voz, à palavra, à imagem e à memória. Dentre os ausentes e silenciados, busco historicizar as lutas e ativismos em Belo Horizonte e sua Região Metropolitana com atuação entre 1960 e 1983. A análise assenta-se em três pilares: as próprias lutas (suas pautas, formas de organização e sujeitos); sua apropriação do espaço como parte de um repertório de ação e o contexto histórico em que se desenvolveram. Busca-se identificar as diferentes formas nas quais espaço e ativismos se articularam, afim de compreender como e porque determinados espaços da capital mineira e certas práticas espaciais de resistência, de valorização e de luta são escolhidos por agentes e grupos sociais em busca de publicizar suas demandas. Ao lidarmos com os ativismos do passado, os significados atribuídos ao espaço e suas formas de apropriação, o primeiro problema a ser enfrentado é sua invisibilidade ou ausência na historiografia oficial. Diante disso, foram utilizados como ponto de partida os arquivos dos Fundos do DOPS/MG e da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Minas Gerais, SESP/MG. A tais narrativas, foram incorporados ainda relatos colhidos por outras pesquisadoras e pesquisadores e biografias ou autobiografias de militantes ou grupos com atuação no período de análise. Intenta-se, portanto, criar costuras e reparos na historiografia de Belo Horizonte e Região Metropolitana a partir da recuperação histórica de suas lutas e ativismos.

Palavras-chave: ativismo; historiografia urbana; arquivos; Belo Horizonte

ABSTRACT

The city results from the collective efforts of various agents, classes, and groups. However, the dominant historiography, along with the archives that compile supporting documents, not by chance, continues to prioritize the narratives of a specific subset of individuals: those to whom rights of voice, word, image, and memory have been bestowed. Among those who remain absent and silenced, I seek to historicize the struggles and activism that unfolded in Belo Horizonte and its Metropolitan Region between 1960 and 1983. This analysis is anchored in three key pillars: the struggles themselves (comprising their agendas, modes of organization, and participants); their utilization of space as an integral part of their strategic toolkit; and the historical context within which they unfolded. The aim is to uncover the various ways in which space and activism intersect, seeking to comprehend how and why certain spaces within the capital of Minas Gerais are chosen, as well as specific spatial practices of resistance, valorization, and struggle by indeterminate agents and social groups aiming to amplify their demands. When addressing past activism, including its strategies for appropriating space and the associated meanings, the primary challenge arises from its invisibility or omission within official historiography. Therefore, the archives of the DOPS/MG Fund and the Minas Gerais State Secretariat for Public Security Fund SESP/MG serve as initial reference points. In addition, we integrated reports compiled by fellow researchers, as well as the biographies or autobiographies of activists or groups that were active during the analysis period, into these narratives. Consequently, the intention is to create connections and rectify the historiography of Belo Horizonte and the Metropolitan Region, drawing upon the historical recovery of their struggles and activism by an indeterminate collective.

Keywords: activism; urban historiography; archives; Belo Horizonte.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1. Capturas de tela da plataforma digital espaço, memória e luta. Na imagem podemos ver a linha do tempo em que foram sistematizados os eventos e seu mapeamento. 19
- Figura 2. Espaços ocupados por ativismos em Belo Horizonte. Fonte:Elaboração própria22
- Figura 3. Avenida Afonso Pena, 1963 24
- Figura 4. Detalhe do Desfile de 7 de setembro na Avenida Afonso Pena, 1963 25
- Figura 5. Igreja São José, 1926 26
- Figura 6. Praça Rio Branco, 1961-65 (data provável) 27
- Figura 7. Avenida Afonso Pena, 1965 27
- Figura 9. Praça Rio Branco, 1967 28
- Figura 8. Praça da Liberdade, 1973 28
- Figura 10. Igreja São José, 1963 29
- Figura 11. DOPS, 1965 29
- Figura 12. Praça Sete, 1963-70 (data provável) 30
- Figura 13. Pichações na Prefeitura, 1968. 33
- Figura 14. Avenida Afonso Pena, 1984 33
- Figura 15. "Praça" General Carneiro, 2011 42
- Figura 16. Frames do vídeo Implosão Lagoinha 59
- Figura 17. Praça Sete, 1963-70 (data provável) 80
- Figura 18. Planta geral da cidade de Belo Horizonte (1895) 84
- Figura 19. Espaços focais da nova capital detalhe da Planta geral da cidade de Belo Horizonte (1895) 87
- Figura 20. Praça da Liberdade 88
- Figura 21. Praça da Estação 90
- Figura 22. Faixa implantada do Plano Urbanístico nos primeiros anos da capital. 93
- Figura 23. Acréscimo de construções nas zonas Urbana, Suburbana e colonial (rural) 95
- Figura 24. Evolução da mancha urbana em Belo Horizonte 1900-1920 96
- Figura 25. Avenida Afonso Pena, 1963-65 (data provável) 98

Figura 26. Praça Rio Branco	101
Figura 27. Mulheres do Movimento Contra a Carestia em Brasília em 1978	109
Figura 28. Espaços mais apropriados durante o primeiro ciclo	111
Figura 29. Auditório da Secretaria de Saúde	112
Figura 30. 1º Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas	114
Figura 31. Trajeto da passeata dos motoristas por melhorias salariais	116
Figura 32. Auditório da Secretaria de Saúde	118
Figura 33. Locais escolhidos para a encenação da peça Água e Fogo	120
Figura 34. Um dos cartazes apreendidos, de autoria dos Servidores Municipais	122
Figura 35. Praça Rio Branco 1969	125
Figura 36. Ciclo 1 (1960-64)	131
Figura 37. Marcha da Vitória na Avenida Afonso Pena em 1964.	132
Figura 38. Detalhe da imagem anterior	133
Figura 39. Igreja São José	134
Figura 40. Espaços mais apropriados durante o segundo ciclo.	136
Figura 41. Protestantes na Faculdade de Direito	137
Figura 42. Trajeto da Passeata do Calouro antes da repressão	138
Figura 43. Repressão à Passeata do Calouro na entrada da Igreja São José	139
Figura 44. Passeata do silêncio	140
Figura 45. Matéria do Diário de Minas em 28 de julho de 1966	142
Figura 35: Ciclo 2 (1966-68)	150
Figura 46. Espaços mais apropriados durante o terceiro ciclo	152
Figura 47. Polícia invade antigo prédio da FAFICH em 1968	153
Figura 48. Lista dos estudantes processados pela tentativa de organização do III Encontro Nacional dos Estudantes publicada na mídia à época.	155
Figura 49. Ciclo 3 (1979-83)	161
Figura 50. Passeata do Dia Internacional da Mulher, 1983	167
Figura 51. Passeata do Dia Internacional da Mulher, 1983	167
Figura 52. Concentração Marcha do 8M, 2023	168
Figura 53. Marcha do 8M, 2023	169

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP - Ação Popular

APM - Arquivo Público Mineiro

APBH - Arquivo Público de Belo Horizonte

CET - Centro de Estudos do Trabalho

CODI - Centro de Operações de Defesa Interna

COLINA - Comandos de Libertação Nacional

Copasa - Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Cemig - Companhia Energética de Minas Gerais

CPC - Centro Popular de Cultura

CUTAL - Central Única dos Trabalhadores da América Latina

DA - Diretório Acadêmico

DI-GB - Dissidência Universitária da Guanabara

DOI - Destacamento de Operações de Informações

DCE - Diretório Central dos Estudantes

DOPS/MG - Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais

ENE - Encontro Nacional de Estudantes

ESG - Escola Superior de Guerra

ESAB - Escola Superior de Administração de Negócios

EUA - Estados Unidos da América

FACE - Faculdade de Ciências Econômicas

FAFICH - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

FAREM - Federação das Associações Rurais do Estado de Minas

FMP - Frente de Mobilização Popular

FUMEC - Fundação Mineira de Educação e Cultura

GETEC - Grupo de Estudos e Trabalho de Educação em Comunidades

GAC - Grupo Anti-Comunista

IAB-MG - Instituto de Arquitetos do Brasil, Seção Minas Gerais

IAPC - Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes

IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEPHA - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IPES - Instituto de Pesquisa e Estudo Sociais

MAC - Movimento Anti-comunista

MHAB - Museu Histórico Abílio Barreto

MC - Mestre de Cerimônias

Metrobel - Companhia de Transportes Urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte

MIS BH - Museu da Imagem e do Som de Belo Horizonte

PACE - Projeto da Área Central

PBH - Prefeitura de Belo Horizonte

PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PC - Polícia Civil

PM - Polícia Militar

Probus - Programa de Transporte Público por Ônibus

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

RMBH - Região Metropolitana de Belo Horizonte

Sagmacs - Sociedade para a Análise Gráfica de Mecanográfica Aplicada aos Processos Sociais

SE - Secretaria de Estado

SEESP - Secretaria de Estado de Ensino Superior e Pesquisa Científica

SESP/MG - Secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais

Sindieletro - Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais

SJPMG - Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais

Telemig - Telecomunicações de Minas Gerais S/A

UDC - União de Defesa Coletiva

UEC - União de Estudantes Católicos

UEE - União Estadual Estudantil

UMES - União Metropolitana de Estudantes Secundários

UNE - União Nacional dos Estudantes

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UDN - União Democrática Nacional

SUMÁRIO

Introdução	13
CAPÍTULO 1 Arquivo, historiografia, memória	22
A presença/ausência dos ativismos e suas práticas espaciais nos arquivos oficiais	31
Mecanismos de construção da história e dos arquivos	34
Os arquivos da repressão	39
O DOPS/MG, a SESP/MG e seus arquivos	43
Os dispositivos de repressão e controle	47
Reescrever a historiografia urbana (ou Como encontrar os ativismos na história?)	51
CAPÍTULO 2 Historicizar as práticas espaciais	60
Ciclos de protestos e seus repertórios	62
Ciclos de protesto e vida cotidiana	65
Os ciclos - contexto 1960-64, 1966-68, 1979-83	68
Ciclo 1 - 1960 a 1964	68
Ciclo 2 - 1966-1968	70
Ciclo 3 - 1979-1983	72
CAPÍTULO 3 Espacializando as lutas	75
Belo Horizonte, cidade planejada e seu desenvolvimento urbano	81
CAPÍTULO 4 Os ciclos em Belo Horizonte e suas práticas espaciais	104
Ciclo 1 (1960-1964)	104
Ciclo 2 (1966-1968)	132
Ciclo 3 (1979-1984)	151
Considerações finais	165
Referências	170

Introdução

A cidade, seus espaços e os significados a eles atribuídos são coletivamente produzidos por distintos atores, classes e grupos. No entanto, a historiografia dominante¹ e os arquivos que reúnem os documentos que a subsidiam ainda priorizam as narrativas produzidas por somente parte dos sujeitos: aqueles cujos direitos à voz, à palavra e à imagem foram atribuídos. Dentre os atores silenciados, é de meu interesse nesta pesquisa historicizar as lutas e os ativismos em Belo Horizonte no período compreendido entre os anos 1960 e 1983. Utilizarei o termo ativismos sociais para referir-me aos atores coletivos aqui investigados, aderindo à definição de Marcelo Lopes de Souza e Glauco Rodrigues que delimitam a categoria como ações coletivas reivindicatórias de maneira ampla. Ela engloba, assim, desde agendas mais “paroquiais” àquelas que trazem a transformação da ordem social como horizonte (2004, p.82). Os chamados movimentos sociais integram tal categoria, sendo, no entanto, um tipo específico de ativismo com agendas mais amplas e ambiciosas². Proponho uma análise que se assenta em três pilares: as próprias lutas (suas pautas, formas de organização e sujeitos), sua apropriação do espaço como parte de um repertório de ação e seu contexto histórico.

Esta pesquisa visa contribuir para suprir lacunas teóricas sobre o tema dos ativismos urbanos ao focar uma análise histórica e espacializada das lutas em Belo Horizonte. O espaço é mais do que um palco onde são travadas as relações sociais, assim como o tempo é mais do que apenas algo a ser explorado de maneira contextual. É necessário reconhecer que as lutas constituem uma determinada temporalidade e são produtos históricos, ou seja, resultados e desdobramentos de ações pretéritas, mas que são também produtoras em potencial de rupturas ou transformações e, assim, de espacialidades futuras (Rodrigues, 2019, p.10). Da mesma forma, é necessário também espacializar as lutas e reconhecer as maneiras como ativismos e espaço interagem. Isso significa mais do que somente localizá-los no mapa. Trata-se de buscar “recorrências” das práticas espaciais adotadas, bem como o que é por elas ativado. Para Glauco Rodrigues (2019, p.10), “O conflito sempre se materializa no espaço e é, assim, produto de determinada espacialidade”. Ao mesmo tempo, tais conflitos produ-

1 Adotarei aqui a distinção entre história e historiografia, proposta por Marina Waisman (1990, p.4). Para a autora, a primeira seria definida como “a realidade dos acontecimentos [...] a sucessão dos fatos [...]”, enquanto a segunda refere-se “à interpretação ou caracterização do fato histórico [...] que, por fim, levarão ao juízo histórico, ao significado que lhe é atribuído pelo historiador.” (Waisman, 1990, p. 4).

2 Outra característica também recorrentemente atrelada à categoria dos movimentos sociais na literatura acadêmica é a ideia da duração de uma mobilização ao longo do tempo em contraposição aos detentores do poder ou outros oponentes. Isso aponta para a existência de uma identidade coletiva conectando tais indivíduos

zem espacialidades (temporárias ou duradouras), junto ao desejo de outras formas de organização do espaço, ou seja, traçam horizontes de transformação da sociedade e de seus espaços. Assim, em última análise, o conflito seria a expressão de territorialidades distintas em disputa.

Na busca por registros desses ativismos e suas interações com o espaço em Belo Horizonte, deparei-me com o silêncio. Mesmo nos casos de espaços cuja memória de atrela às lutas, o que encontrei foram apenas representações em que luzem os mesmos atores: o Estado e seus representantes, as forças armadas, a Igreja. A população de “gente comum” aparece somente nas margens, expectadora dos grandes feitos. A invisibilidade da temática na historiografia oficial, é também reflexo da ausência desses sujeitos e suas ações nos arquivos, que foram constituídos desde os juízos daqueles que detêm o poder de avaliar os documentos e narrativas que merecem ser resguardados. Esses vazios, mais que atestarem a inexistência de outras perspectivas e subjetividades para além do discurso dominante, parecem reforçar a necessidade de revisão do pensamento e do método que produzem tal conhecimento e, junto com isso, do fazer e pensar historiográfico.

Outras pesquisadoras e pesquisadores também se depararam com esses silêncios, deixando pistas de como encontrar resquícios das ações ou populações silenciadas. Uma das fontes por eles apropriadas foram os documentos produzidos nas instituições do aparato repressivo do Estado (ver Pereira 2019; Urvoy, 2015;2020 e Oliveira, 2010). Ironicamente, aqueles responsáveis por apagar, reprimir e controlar, contribuem, hoje, para atestar a existência de narrativas dissonantes. Eles são ainda detentores de documentos e registros que se não tivessem sido apreendidos, jamais teriam chegado aos dias de hoje.

Entretanto, o acesso aos documentos produzidos por órgãos de segurança e vigilância é restringido sob vários argumentos. Conforme alerta a historiadora Beatriz Kushnir (2006), quando trabalhamos com arquivos, sobretudo os policiais, é tênue a fronteira entre “o que é público para o corpo social e o que fere a dimensão privada da história de cada cidadão” (2006, p.48). Isso, não raramente coloca pesquisadoras e pesquisadores entre o dilema de escancarar as informações recolhidas pelo Estado em sua tentativa de vigilância e controle social e o de preservar a vida privada daqueles que tiveram sua existência – violentamente – vigiada pelo Estado e seus aparatos (2006, p.48).

A disponibilidade de documentos foi determinante de meu recorte temporal, circunscrevendo-o ao período de existência do Departamento de Ordem e Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais – o DOPS/MG – que teve seu acervo disponibilizado à consulta pública em 1998.

Foram utilizados os arquivos dos Fundos do DOPS-MG e da Secretaria de Estado da Segurança Pública, ambos sob guarda do Arquivo Público Mineiro (APM). Enquanto no primeiro fundo estão reunidos parte dos documentos produzidos pelo órgão governamental atuante entre 1924 e 1983, cujo objetivo era assegurar a “ordem social” por meio da vigilância e controle de atividades políticas e dos movimentos sociais; o segundo agrupa documentos produzidos pela Secretaria de Segurança do Estado de Minas Gerais entre 1926 e 1985. Em 1979, com o processo de reabertura política, o DOPS perdeu força e a Secretaria assumiu parte de seu trabalho de vigilância aos ativismos.

Aos arquivos da repressão foram incorporadas imagens e outros registros encontrados nos arquivos oficiais e documentos produzidos pela imprensa à época. De maneira a matizar a narrativa hegemônica sustentada por esses documentos, lancei mão de relatos colhidos por outras pesquisadoras e pesquisadores - sobretudo trechos de interlocuções disponibilizados por Priscila Musa (2022) e Philippe Urvoy (2020) - e biografias ou autobiografias de militantes ou grupos com atuação no período de análise, a saber: Fafich, por Clara Arreguy; Depoimento de um torturado, por Dimas Perin; Seu amigo esteve aqui, de Cristina Chacel, sobre o desaparecido político Carlos Alberto Soares de Freitas; “Minha vida é andar por esse país...”: Memórias, militância e vida de Gelson Alexandrino da Silva; e A Queda: Rua Atacarambu, 120 de Antônio Nahas Júnior, sobre o grupo guerrilheiro COLINA, que nasceu em Belo Horizonte.

Para a sistematização dos documentos, tomei emprestado o conceito do sociólogo americano Sidney Tarrow de ciclos de protestos, entendidos como momentos em que quebras nas rotinas de disputa política já estabelecidas fazem com que o conflito se expanda a todo o tecido social. Ou seja, tratam-se de períodos em que as ações contestatórias extrapolam o universo restrito de grupos ativistas repercutindo para a totalidade social. Assim, diversos processos reivindicatórios eclodem em um curto período de tempo, geralmente com diferentes atores e agendas. Nesta tese foram delimitados três ciclos de protestos: ciclo 1 - de 1960 até o golpe civil-militar de 1964; ciclo 2 - de 1966, quando emergem diversas ações contrárias ao regime militar, até 1968, quando é promulgado o AI-5; e ciclo 3 - do final dos anos 1970, quando se inicia um lento processo de reabertura política, até a 1983, com o movimento pelas Diretas-Já.

Por meio dessas fontes, busquei identificar as diferentes formas como espaço e ativismos se articularam durante o período de análise, de maneira a compreender como e porque determinados espaços e práticas espaciais são escolhidos pelos atores sociais para publicizar suas demandas em um determinado período. Parte da resposta pode ser encontrada no passado e nos sentidos históricos que se construíram em torno de determinados espaços e práticas; parte se relaciona às escolhas estratégicas de um espaço específico pelos grupos; e parte ainda se relaciona às formas de organização (ou também à falta delas) dos sujeitos coletivos. Ou seja, tais ações constituem-se, simultaneamente, por características dos atores coletivos que as empreendem e da sociedade em que se inserem, do espaço que as suporta e do tempo em que ocorrem. É, portanto, necessário romper com a perspectiva corrente em relação aos ativismos em que espaço e tempo são explorados – conforme alerta Glauco Rodrigues – apenas como “referência distante ou burocrática [...] molduras ou palcos, que pouco ou nada acrescentam à análise de determinada questão.” (Rodrigues, 2019, p.5). Implica reconhecer que as lutas sofrem influências de seu contexto histórico e dos espaços em que elas ocorreram e, da mesma maneira, as lutas também os influenciam. Uma perspectiva histórica e espacializada na análise dos ativismos sociais faz emergir, como reflete o geógrafo Marcelo Silva, uma “outra forma de se compreender o processo de formação do território e da produção social do espaço” (Silva, 2012, p.9), pois acolhe o papel transformador das lutas sobre o espaço e sobre o contexto histórico. Isso vem a questionar a historiografia dominante, centrada, em geral, nos grandes feitos, atores e obras.

Belo Horizonte, cidade planejada e construída no final do século XIX, apresenta-se como um caso emblemático para explorar as relações que se estabelecem entre espaço, temporalidade e ação social. Sobre essa discussão, as análises de Heliana Angotti-Salgueiro (1997) e Berenice Guimarães (1991) são referências imprescindíveis por seu pioneirismo, e também pela rica reconstituição da história urbana da nova capital. Enquanto a primeira centra-se, sobretudo, na cidade idealizada e produzida pelos sujeitos “oficiais” da Comissão Construtora, a segunda foca-se na cidade paralela, aquela que se produziu para além e apesar do Plano. Ambas as pesquisadoras demonstram que o plano da nova capital, elaborado ao final do século XIX por Aarão Reis, se concentrava na demonstração de um Estado forte e centralizado no e pelo espaço da nova capital, como forma de contribuir para a aceitação social do recém-instituído governo republicano no Brasil¹. Andreia Moreno e Tarcísio Vago

¹ Importante ressaltar que a república, naquele contexto, se restringia a uma elite política e ligada ao aparato burocrático da nova capital. E, ainda, como nos lembra Heliana Angotti-Salgueiro (2021), a nova república era de caráter autoritário. Exemplo disso é que, entre a concepção e a inauguração da capital, apenas um de seus

(2011) agregam ainda o intento de condicionar corpos e atitudes alinhados aos ideais de modernidade da nova capital.

Nem todo espaço é carregado de um significado simbólico a priori mas, Belo Horizonte foi planejada para, por meio de estratégias objetivas e estéticas, representar e materializar no cotidiano de seus habitantes os ideais da nova república que buscava se estabelecer naquele momento (Guimarães, 1991). O desenho urbano que traduzia os ideais de modernidade, priorizava aspectos como a circulação - de mercadorias e de pessoas - o saneamento, a ortogonalidade, a regularidade do traçado urbano e a segregação e o controle de atividades e classes sociais. Foi ainda fundamental à representação do poder estatal no espaço, a localização das edificações oficiais (como a sede do governo, suas secretarias e o quartel militar), enfatizados por meio de eixos visuais (Guimarães, 1991).

Não havia lugar na nova capital para as manifestações populares. Pelo contrário, elas foram entendidas como prejudiciais à cidade e à sua organização, ao funcionamento e circulação de pessoas, veículos e mercadorias (Angotti-Salgueiro, 1997). Ao tomarem aqueles espaços projetados como representações do poder do Estado ao longo da história de Belo Horizonte, os ativistas subverteram e ainda subvertem a territorialidade ali imposta, produzindo lugares e territórios que negam, temporariamente ou de formas mais permanentes, a lógica dominante.

Como se pretendeu evidenciar nesta tese, os principais espaços escolhidos pelos manifestantes foram justamente aqueles de representação do poder do Estado e do poder econômico: a Praça da Liberdade, local da sede do governo do estado, a Prefeitura e a Praça Sete de Setembro, esta última, principal centro comercial e nó viário do município. É também um espaço recorrente para manifestações públicas a avenida de maior representatividade no Plano Original, a Afonso Pena. Ela foi a única projetada por Arão Reis com 50 metros de largura intencionando “fazer dela o centro obrigatório da cidade” (Reis, 1895, citado por Salgueiro 1997, p. 274). É onde se encontra a sede da Prefeitura, a Praça Sete e a Praça Rio Branco e a antiga Feira Permanente de Amostras, local onde hoje localiza-se a Rodoviária.

Importante ressaltar que este trabalho não se centra na historiografia de Belo Horizonte, assunto que foi discutido de maneira exemplar em outros trabalhos. Tampou-

três governadores republicanos foi eleito por voto direto, em um pleito no qual o acesso ao voto era vetado para grande parte da população da cidade: não votavam mulheres, menores de 21 anos, mendigos, padres, soldados e analfabetos (Angotti-Salgueiro,1997).

co pretende-se construir um relato exaustivo de todos os ativismos identificados nos arquivos e fontes consultadas. Apropriei-me de parte deles para tecer uma narrativa possível. Uma narrativa, construída a partir das peças que pude reunir e vistas desde meu lugar de mundo. Reconheço que o cenário aqui apresentado é somente uma parte do quadro geral, delimitado a partir da soma dos documentos que pude identificar e acessar e dos encontros que me atravessaram. Milhares de outros encadeamentos dessas mesmas informações e fragmentos reunidos são possíveis.

Pensando na disponibilização das informações escavadas nas diversas fontes e que me serviram direta ou indiretamente a este texto, a construção de uma plataforma digital apresentou-se como possibilidade. Além de reunir novos dados, e na expectativa de contornar o silenciamento sistemático que se perpetua na historiografia e nos próprios arquivos, foram unificadas e disponibilizadas nessa plataforma todas as informações reunidas desde minha primeira aproximação com a temática dos ativismos em 2014, tornando-as acessíveis para a comunidade acadêmica e para o público em geral.

ativismos e práticas espaciais em Belo Horizonte

(1960 a 1983)

mapa linha do tempo | 1960 - 1983 |



Tabalhadores Favelados
I Congresso dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte Auditório da Secretaria de Saúde e Assistência Social Maio de 1962 Fotografia não identificada | Fundo DOPS/MG

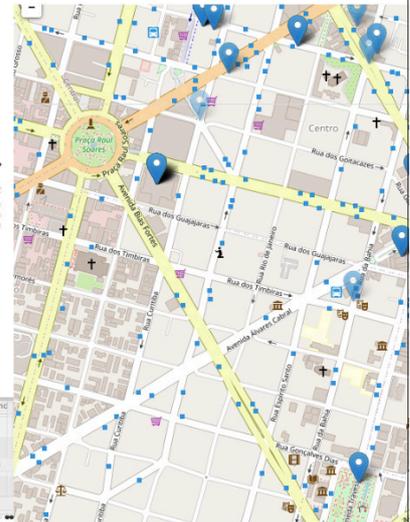


APRIL 24, 1962
Fomeiras nas escolas durante greve estudantil

Realização do I Congresso de Trabalhadores Favelados de BH

Realização do I Congresso de Trabalhadores Favelados de BH nos dias 28 e 29 de abril de 1962. Inserido no contexto das reformas de base, o evento tinha como tópicos o direito à moradia e a reforma urbana. O evento foi promovido pelo movimento favelado, naquele momento organizado pela Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte (FTFBH) e pelas União de Defesa Coletivas (UDC). Ao longo do evento, foi produzido um memorial a ser entregue às autoridades. Esse documento reunia demandas por armamento, instalação de bicas de água, escolas e postos médicos, o fim dos despejos e afins (Oliveira, 2021, p.21)

MAY 2, 1962
Concentração contra a Careta de vida



arquivo memória luta

Esta pesquisa insere-se no contexto da historiografia urbana, especialmente quanto às lutas e disputas protagonizadas no espaço cidadão, e cujas narrativas se constituem como importantes referências para a compreensão do território. Com o foco em Belo Horizonte e Região Metropolitana, temos a seguinte questão norteadora: a cidade é fruto da construção coletiva de diferentes atores, classes e grupos. No entanto, as narrativas historiográficas dominantes, bem como os arquivos que as subsidiam, silenciam, em geral, contribuições de parte da sociedade. Como, então, fazer emergir outras narrativas de maneira a combater visões históricas parciais e homogeneizantes a respeito da cidade? Como dar visibilidade às ações ordinárias que produzem cotidiana, coletiva e silenciosamente a cidade e seus sentidos? Nesse sentido, esta pesquisa propõe, nos arquivos policiais do DOPS-MG e da SESP-MG, a identificação, sistematização e mapeamento dos materiais que trazem narrativas de lutas pela constituição, construção e apropriação da cidade por seus habitantes. Ao tornar acessíveis tais narrativas acreditamos contribuir para o avanço dos estudos sobre as lutas e disputas pelo espaço urbano. Outrossim, espera-se também, ao dar aporte para as narrativas que contestam o caráter absoluto da historiografia urbana dominante – dentro e fora do meio acadêmico –, ampliar a imaginação política e a compreensão do fenômeno urbano.

Endereço

Escola de Arquitetura
Universidade Federal de Minas Gerais
Rua Paraíba, 697 - Savassi
Belo Horizonte, Minas Gerais - Brasil

arquivoshistoricos.bh@gmail.com
Tel: (31) 3409-8843

Fale Conosco

Name

Email

Digite sua mensagem aqui...

Figura 1. Capturas de tela da plataforma digital espaço, memória e luta. Na imagem podemos ver a linha do tempo em que foram sistematizados os eventos e seu mapeamento.

Fonte:Elaboração própria

O registro de informações sobre os ativismos seguiu também durante o doutorado, agora com acesso às fontes primárias nos arquivos públicos já mencionados. Com as novas fontes aqui investigadas, avancei na compreensão do universo em questão, sobretudo no que diz respeito às relações entre o espaço e os ativismos, aspecto em geral ainda pouco explorado na literatura que discute o tema.

A construção dessa plataforma andou em paralelo com o processo de pesquisa e contou com o auxílio de bolsistas de graduação. Na linha do tempo digital, os eventos são apresentados com um título, um pequeno resumo e imagens (quando existentes). Os eventos estão ainda conectados à sua localização no espaço.

A tabela que alimenta a plataforma digital segue sendo alimentada, e hoje conta com 683 eventos registrados, que vão de janeiro de 1960 (evento mais antigo) a fevereiro de 1984 (evento mais recente). Para cada um deles são especificados, sempre que disponíveis, as datas exatas da ocorrência, os atores envolvidos e as práticas adotadas. Do mesmo modo, os eventos registrados podem, por certo, ser consultados segundo sua localização. Isso permite analisar de maneira entrecruzada as mudanças espaciais no decorrer dos anos e dos ativismos pela região metropolitana.

Antes de começarmos, faço um último alerta a respeito da estrutura desta tese. Ao invés da tradicional divisão entre teoria e caso(s) empírico(s), optei por mobilizar os conceitos conforme eles se apresentem necessários para a compreensão do caso de Belo Horizonte, seus ativismos e suas formas de apropriação do espaço. Junia Ferrari (2017) denominou esses conceitos em sua tese como ferramentas de percurso.

Esta tese estrutura-se em 4 capítulos. No primeiro Capítulo - Arquivo, historiografia, memória - discuti a dificuldade em recuperar na história a contribuição de determinados grupos e sujeitos. Os silêncios com os quais eu e outras pesquisadoras e pesquisadores nos deparamos, anuncia os processos violentos em que são constituídas as narrativas dominantes e também aos arquivos que as sustentam. Como resultado deste mesmo processo, às ausências da dissidência nos arquivos feitos para luzir, somam-se à profusa presença desses mesmos grupos e sujeitos nos arquivos policiais. Ironicamente, os arquivos produzidos pelos órgãos responsáveis por eliminar tais sujeitos e por impossibilitar sua ação, considerada “subversiva”, são hoje importantes fontes para trazer à tona sua presença na história. Partindo deste princípio, escolhi trabalhar com os arquivos produzidos por dois órgãos repressivos com atuação em Belo Horizonte: O DOPS/MG e a SESP/MG. A disponibilidade desse material condicionou a delimitação do período de análise (de 1960 a 1983). Nesse capítulo discuto ainda a lógica de atuação dos órgão de repressão que geraram os documentos

consultados. Criados durante a guerra fria, as mentalidades de seus agentes foram moldadas pela ideia de inimigos internos e externos a serem vigiados e reprimidos.

No capítulo 2 - Historicizar as práticas espaciais - apresento as estratégias utilizadas para sistematização dos dados acumulados sobre os ativismos em Belo Horizonte. Para tal, são mobilizados os conceitos de ciclos de protesto do sociólogo inglês Sidney Tarrow e de repertório, do sociólogo americano Charles Tilly. Essa abordagem se torna especialmente interessante ao considerar que o conjunto de táticas empregadas em processos de mobilização coletiva configura repertórios específicos de um determinado tempo e espaço; e que, as ações coletivas devem ser entendidas em conjunto no tempo, como parte de processos mais amplos de questionamento político-social que configuram ciclos de protesto. Neste capítulo são também apresentados os três ciclos delimitados e sua contextualização político e social no contexto brasileiro. Essas informações serão novamente retomadas no capítulo 4, quando são detalhados os ciclos de protesto no contexto belorizontino.

No capítulo 3 - Espacializar as lutas - busco fortalecer o argumento de que uma perspectiva histórica e espacializada na análise dos ativismos sociais é necessária. Para tal é construído um diálogo com outros autores que propuseram articulações possíveis nesta linha de investigação. É também nesse capítulo em que o terreno - Belo Horizonte e seu espaço - é apresentando. Desde sua origem de cidade planejada e fortemente excludente à cidade que se desenvolveu fora deste universo; busco contextualizar tendências gerais que influenciaram as lutas belorizontinas e os espaços por elas apropriados. Os espaços específicos onde as ações se desenvolvem serão apresentados à medida que se fizerem recorrentes no texto, na forma de excursos.

Finalmente, no capítulo 4, espaço, tempo e ativismos sociais, intercruzam-se a partir de narrativas do contexto belorizontino e suas lutas sistematizadas desde os três ciclos de protesto. Neste último capítulo, são recuperadas narrativas de uma Belo Horizonte elitista e segregadora, mas também território de luta e resistência desde seus primeiros dias.

CAPÍTULO 1 Arquivo, historiografia, memória

Toda cidade tem espaços de lutas e atos reivindicativos que habitam o imaginário coletivo: a Cinelândia, no Rio de Janeiro; o Vale do Anhangabaú, em São Paulo; a Esplanada dos Ministérios, em Brasília; a *Plaza de Mayo*, em Buenos Aires, na Argentina; a *Plaza Itália*, em Santiago do Chile; o Parque *El Arbolito* em Quito, no Equador; o *National Mall*, em Washington, nos Estados Unidos. Belo Horizonte, assim como as demais, tem também seus espaços de luta. Talvez a Praça Sete seja o mais emblemático deles, mas há ainda a Praça da Liberdade, que reunia sedes da administração estadual; a Praça da Estação; a Avenida Afonso Pena - a mais larga avenida no traçado original da cidade -, entre outros.



Figura 2. Espaços ocupados por ativismos em Belo Horizonte.

Fonte:Elaboração própria

Essa última, a avenida Afonso Pena, foi projetada por Aarão Reis para ser o centro “obrigatório da cidade” (Reis, 1895 *apud* Salgueiro 1997, p. 274), sendo a única via com 50 metros de largura na nova capital. Além disso, ela conecta importantes espaços, que também foram palco para os ativismos urbanos ao longo da história de Belo Horizonte: a Praça Rio Branco (também conhecida como Praça da Rodoviária), onde existia a antiga Feira Permanente de Amostras (local onde hoje localiza-se a Rodoviária); a Praça Sete de Setembro; a Igreja São José; a sede da Prefeitura; e a Praça

Tiradentes. Tendo em vista a importância histórica desses espaços de luta de Belo Horizonte, eu me dirigi aos arquivos de destinação pública numa busca específica por documentos que atestassem a ocupação daqueles espaços ao longo dos anos. Nela, um registro era constante: fotografias dos desfiles de 7 de setembro, também chamados de paradas militares, e que, tradicionalmente – e ainda hoje – acontecem ao longo da avenida Afonso Pena.

As imagens desses eventos são facilmente encontradas nos principais arquivos de Belo Horizonte e em grupos e comunidades de compartilhamento de fotos antigas na internet. Produzidas oficialmente ou de maneira amadora, elas seguem o mesmo script: a população–espectadora–se comprime-se numa espécie de barreira invisível guardada por soldados e policiais, enquanto a larga avenida está no centro de tudo. Ocupando a via, estão os policiais, os soldados, os tanques e as personalidades políticas. Às vezes, é permitido ao cidadão comum adentrar esse centro, geralmente crianças e adolescentes uniformizados e enfileirados num esforço de formação militar.

Uma dessas fotos, encontrada numa comunidade de fotos antigas de BH, mostra o desfile de 1963 na Av. Afonso Pena. A foto foi tirada no cruzamento das ruas em frente à Igreja São José, porém não a vemos no quadro, pois o fotógrafo colocou-se de costas para a construção. Ao fundo, está o edifício Acaiaca, um dos primeiros arranha-céus da cidade. Suas varandas estão tomadas por espectadores. Em um plano mais à frente, vemos o palanque montado no cruzamento da Avenida Afonso Pena com as ruas Espírito Santo e Tamoios. Reservado às personalidades oficiais, o palanque foi ornado com símbolos da pátria e do município e é ocupado por militares em traje de gala, além de senhoras e crianças que os acompanham– espectadores privilegiados do evento. Mais à frente, no chão, um cordão de militares, também com suas roupas de gala, separa o espaço – cria uma fronteira – entre a gente comum que assiste e os protagonistas do desfile. Somente um cachorro e duas crianças em sua inocência – seria também rebeldia? – rompem essa barreira. No primeiro plano, os militares do 12º Batalhão de Infantaria desfilam com seus tambores.



Figura 3. Avenida Afonso Pena, 1963

Durante o Desfile Militar de 7 de setembro de 1963, cerca de 2.000 famílias, se aproveitando do deslocamento de grande contingente policial para a Avenida Afonso Pena, ocuparam dois terrenos na região noroeste de Belo Horizonte. Um deles nas proximidades do atual Campus da PUC Minas, o outro na região conhecida como Cabana do Pai Tomás.

Legenda original: Desfile Militar - 7 de setembro de 1963. Tradicional desfile militar na avenida Afonso Pena passando em frente ao edifício Acaiaca. Percebam a quantidade de pessoas nas sacadas do prédio para assistir ao desfile.

Fonte: Fotos Antigas de Belo Horizonte, Disponível em: https://m.facebook.com/photo.php?fbid=352661684871939&vanity=FotosAntigasDeBeloHorizonte&slug=a.152062584931851&locale=pt_BR



Figura 4. Detalhe do Desfile de 7 de setembro na Avenida Afonso Pena, 1963

Fonte: Fotos Antigas de Belo Horizonte, Disponível em: https://m.facebook.com/photo.php?fbid=352661684871939&vanity=FotosAntigasDeBeloHorizonte&slug=a.152062584931851&locale=pt_BR

Pouco tempo mais tarde, durante a ditadura civil-militar que iria eclodir em 1964, o quartel desse batalhão, localizado no bairro Barro Preto, teve um importante papel para a estrutura repressiva local. De acordo com a publicação “MEMÓRIAS DE RESISTÊNCIA: Lugares de repressão e de luta contra a Ditadura Militar de 1964-1985, em Belo Horizonte”¹, o batalhão foi sítio de inúmeras prisões ilegais e torturas.

A foto de 1963 soma-se às inúmeras outras que encontrei nos arquivos em busca de imagens e outros documentos sobre espaços de luta em Belo Horizonte². O padrão repetia-se uma e outra vez: homens elegantes e sóbrios, soldados, faixas com dizeres nacionalistas...nunca, ou quase nunca, foram encontradas representações desses espaços quando tomados pelas lutas que deles, repetidamente, os movimentos sociais se apossaram ao longo do tempo.

¹ A publicação MEMÓRIAS DE RESISTÊNCIA: Lugares de repressão e de luta contra a Ditadura Militar de 1964–1985, em Belo Horizonte foi elaborada em 2004 pela Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte – Belotur. Nela são listados espaços utilizados pela repressão durante a ditadura militar e também aqueles que foram palco para a resistência.

² Foram levantadas no Arquivo Público Mineiro e no Arquivo Público de Belo Horizonte, da ALMG imagens da Praça Sete de Setembro, da Praça Rio Branco (conhecida como Praça da Rodoviária), da Praça Rui Barbosa (conhecida com Praça da Estação), da Prefeitura e da Praça da Liberdade (local onde encontra-se o Palácio da Liberdade e os prédios que abrigavam as secretarias do estado até 2010)



Figura 5. Igreja São José, 1926

Grupo de pessoas à frente da Igreja São José (seria a elite mineira?)

Legenda original: Políticos, militares e familiares na escada de uma igreja.

Fonte: Acervo Assembléia Legislativa de Minas Gerais, fotografia de Ignio Bonfoli, disponível em: dspace.almg.gov.br/handle/11037/33202



Figura 6. Praça Rio Branco, 1961-65 (data provável)

Políticos à frente da antiga Feira Permanente de Amostras (inaugurada em 1935 e demolida em 1965), em foto tirada à partir da Praça Rio Branco. Em meio aos homens engravatados, uma única mulher, em segundo plano.

Legenda original: Marisa Matos Guimarães, esposa de Paulo Campos Guimarães, este à Direita, Amintas Ferreira de Barros, Deputado Estadual, Oswaldo Pieruccetti, Prefeito de Belo Horizonte e outros não identificados, festividade em frente à Feira Permanente de Amostras. Fonte: Arquivo Público Mineiro, Fundo Paulo Campos Guimarães, sem autoria, disponível em http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=33614



Figura 7. Avenida Afonso Pena, 1965

Tanques em desfile militar na Avenida Afonso Pena, em comemoração ao Dia da Bandeira.

Fonte: Arquivo Público de Belo Horizonte, Fundo ASCOM, sem autoria.



Figura 9. Praça Rio Branco, 1967

O monumento (à esquerda da imagem) esteve na Praça Rio Branco entre 15 de novembro de 1952 até 1981, quando devido à modificações urbanas foi transferido para a Praça Carlos Chagas, mais conhecida como “Praça da Assembléia”. Após protestos dos ex-pracinhas para que o monumento voltasse ao centro “onde [a estátua] poderia ser vista por um maior número de pessoas”, foi para a Praça Afonso Arinos, em 1986, onde permaneceu até 2012. Foi então transferido para o canteiro central da Avenida Francisco Sales, em frente ao Museu da Força Expedicionária Brasileira (FEB), no bairro Floresta. Com a transferência do museu, em 2019, a estátua foi levada para o novo espaço e já não se localiza no espaço público. A Serra do Curral ao fundo, marca o fim da Avenida Afonso Pena, que se inicia na Praça Rio Branco.

Legenda original: Celebração pelo aniversário da tomada de Monte Castelo na Praça Rio Branco (Praça da Rodoviária). Em segundo plano, da esquerda para a direita: 1º Prefeito Sousa Lima (calvo, de terno escuro).

Fonte: Arquivo Público de Belo Horizonte, Fundo ASCOM, sem autoria, identificação 7631

Figura 8. Praça da Liberdade, 1973

Legenda original: (à direita) San Tiago Dantas passando em revista à tropa do batalhão de guarda na Praça da Liberdade.

Fonte: Arquivo Público Mineiro, Fundo Jornal Folha de Minas, disponível em http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=60115





Figura 11. DOPS, 1965

Legenda original: Prefeito Oswaldo Pieruccetti visita obra na Avenida Afonso Pena à altura do cruzamento entre Rua Rio Grande do Norte e Rua Professor Moraes. Da esquerda para a direita: 1º Engenheiro Hélio Carnavalli, 2º Prefeito Oswaldo Pieruccetti, 3º Major Nelson Bartes. À esquerda: edifício do Departamento de Ordem Política e Social -DOPS (Departamento de Operações Especiais - DEOESP). Ao fundo: Edifício Panorama. Fonte: Arquivo Público de Belo Horizonte, Fundo ASCOM, sem autoria, identificação 4878



Figura 10. Igreja São José, 1963

Legenda original: Missa campal pelo Dia das Mães na Igreja São José. Fonte: Fundo ASCOM



Figura 12. Praça Sete, 1963-70 (data provável)
Praça Sete vista por cima. Preparação para a Semana Santa.
Fonte: Fundo ASCOM

No entanto, como alerta Júlia Ferreira, matriarca do Quilombo dos Luízes, em Belo Horizonte, o que está nos arquivos é sempre mais do que se pretende documentar, pois “tem muita gente na matéria dessas fotografias, mais do que podemos ver ou pensar” (*apud* Musa, 2022, p. 442-443).

A partir do contraponto de Júlia Ferreira, tomo a fotografia como registro de outro acontecimento. Na região noroeste de Belo Horizonte, bem longe dos olhares da cidade, todos voltados, naquele momento, para o desfile militar, outro acontecimento ocorria naquele 7 de setembro de 1963. Nasceram as Vilas Frei Josafá, Padre Alípio, Operário-Estudantil e Padre Lage, frutos da ocupação de terrenos ociosos da capital (Urvoy, 2020, p.86). O acontecimento fez parte de uma série de ocupações ocorridas naquele mesmo ano e que, mais tarde, teve o apoio da Federação dos Trabalhadores Favelados (FTF-BH), conforme narra Phillipe Urvoy (2020).

As ocupações passaram a ocorrer desde meados de agosto na região, quando cerca de 2 mil famílias ocuparam terrenos de propriedade de Antônio Luciano, um dos principais donos de terras da cidade à época. No dia 27 de agosto, as famílias ocupantes foram definitivamente despejadas, com a promessa de que seriam reassentadas em

terrenos próximos, na região conhecida como Cabana do Pai Tomás. Entretanto, no terreno prometido, só havia espaço para abrigar 183 famílias. Tal fato impulsionou novas ocupações, desta vez no entorno dos terrenos que seriam doados.

O desfile de 7 de setembro configurou-se como uma oportunidade para a ação, como relata José do Carmo, um dos ocupantes à época e que mais tarde se tornaria uma importante liderança na região:

[...] chegou o dia da parada do 7 de setembro, a polícia toda saiu pra parada, então a gente aproveitou, juntei uma turma e a gente saiu. Eu por exemplo entrei aqui, já cerquei. Fiz a cerca. Desse lado era meu cunhado, do outro a minha sogra. Ali do outro lado era do meu irmão. E nós ficamos aqui.³

O olhar de Júlia Ferreira adiciona à fotografia mais uma camada de leitura: além do registro de uma ação reportada somente nas páginas policiais dos jornais e nos relatórios dos órgãos repressivos, essa imagem representa também a sagacidade dos movimentos. Aproveitando-se do excesso de olhares à solenidade e do próprio deslocamento do aparato policial para luzir –protagonista – no desfile da avenida Afonso Pena, eles concretizaram uma importante etapa na luta por moradia em Belo Horizonte.

Desde uma primeira mirada, os documentos dispostos nos arquivos de destinação pública parecem dar suporte a uma narrativa dominante. Estórias escritas pelos vencedores. De fato, esse é seu objetivo original. A escolha do que deve ou não ser salvaguardado apoia-se na intenção de atestar os acontecimentos que irão constituir uma memória única de um lugar e de seus habitantes. No entanto, como nos provoca Júlia Ferreira (2020 *apud* Musa, 2022), o que se pretendia apagar, eventualmente, transparece nas frestas, nos cantos ou até mesmo nos documentos que não eram, à época, de acesso livre à população, como é o caso dos documentos dos arquivos do DOPS/MG e da SESP/MG, que explorei nessa pesquisa.

A presença/ausência dos ativismos e suas práticas espaciais nos arquivos oficiais

Para contar a história das práticas espaciais em Belo Horizonte, dirigi-me aos arquivos de destinação pública em busca de registros daqueles espaços historicamente

³Entrevista realizada com José do Carmo no domicílio do entrevistado, no bairro Cabana do Pai Tomás, em 2016. Entrevistadores: Marcus Vieira e Eustáquio Almeida (*apud* Urvoy, 2020, p. 86).

inscritos no imaginário da cidade como palco de reivindicações. Nos documentos encontrados, tais espaços aparecem majoritariamente restritos ao controle e apropriação do Estado, que, recorrentemente, opera destruindo-os e reconstruindo-os para sua “modernização”, “revitalização” e “adequação”.

Nesses espaços, o protagonismo é, de acordo com as imagens guardadas nos arquivos, reservado aos homens (brancos) ilustres, aos soldados (não são raras as imagens de tanques de guerra e soldados em marcha durante as paradas militares) e, esporadicamente, ao sacerdócio (como é possível observar nas missas e procissões que tomavam a cidade em certas datas santas). A população, em geral, figura nas margens das imagens e dos espaços, como uma mera massa espectadora, como vimos na foto com a qual abrimos este capítulo.

Nessa coleção “oficial” de imagens⁴, ou seja, aquelas produzidas e salvaguardadas para ampla circulação dentro e fora de Belo Horizonte e que corroboram com a construção de uma imagem de cidade, a única menção encontrada a eventos que se deslocam dessas representações dominantes foram as fotos da pichação da prefeitura de Belo Horizonte, em agosto de 1968, com frases contra a ditadura militar (ver figura 12).

Também nos grupos amadores de fotografias antigas, é recorrente o silêncio sobre as lutas que ocuparam os espaços da cidade. As únicas menções foram aos protestos que marcaram o movimento pelas *Diretas Já* em Belo Horizonte, no início dos anos 1980.

O acervo da fotógrafa Mana Coelho (Maria Beatriz Ramos de Vasconcellos Coelho), sob salvaguarda do Museu Histórico Abílio Barreto, é a principal exceção a esse padrão e demonstra que há, também, a partir dos arquivos oficiais, um movimento de questionamento à predominância de certos atores e de certa noção de memória. O acervo da fotógrafa, que atuou junto a movimentos sociais da região metropolitana desde o final dos anos 1970, foi incorporado ao museu com o objetivo de diversificar o acervo, incluindo movimentos populares e suas práticas (MUSA, 2022, p. 371).

4 Desde antes de sua inauguração, já era uma preocupação a representação da nova capital. Nesse ímpeto, foi criado dentro da Comissão Construtora um Gabinete Fotográfico, responsável por registrar a construção da cidade e assim divulgar, toda a sua modernidade, em fotografias que circulavam no estado, no país e até pela Europa, como forma de atrair imigrantes (Borges, 2018).



Figura 13. Pichações na Prefeitura, 1968.

Fonte: Arquivo Público de Belo Horizonte, Fundo ASCOM, identificação 9076 e 9078



Figura 14. Avenida Afonso Pena, 1984

Comício pelas Diretas Já na Avenida Afonso Pena nas proximidades da Praça Rio Branco em 1984. Os protestos ocorreram em todo o Brasil, depois de quase vinte anos sem ocupar as ruas.

Diretas Já - 1984 Megacomício levou para a Avenida Afonso pena mais de 400 mil manifestantes.

Fonte: Jornal Estado de Minas, foto de Alberto Escala em 24/2/84

Mecanismos de construção da história e dos arquivos

Os vazios na historiografia oficial, ao contrário de atestarem a inexistência de outras perspectivas e subjetividades fora do discurso dominante, reforçam a necessidade de revisão do pensamento, do método e do fazer historiográfico. Tais lacunas decorrem das perspectivas únicas e míopes geradas a partir do privilégio a somente um ponto de vista na leitura de uma realidade. Não obstante, há tempos a ideia de uma realidade absoluta foi abalada pela proposição da coexistência de realidades plurais e suas múltiplas perspectivas. Não se trata de negar as narrativas existentes sobre determinados eventos e práticas, mas de desconstruir seu caráter homogeneizante, ampliando, a partir de outras perspectivas, o entendimento desses eventos. Como defende Verônica Gago (2019), esse movimento não resulta simplesmente em preencher as lacunas deixadas. A recuperação das ausências resulta, sobretudo, na necessária reestruturação das narrativas a partir da maneira como são selecionados os registros que irão compor a memória de uma comunidade.

Nos mecanismos de construção da história, diversas estratégias são empregadas continuamente na tentativa de construção de uma narrativa única e universalizante, o que tem, por consequência, o apagamento de distintas narrativas a respeito dos acontecimentos históricos, assim como dos atores envolvidos nos mesmos. Apesar de cada dia mais questionada, há uma dominância - masculina, branca, cis, heterossexual, pertencente a uma determinada classe social - na produção dos materiais que alimentam as narrativas historiográficas e das próprias narrativas.

O historiador Michel-Rolph Trouillot (2016) corrobora a ideia de não neutralidade do fazer historiográfico ao afirmar que as narrativas históricas são construídas a partir de contribuições desiguais entre os grupos que compõem a sociedade, dado que os meios de produção da história são diferentemente acessados por tais grupos (Trouillot, 2016, p.18).

Ao indagar-se sobre os vazios deixados nas narrativas históricas, ele elenca que sua construção se dá em quatro momentos principais: na criação das fontes que narram os acontecimentos, ou seja, na “criação do fato”; na escolha das fontes a serem ou não salvaguardadas em arquivos; na elaboração das narrativas; e na significância retroativa dos eventos (Trouillot, 2016, p.58). Assim, as narrativas históricas são construídas pela combinação específica e singular desses processos de silenciamento. Para romper tais silêncios, diferentes processos devem ser empregados.

A história, as narrativas que referenciam os acontecimentos e processos, e os arquivos que as salvagam são, portanto, produzidos a partir das ideologias e dos

propósitos daqueles que os elaboram e, como denuncia Trouillot (2016, p.61), é ela constituída pelo poder, pois contribui para sua criação e interpretação: “Na história, o poder começa na fonte” (Trouillot, 2016, p.62).

Marina Waisman (1990) também defende que a ciência histórica é enviesada, dada a impossibilidade de se abarcar a totalidade dos fatos e acontecimentos. A seleção é imprescindível à compreensão de determinado acontecimento, período ou processo. Isso implica uma tomada de posição daquela ou daquele que historiciza. São ainda influenciadas pelo juízo de quem elabora as operações que dão suporte às narrativas historiográficas de organização, priorização e articulação de fatos, documentos e narrativas (Waisman, 1990, p.3).

A autora nos lembra ainda que as narrativas historiográficas se constroem desde referências externas aos eventos – crônicas, documentos, cartas, boletins policiais etc. – dado que fatos e acontecimentos são carentes de uma materialidade concreta. Ou seja, as fontes utilizadas na construção de narrativas são interpretações dos eventos e não os próprios eventos, o que torna a historiografia uma interpretação de interpretações de determinado fato (Waisman, 1990, p.3).

Complementando essa linha de pensamento, a arquiteta Margareth da Silva Pereira (2023, p.12) considera que a pesquisa histórica é como ser atingido por meteoritos. Por mais sistemática que seja uma investigação, os sentidos construídos fazem-se a partir dos fragmentos aos quais os pesquisadores têm acesso e há uma certa imprevisibilidade tanto nos documentos que resistirão ao longo do tempo, quanto em seu encontro com os pesquisadores. Pensemos, por exemplo, nos Inúmeros estudos que nasceram do impensado encontro de pesquisadores com documentos de arquivos ou, em alguns casos, de detalhes específicos como uma notação à margem do papel⁵.

Nesse processo, os arquivos se constroem como referências importantes, uma vez que são entendidos como guardiões legítimos dos documentos que compõem a narrativa real dos fatos, protagonizando os campos da memória, da história, do conhecimento e das identidades. Assim sendo, o arquivo é mobilizado por seus criadores de maneira a reforçar uma composição ou representação particular da realidade, narrada de maneira achatada. Por esse fino processo de filtragem e seleção do que merece

⁵ São ilustrativos os direcionamentos dados às pesquisas de Ferreira que, intrigado com os minuciosos procedimentos de identificação dos corpos de indigentes, encontra pistas para suas questões em uma anotação na margem de umas das fichas analisadas. Ali lia-se “ENTROU EM ESTATÍSTICA”. Ou ainda a pesquisa sobre o L.S.D. no Brasil do pesquisador Júlio Delmanto sobre drogas e contra cultura no Brasil, mas que, ao se deparar com o primeiro processo por posse e tráfico do L.S.D no Brasil, fez da droga a sua principal pesquisa.

ser guardado de maneira a reforçar esta ou aquela narrativa, parte dos fatos e processos não são passíveis de recuperação nesses receptáculos (Trouillot, 2016), uma vez que eles já foram há muito apagados, ou sequer chegaram a ser neles inscritos.

Nancy Dantas (2017a, p. 94) compara os arquivos às janelas, telas ou lentes pelos quais miramos o passado. Como nos mostra a fotografia de 1963, esse enquadramento foi cuidadosamente delimitado de maneira a ressaltar determinados sujeitos e colocar outros em segundo plano e, desta maneira, construir narrativas dominantes dos fatos –narrativas construídas desde silenciamentos e filtragens contundentes (Dantas, 2017a, p. 94).

Os arquivos produzem-se a partir de uma assimetria de poder, dado que os direitos de sua criação, preservação e a escolha do que será ou não salvaguardado, reservam-se àqueles que exercem poder sobre os demais (Dantas, 2017a, p. 91-92). Logo, esses repositórios, nos enunciam

[...] quem teve o poder de fazer, registrar e, portanto, produzir e moldar a história e, em igual medida, através das censuras e silêncios do arquivo - o que denomino arquivo latente - somos capazes de determinar aqueles que foram apagados da história. (2017a, p. 91-92, tradução nossa).⁶

Eles guardam, assim, uma dicotomia: enquanto reúnem documentos cujo objetivo é luzir e sustentar determinadas narrativas, seus silêncios e censuras são também reveladores. Esse arquivo curado para luzir é o que Dantas (2017a) denomina de *arquivo evidente*; já o seu outro lado, ela denomina de *arquivo latente*. Diferente do primeiro, o *arquivo latente* é imaterial e proclama documentos e vozes eliminadas por sua inconveniência (Dantas 2017a, p.94). A autora exemplifica com o caso da África do Sul e do regime de *apartheid*, que vigorou no país entre 1948 e 1994, em que ocorreu a “sistemática higienização da memória oficial”, com a destruição de documentos públicos em grande escala de maneira a manter ocultos segredos do estado segregado (Dantas, 2017a, p. 92). Na tarefa imperativa de nos posicionarmos contra o poder daqueles que constroem e interpretam os repositórios, Dantas sugere que nos concentremos nos arquivos latentes (Dantas, 2017a, p. 96). Nessa busca por rastros para além das narrativas dominantes, é necessário nos aproximarmos deles desde uma lógica desconfiada e autorreflexiva (Dantas, 2017a, p.97).

⁶ No original, lê-se: “[...] somos capaces de determinar quiénes han tenido el poder para hacer, registrar y por lo tanto producir y moldear la historia y, en igual medida, a través de las censuras y silêncios del archivo — lo que denomino archivo latente — somos capaces de determinar quiénes han sido borrados de la historia.

Outro aspecto fundamental à manutenção das hierarquias produzidas nos arquivos diz respeito à maneira como se dá a organização de suas informações. A cientista da informação Maria Aparecida Moura (2022) reforça que organizar é narrar (2022, p.60). Isso porque, no processo de constituição de um arquivo e em sua organização, as informações são caracterizadas, descritas, categorizadas, classificadas e relacionadas entre elas. Reunir determinados documentos em uma mesma coleção, por exemplo, produz uma determinada chave de leitura. As palavras-chave utilizadas na indexação e descritores podem contribuir ou prejudicar uma determinada pesquisa. A historiadora Josemeire Alves Pereira deparou-se com essa última situação em sua busca pelos registros da presença negra nos primórdios de Belo Horizonte. Nos documentos do acervo de instituições que são referência na constituição de narrativas historiográficas da cidade, os descritores utilizados não permitiam que a investigadora acessasse informações referentes à temática investigada. Ela recorreu, então, a outras fontes, dentre elas, as imagens de obras públicas, em que invariavelmente figuravam, dentre trabalhadores ou operários, as pessoas negras ocultadas nas narrativas dominantes. Em sua nova abordagem, Josemeire Alves atesta o que Maria Aparecida defende como a possibilidade de “organizar os olhares” de maneira a criar novas possibilidades de leitura de um conjunto de informações (Moura, 2022, p.77).

Nunca é demais reforçar a violência de um projeto de memória que invisibiliza os sujeitos que desviam daquela representação de cidade branca, masculina, oficial e formal das narrativas e dos arquivos que as suportam. Ao mesmo tempo, quando encontramos os rastros daqueles atores silenciados, que possam ter sobrevivido nos arquivos, é impossível deixar de observar que, em geral, os documentos em que estão inscritos são gerados em contextos de violência ou de extrema desumanização desses atores. Por meio do mesmo processo violento que os apaga dos arquivos evidentes, esses mesmos sujeitos são inscritos em documentos produzidos por órgãos de repressão e vigilância da população, como arquivos policiais, ou de “higienização” do ambiente urbano, como os documentos hospitalares explorados por Josimeire Pereira em sua pesquisa sobre a presença negra em Belo Horizonte. Assim, na história que se baseia unicamente nos arquivos oficiais, uma imagem enviesada desses sujeitos é perpetuada: criminosos, “vadios” e “vadias”⁷, “subversivos”, “extremistas”, “caso de saúde pública”.

7 Ainda hoje a “vadiagem” é tipificada pelo Decreto-Lei nº 3.688 de 1941 como contravenção penal, embora pouco utilizada. A conduta consiste em “entregar-se habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita”. A conduta era tipificada como ilícito penal já no Código Criminal do Império de 1830, sendo mantida no Código Penal do Brasil República de 1890.

Margareth Pereira (2023, p.15) observa um aumento das práticas de arquivamento nos últimos 40 anos, acompanhado pelo debate por parte de historiadores, bibliotecários, arquivistas e outros pesquisadores de questionamento de sua neutralidade. Diante da emergência da discussão a respeito das práticas arquivistas, há em curso uma transformação de paradigmas

Engrossando tal percepção, a arquivista chilena Paulina Bravo Castillo (2017, p.129) reafirma a emergência de tais práticas acompanhadas por intensas discussões e teorizações a respeito dos arquivos e das práticas de arquivamento. No cerne dessa discussão está o próprio papel do arquivista como um guardião passivo da memória vinculado ao exercício do poder (Castillo, 2017, p.129). Tem-se assim desenhado uma constelação de pequenos arquivos em substituição aos grandes arquivos centrais. Construídos desde movimentos sociais, identitários e territoriais, dissidências sexuais e afins, despontam novas vozes na construção coletiva de memórias. Cada um desses arquivos reflete ações, vozes e intenções das pessoas ou coletivos que os produzem.

Nesse movimento, é questionado o monopólio de arquivos oficiais como únicas fontes legítimas de nossa história e memória, por meio da recuperação de outras narrativas e pela constituição de outros arquivos possíveis. Essa discussão aponta para um novo regime de historicidade, que tem levado à constituição de novos arquivos como forma de disputa política e cultural. Nesse cenário, interessantes projetos de arquivos comunitários têm emergido pelo mundo, cabendo destacar, em Belo Horizonte, o Muquifu - Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos, que salvaguarda as memórias dos favelados, quilombolas urbanos e de seu patrimônio material e imaterial. Segundo Padre Mauro Luiz da Silva, diretor e curador do Museu, “enquanto os museus tradicionais estão muito marcados pela ditadura do objeto, no Muquifu não cuidamos apenas das memórias das coisas; privilegiamos as pessoas que foram deixadas por detrás da história” (SILVA, 2019).

Por outro lado, a reestruturação do campo historiográfico tem contribuindo também para a reestruturação dos próprios arquivos oficiais, como demonstra a já citada incorporação do acervo da fotógrafa ativista Mana Coelho ao acervo do MHAB, ou a transferência do maior acervo de objetos ligados às religiões de matriz africana para o Museu da República. Tal “acervo” se construiu por meio das sistemáticas apreensões realizadas pelos órgãos repressivos do estado entre 1889 e 1945 e esteve por quase um século sob poder da polícia civil. Os objetos ficavam sob “guarda” do Serviço de Tóxicos, Entorpecentes e Mistificações – um braço do DOPS – e foram expostos até 1999 no Museu da Polícia do Estado do Rio de Janeiro, em uma exposição de “Magia negra”. Em decorrência da campanha *Liberte Nosso Sagrado*, de 2020, a coleção foi

transferida para o Museu da República, sendo doada de maneira definitiva em junho de 2021 para gestão compartilhada do museu com um grupo de trabalho formado por lideranças religiosas de matriz africana. (MACHADO, 2023, *on-line*).

Os arquivos da repressão

Nos arquivos da repressão produzidos pelo DOPS/MG e pela Secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais, encontrei uma profusão de rastros dos outros significados e usos atribuídos aos espaços de Belo Horizonte, para além daquele do controle e vigilância da população que garantem a manutenção de uma ordem dominante e de suas hierarquias (de classe, de raça, de gênero etc.). Ironicamente, os órgãos criados para silenciar e reprimir tais práticas, sujeitos e territorialidades servem, hoje, para recontar sua história.

Entretanto, as circunstâncias violentas que inscreveram tais sujeitos e ações naqueles documentos eram recorrentemente lembradas no carimbo que os acompanhava: “Censurado. O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento”.

O aviso e suas variações encontrados em diversos documentos consultados lembram aos leitores que as informações ali contidas eram, até pouco tempo, restritas e que aquelas páginas que atestam a existência das lutas e de seus sujeitos não deveriam fazer parte da representação dominante da cidade de Belo Horizonte e de sua história. Como vimos, a censura que buscava, sob o aviso de “censurado”, conter, reprimir e esconder determinados grupos e práticas, era parte de um mesmo processo de produção de memória que deixa luzir certos grupos, práticas e narrativas pela abundância de determinados registros nos arquivos cuja produção se preza a sustentar uma narrativa oficial.

A historiadora Josemeire Pereira (2019) também foi encontrar nos arquivos policiais os documentos para atestar a presença invisibilizada dos sujeitos racializados na história de Belo Horizonte. Tal silenciamento apresenta-se, para a autora, como a busca por aniquilar simbólica e concretamente a presença de corpos negros na produção da nova capital (Pereira, 2019, p.30). Pretensamente impulsionado por concepções modernas de fins do século XIX, o projeto de Belo Horizonte ficou restrito à ideia de modernização via desenvolvimento econômico. Trata-se, portanto, de uma concepção “profundamente racializada” de modernização, que manteve traços da tradição colonial escravagista (Pereira, 2019, p.22).

Não é surpreendente que, apesar de não constarem nos documentos demográficos à época, tal informação seja encontrada nos documentos policiais. É um fato “coerente com a prática de controle social que se busca implementar na capital de Minas de então, em consonância com o que ocorria em outras cidades brasileiras, à mesma época.” (Pereira, 2019, p.105). Havia – e há, até hoje – a concepção de que os esforços de vigilância, controle e repressão deveriam voltar-se de maneira mais acentuada a uma parte específica da população. Isso atesta-se pelo alto percentual de detenções “correcionais” de pessoas caracterizadas em tais documentos como “pretas” e “mestiças” e a sua corriqueira classificação como “vadias”, ainda que os mesmos documentos registrem suas profissões (Pereira, 2019, p.106). Nos documentos policiais, nota-se, ainda, nos diversos processos de conflitos territoriais, um registro da permanente luta de sujeitos negros por acesso à terra.

Assim, a presença dessas informações em tais documentos reforça o racismo institucionalizado que molda as práticas e narrativas da sociedade brasileira e evidencia a segregação racial que, ainda hoje, caracteriza o território de Belo Horizonte. É por isso que Josemeire Pereira, ao utilizar-se de tais documentos oficiais, pede licença “a quem já se foi”, pois é inegável a violência que neles inscreveu aquelas mulheres e homens.

Somando à denúncia do caráter racista nos esforços de repressão, está o já citado acervo de objetos de religiões de matriz africana no Rio de Janeiro.

Também lançando mão dos arquivos da polícia, neste caso, o Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS/MG), podemos destacar os trabalhos de Samuel de Oliveira e Philippe Urvoy. Ambos partem dos arquivos da repressão como fonte de informação a respeito da luta por moradia em Belo Horizonte. Enquanto Samuel Oliveira concentra-se no papel das organizações de moradores de favela nos anos 1960, Philippe Urvoy centra-se nos diversos processos de ocupações de terra entre 1960 e os anos 1980.

Apesar de importantes fontes de pesquisa, Urvoy alerta para o achatamento da realidade nas narrativas produzidas pela polícia. É recorrente, por exemplo, a caracterização dos moradores de favelas e de ocupações como “massa de manobra” para “elementos comunistas” ou “subversivos”, como é possível observar na portaria de 04 de maio de 1964, expedida pelo Delegado de Segurança Pública Raimundo Tomaz. Nela, ele denuncia as “invasões de terrenos” que, em sua leitura, poderiam integrar um “plano de subversão da ordem e comunização do país.” (*apud* Urvoy, 2015, p.78).

A historiadora Beatriz Kushnir também adverte sobre o caráter tendencioso dos documentos produzidos pelo DOPS em todo o Brasil. Eles foram elaborados a partir de um olhar pautado pela “lógica da desconfiança de um Estado autoritário”, o que torna necessário confrontar as informações ali contidas (2002, p. 43). Esse viés é observado nos relatos de investigadores do DOPS/MG infiltrados em reuniões, assembleias e encontros. Neles, recorrentemente transparece o claro alinhamento desses agentes ao Estado autoritário. Um exemplo é o uso das aspas em termos como “ditadura” e “repressão” na referência a falas que teriam sido proferidas nesses eventos, de maneira a relativizar o caráter violento do regime militar.

Reforçando o alerta, Icléia Thiesen (2012, p.7) assinala que, à primeira vista, os arquivos produzidos pelos órgãos repressivos parecem tesouros, capazes de desvelar certos períodos da história brasileira e da atuação das lutas populares. No entanto, eles podem se tratar apenas de miragens, pois apesar de autênticos, devemos desconfiar de sua veracidade, dado o contexto violento em que foram produzidos e em que foram recolhidas as informações que contêm. A autora denomina como “documentos sensíveis” os documentos produzidos pelo DOPS, mas também todos aqueles “cujo conteúdo documental contém segredos de Estado e/ou expressam polêmicas e contradições envolvendo personagens da vida pública ou de seus descendentes” (Thiesen, 2013, p.5).

Somam-se aos alertas, Arlette Farge (2009), historiadora francesa que também dedicou parte de sua trajetória acadêmica à investigação de arquivos policiais. Por reunirem documentos não intencionalmente dirigidos ao público, aparentam ser um relato “cru”, produzindo no pesquisador a ingênua sensação de realidade e não de um relato – versão – sobre os fatos (Farge, 2009, p.15). Por outro lado, a autora reforça, assim como os demais autores aqui citados, a atrocidade que registra tais atores e suas histórias nos documentos policiais, “[...] vidas que não pediam absolutamente para ser contadas dessa maneira, e que foram coagidas a isso porque um dia se confrontaram com as realidades da polícia e da repressão” (Farge, 2009, p.13).

Ciente da violência e do achatamento das narrativas contidas nos arquivos oficiais e, sobretudo, naqueles documentos produzidos pelos órgãos de repressão, ainda aposto na potencialidade de acessá-los como ponto de partida para a reescrita das narrativas das ações e dos sujeitos que estiveram trancafiados nos documentos do DOPS/MG e da SESP/MG. Os indícios encontrados naqueles documentos serviram como base para a expansão da pesquisa a outras narrativas de maneira a complementar e contrapor o contexto espacial, temporal e social ali descrito, como pesquisas acadêmicas, biografias de militantes que atuaram no período de análise e jornais publicados à época.

Um exemplo foi a recorrência, nos relatórios do arquivo do DOPS/MG, da Esquina da Sinuca como um espaço utilizado em ações reivindicativas nos anos 1960, em Belo Horizonte, sobretudo por estudantes. Buscando identificar a localização de tal espaço, que hoje não pertence mais ao imaginário espacial dos belorizontinos, encontrei a dissertação de Raquel Aparecida Pereira (2007), focada nas manifestações do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Belo Horizonte, entre 1945 e 1951. A autora aponta a Esquina da Sinuca, espaço localizado na confluência das ruas Tupinambás e Espírito Santo e Avenida Amazonas, como um espaço central para a realização de comícios do PCB durante o período investigado. Assim, foi possível observar como se construiu o caráter simbólico daquele espaço de luta, que primeiro foi apropriado por militantes comunistas e, mais tarde, pelos estudantes durante o período da ditadura militar. Ironicamente, desde 1953 até hoje, esse cruzamento é oficialmente denominado Praça (sic) General Carneiro, homenageando o militar mineiro que lutou na Guerra do Paraguai (Belo Horizonte, 1953).

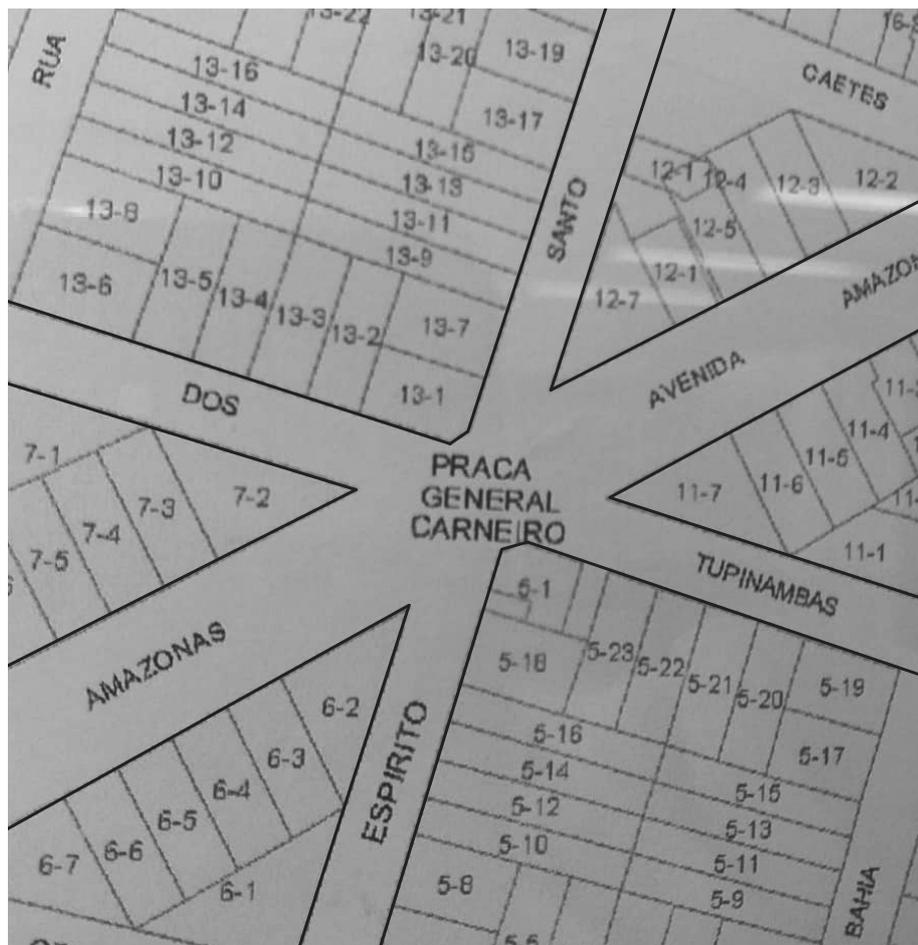


Figura 15. “Praça” General Carneiro, 2011
Detalhe de Planta produzida pela Prefeitura de Belo Horizonte em 2011, onde vê-se, que, até os dias de hoje o cruzamento leva o nome de “Praça” General Carneiro.
 Legenda original: Lotes Aprovados da Região Interior à Avenida do Contorno - Belo Horizonte.
 Fonte; Prefeitura de Belo Horizonte

O DOPS/MG, a SESP/MG e seus arquivos

Para construção de uma narrativa sobre os ativismos em Belo Horizonte, parti de dois fundos que reúnem documentos policiais produzidos nos períodos de análise, ambos sob salvaguarda do Arquivo Público Mineiro: O Arquivo do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais – DOPS/MG – e o Fundo da Secretaria de Estado da Segurança.

Os fundos são compostos por microfilmes digitalizados dos documentos produzidos pelos agentes e, por se tratarem de microfilmes, por vezes são de difícil leitura e visualização. Ambos possuem conteúdos similares, produzidos no cotidiano dos órgãos, tais como materiais apreendidos dos grupos investigados (cartilhas, propagandas, panfletos e outros), recortes de jornal, correspondências policiais, relatórios de agentes sobre atividades de grupos e indivíduos suspeitos, dossiês, certidões de antecedentes criminais, depoimentos, pedidos de busca, informes internos, listas de nomes de militantes, boletins de ocorrência etc.

Os documentos são organizados em pastas por ordem cronológica ou por temáticas, como, por exemplo, a de número 0016 do fundo do DOPS/MG, que reúne originais e transcrições de documentos apreendidos que foram produzidos por organizações “político-militares”. Nessa pasta, estão reunidos documentos que circulavam entre os membros das organizações investigadas – informes, comunicados, relatórios de atividades, textos para debates internos, controle de finanças – e documentos para distribuição geral – jornais e panfletos.

O Arquivo do DOPS/MG reúne documentos produzidos pelo órgão público cuja função era assegurar o controle social e a ordem pública. Em Minas Gerais, sua trajetória se inicia em 1922, quando foi estabelecido o Gabinete de Investigações e Capturas, mais tarde transformado na Delegacia de Segurança Pessoal e Ordem Política e Social e, posteriormente, no Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais – DOPS/MG (Assunção, 2006).

Em sua criação, a função do órgão era, de acordo com o Decreto no 8.068, de 12/12/1927:

[...] velar pela existência política e segurança interna da República, atender por todos os meios preventivos à manutenção da ordem, garantir o livre exercício dos direitos individuais, nomeadamente a liberdade de trabalho, desenvolver a máxima vigilância contra quaisquer manifestações ou modalidades de anarquismo violento e agir com solicitude para os fins da medida de expulsão de estrangeiros perigosos. (Brasil, 1927)

No caso, a nomeada “liberdade de trabalho” significava impedir a realização de greves ou de quaisquer práticas que impedisse o acesso dos trabalhadores aos locais de trabalho, como no caso dos piquetes.

Ao longo dos anos 1930, a polícia civil passou por um processo de maior estruturação e profissionalização, sendo a Lei de Segurança Nacional, de 1935, central para legitimar a atuação de um órgão específico para o controle social e político. Desde esse momento, intensificou-se, nos principais centros urbanos, a ação de tais delegacias (Assunção, 2006, p. 35). Sua atuação se notabilizou durante o Regime Militar, entre 1964 até sua extinção em 1983, com ação mais intensa no período que sucedeu o Ato Institucional número 5, o AI-5, em 1968, até a Anistia política em 1979.

Em 1971, o sistema de repressão enfim assumiu seu formato mais conhecido, que conjugava esforços da polícia e das Forças Armadas, reunindo o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e o Destacamento de Operações de Informações (DOI), o famoso DOI-CODI (RAMOS, 2010). Em Belo Horizonte, a estrutura repressiva era composta de uma seção de informações e uma de operações, ambas comandadas por oficiais do 12º Regimento de Infantaria – aquele mesmo cuja bateria aparece em primeiro plano na fotografia do desfile de 7 de setembro de 1963. O DOPS/MG, junto a destacamentos da Polícia Militar e do Exército, estava subordinado à seção de operações do CODI/BH (RAMOS, 2010, p. 127).

Entendida como uma polícia política, o órgão era conceituado da seguinte maneira pela própria corporação policial em seus manuais:

É a polícia do Estado que vela pela ordem, segurança e tranquilidade públicas, exercendo **ação preventiva e repressiva dos delitos contra a ordem política e social**. Zela pela segurança do Estado e do regime político social, preservando os direitos e garantias individuais, e se empenha no sentido da integração social, com base na valorização dos esforços comunitários. (Ladeira apud Assunção, 2006, p. 23, grifo meu)⁸

Uma das características dos regimes de exceção é a hipertrofia de informações resultante da enorme quantidade de documentos produzidos e a polícia política é a principal responsável por essa efeméride de documentos (Thiesen, 2012, p.6). Tais docu-

⁸ Antônio Dutra Ladeira, ex-chefe do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais no Manual de Organização e Prática Policiais de 1971, citado por Assunção.

mentos são produzidos com o duplo objetivo de criar provas contra o “inimigo”, além da defesa ao regime ditatorial contra acusações futuras. O conjunto dos Serviços de Informação, do qual faz parte a polícia política, tem a missão de garantir a fidelidade e a obediência incondicionais das forças armadas, do governo, da administração, dos indivíduos e das organizações civis coletivas (Comblin, 1980, p. 82, *apud* Bruziguessi, 2014, p. 60).

Dentre as principais táticas de repressão dos DOPS em todo o Brasil estava a infiltração de agentes em reuniões e assembleias – ainda que a legislação estabelecesse que certos espaços como os sindicatos fossem território proibido a eles – de maneira a antecipar as ações ativistas.

(...) vimos sugerir a V.S. que, para melhor eficiência dos serviços de vigilância deste Departamento, sejam usados elementos estranhos à Polícia, para serem os informantes que, no futuro, assistam conferências e reuniões mesmo aquelas realizadas no interior de sindicatos, onde é vedada por lei a nossa entrada ou permanência. (DOPS, Pasta 0188, 20 de março de 1961)

É exemplar o caso de um dos agentes do DOPS/MG que não só se infiltrou em um dos sindicatos de Belo Horizonte, como foi eleito parte da diretoria do Sindicato dos Barbeiros Cabelereiros e Similares, “tendo participado ativamente de todas as suas reuniões”, representando o sindicato em reuniões da Federação dos Trabalhadores da Indústria (DOPS, 1962, Pasta 188).

Outra das táticas empregadas pelos agentes era o posicionamento de grupos de agentes em esquinas-chave do centro da cidade, conforme documento do movimento estudantil apreendido pelos agentes do DOPS/MG em 1968⁹. De acordo com depoimento de um dos estudantes retidos durante um comício-relâmpago, os agentes formavam grupos de três elementos nesses locais.

Essa tática foi também relatada por Antônio Nahas, no livro *A queda: rua Atacarambu, 120*:

⁹ Ao analisarmos o nome dos militantes citados no documento, provavelmente tratava-se de um informe para circulação interna dos membros da Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (POLOP) de Belo Horizonte. O POLOP foi um grupo formado em 1961, predominantemente, por estudantes e intelectuais, cujo objetivo era criar um partido operário revolucionário. Correntemente entendido como uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o grupo também reunia membros da Liga Socialista e ex-militantes trotskistas. Sua atuação concentrava-se no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais (Abreu, s/d). O documento alerta também para as táticas utilizadas pelos agentes para arrancar confissões dos detidos, como fazê-los crer que outros companheiros da organização foram detidos e compartilharam informações incriminando-os.

[o secretário de segurança Joaquim Ferreira Gonçalves] mobilizou quatro mil PMs e colocou três soldados em cada esquina do centro da cidade, armados de cassetetes tamanho família, chamados pelos estudantes de Fanta, em alusão ao refrigerante que tinha sido lançado recentemente. Era uma forma de prevenir as manifestações através da intimidação. Os agentes do Dops eram instruídos a se infiltrar nas aglomerações que se formavam nas proximidades da manifestação ou mesmo nos grupos de estudantes que se aproximavam. Ninguém os via ou sabia onde estavam. Agiam sorrateiramente. Esperavam a passeata começar para, subitamente, soltar uma bomba de gás lacrimogênio no meio da multidão. Ou, então, aguardavam uma oportunidade para realizar a prisão de alguma liderança estudantil que se destacava. (Nahas, 2015, p.111)

Em 1983, com a extinção dos DOPS em todo o país, seus arquivos foram doados a instituições de guarda, mas, como aponta Beatriz Kushnir (2002), um longo período separou o fim do órgão e a transferência de seus documentos, com posterior organização e disponibilização para a consulta pública. No caso do DOPS/MG, a documentação deveria ter sido entregue ao Arquivo Público Mineiro – APM – desde a promulgação da Constituição Mineira de 1989. Entretanto, isso ocorreu somente em 1998 (APM, s/d). Kushnir (2002) relata ainda que, de acordo com a matéria intitulada “Fichas do extinto Dops desafiam Minas”, parte do acervo teria sido incinerada por antigos agentes da polícia federal. Assim, é, portanto, impossível estimar quanto do conteúdo original se perdeu ou foi deliberadamente destruído entre a extinção dos órgãos repressivos em 1983 e a doação de seus documentos às instituições de guarda. (Kushnir, 2002). Apesar de tendenciosos, tratam-se de documentos comprobatórios e seu acesso possibilitou avanços em relação à pesquisa acadêmica e, sobretudo, a regularização de situações jurídicas e a reparação para as inúmeras vítimas do regime e suas famílias.

O outro arquivo aqui explorado é o Fundo da Secretaria de Estado da Segurança Pública. Ele reúne documentos da secretaria, criada em 1926, e que estiveram até 2013 sob a guarda da Polícia Civil, quando foram transferidos ao APM. A secretaria tinha como finalidade “planejar, organizar, orientar ou dirigir, coordenar, controlar e executar as atividades de proteção à vida e aos bens e ainda a preservação da ordem e da moralidade pública.” (APM, 2019, p.4). Os registros presentes no fundo foram produzidos entre 1935 e 1985 e organizados por temáticas diversas, tais como atividades de grupos em defesa dos Direitos Humanos e da Anistia, Movimentos diversos (Movimento Negro, Movimento Contra a Carestia e o Aumento do Custo de Vida, anticomunistas, feministas, sindicatos, estudantes etc.), organizações e indivíduos “subversivos” e outras organizações de esquerda, pichações, atividades consideradas terroristas, atuação de estrangeiros no Brasil e partidos políticos.

Entre o DOPS/MG e a SESP/MG havia uma comunicação constante, sendo possível, inclusive, localizar documentos duplicados nos dois arquivos. Interessante ressaltar que a partir de 1979, com a promulgação da Lei da Anistia, os documentos do DOPS/MG começam a se tornar menos profícuos e a Secretaria de Segurança Pública assume a função de reportar as movimentações em curso em Minas Gerais naquele momento, inclusive com relatos de agentes infiltrados em momentos mais “privados” dos ativismos, como, por exemplo, reuniões preparatórias.

Os dispositivos de repressão e controle

A existência dos órgãos que produziram os arquivos tomados como base nesta tese deve ser entendida em um contexto mais amplo de controle, vigilância e repressão da ação social, sobretudo em relação à apropriação dos espaços públicos para externalizar e comunicar agendas e reivindicações. Nesse sentido, é importante entender como o contexto imposto pela repressão estatal molda a ação ativista.

Assunção (2006, p.55) identifica que a restrição ao uso de locais públicos pelos ativismos se intensificou no pós-guerras mundial (décadas de 1950 e 1960), num momento de polarização do mundo, tendo os Estados Unidos como principal líder das nações capitalistas, e o bloco socialista liderado pela União Soviética. As demonstrações eram vistas como “obra das lideranças comunistas com o objetivo único de insuflar a população para a desestruturação da ordem social”.

A polícia se autoidentificou como “sentinela avançada da ordem” no combate ao comunismo, o que sanava a contradição entre o respeito aos direitos individuais e a legitimidade da ação repressiva policial, tanto na esfera pública, quanto na privada (Assunção, 2007, p.5).

Nesse sentido, é exemplar o trecho retirado de um dos documentos do Fundo DOPS/MG, elaborado em janeiro de 1953. Nele, o agente relata a ação do órgão durante a comemoração do aniversário de Luís Carlos Prestes, secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro (PCB) à época. Orgulhoso ele relata que “passou quase despercebida a data natalícia do líder vermelho” e arremata, um pouco frustrado, que “a polícia, embora estivesse muito ativa, não teve oportunidade de prender um só manifestante” (Fundo DOPS/MG).

No contexto mundial, a América Latina, por sua imensa desigualdade social, era considerada terreno fértil para o desenvolvimento de grupos revolucionários de esquer-

da e de tentativas de tomada de poder com apoio do bloco socialista. Diante dessa ameaça, os Estados Unidos reforçaram suas relações diplomáticas, econômicas, militares e culturais com os países latinos, destacando-se, no âmbito econômico, a Lei de Assistência ao Exterior dos Estados Unidos da América (*Foreign Assistance Act*), em 1961, cujo objetivo seria “promover a política externa, a segurança e o bem-estar geral dos Estados Unidos, auxiliando os povos do mundo em seus esforços para o desenvolvimento econômico e a segurança interna e externa, e para outros fins.”(EUA, 1961) e a criação da Agência de Desenvolvimento Interamericana.

Essas alianças objetivaram, sobretudo, impulsionar a adoção no Brasil e na América Latina da chamada Doutrina da Segurança Nacional.

A Doutrina da Segurança Nacional tem como base a construção de inimigos externos e internos. Os primeiros seriam a URSS e os segundos seriam agentes nacionais agindo com o apoio externo para a produção de caos e violência interna. A vigilância e a repressão a esses agentes seriam necessárias para a proteção das democracias (leia-se, democracias capitalistas), o alcance ao progresso, a manutenção da “paz social” e a garantia das soberanias nacionais (Bruziguessi, 2014, p.50). Nesse ínterim, são flexibilizadas as barreiras entre o que é ou não constitucional, dada a supressão pela prerrogativa da garantia da segurança nacional da diferenciação entre meios de pressão violentos e não-violentos (Bruziguessi, 2014, p. 51). A Doutrina da Segurança Nacional assume um duplo papel como base para ações coercitivas contra possíveis resistências, mas também para a produção de consensos sociais. Isso produziu “no seio da população, um clima de suspeita, medo e divisão que permite ao regime levar a cabo campanhas repressivas que de outro modo não seriam toleradas” (Alves, 1989, p. 27, *apud* Bruziguessi, 2014, p. 58)

A Doutrina de Segurança Nacional concretizou-se na Lei de Segurança Nacional de 1953 (Lei 1.802), promulgada por Getúlio Vargas. Seu escopo era definir “crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social”(BRASIL, 1953). Dentre outras coisas, a lei tipificava como crimes:

[...] Art. 12. Incitar diretamente e de ânimo deliberado as classes sociais à luta pela violência.

Art. 13. Instigar, preparar, dirigir ou ajudar a paralisação de serviços públicos ou de abastecimento da cidade.

[...]

Art. 17. Instigar, publicamente, desobediência coletiva ao cumprimento da lei de ordem pública.

Art. 18. Cessarem, coletivamente, os funcionários públicos os serviços a seu cargo, por motivos políticos ou sociais.

Art. 19. Convocar ou realizar comício ou reunião pública a céu aberto, em lugar não autorizado pela política, ou desobedecer a determinação da autoridade competente sobre a sua dissolução, quando tumultuosa ou armada, observado sempre o disposto no art. 141, § 11, da Constituição. (BRASIL, 1953)

Dentre outros aspectos, a Lei dá, no artigo 19, sustentação à restrição de protestos e outras ações de uso do espaço público como arena de reivindicação. Com base nesse Artigo, um dos agentes do DOPS/MG alerta ao chefe do departamento sobre a ilegalidade do comício que estaria sendo organizado em função da Quinzena da Carrestia em junho de 1962, e reforça a necessidade de repressão à ação, “conhecendo, como conhecemos, o caráter de tais comícios e a intenção de seus promotores [...] e sabendo-se que não pouparam ataques às autoridades constituídas” (DOPS, Pasta 188, 23 de maio de 1962).

É com base nos preceitos da Doutrina da Segurança Nacional que vão se constituindo as bases para o golpe de 1964 no Brasil, cujo apelo foi “devolver” o caráter democrático das instituições e do Estado brasileiro, retomando a “legalidade” e descentralizando o poder para as regiões do país (Bruziguessi, 2014, p. 58). Como amplamente investigado, o apoio dos EUA nas frentes militar, financeira, informacional e de propaganda foi fundamental ao golpe civil-militar no Brasil, e nos demais países da América Latina, e à manutenção do regime que esteve no poder por mais de 20 anos. Cabe aqui destacar três instituições: a Escola Superior de Guerra - ESG, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática - IBAD e o Instituto de Pesquisa e Estudo Sociais - IPES. Enquanto no caso da primeira a relação com os EUA deu-se no sentido de formação militar, as demais tinham o objetivo de, por meio de ações publicitárias marcadamente anticomunistas, influenciar no debate econômico, político e social no Brasil. Ambos eram institutos civis patrocinados por empresários brasileiros e também por capitais estrangeiros. O IBAD foi fundado em 1959 e extinto em 1963, após a Comissão Parlamentar de Inquérito atestar sua influência nas eleições à governador em 1962, com o financiamento a candidatos contrários ao governo de João Goulart. Já o IPES, foi criado em 1961 e, além do investimento em propaganda, atuava no estudo e mapeamento de comportamentos da população em geral, em especial de pessoas ligadas a ativismos (Simões Fernandes, 2009, p. 843).

Uma ditadura não se mantém somente com base na repressão e na violência, sua legitimação diante da sociedade deve ser também consolidada por outros meios (Bruziguessi, 2014, p.57). No aspecto econômico, foi engendrado com base em investimento

estrangeiro, sobretudo de capital estadunidense, o período que ficou conhecido como o “Milagre Brasileiro”. No campo ideológico, foi reciclado o sempre invocado medo da “ameaça comunista”, através da narrativa de que agentes externos e internos estariam colocando em risco a “moral e os bons costumes” brasileiros, nomeadamente machistas, racistas, homofóbicos e classistas.

Além das Leis de Segurança Nacional, a Doutrina de Segurança Nacional foi ainda concretizada pelos Atos Institucionais¹⁰ e a Constituição de 1967. Tais marcos jurídicos estabeleceram um período mais baseado em ações coercivas do que na construção social de consensos (Bruziguessi, 2014, p. 58)

Durante a ditadura, quatro Leis de Segurança foram publicadas: o Decreto-Lei no 314, em 1967, o Decreto-Lei no 898, em 1969, a Lei 7.170, em 1978 e, em 1983, a Lei no 7.170. As três primeiras leis vieram recrudescer a restrição às atividades de caráter político, dentre elas, a apropriação dos espaços públicos para demonstrações públicas. No decreto de 1967, comícios, reuniões públicas, desfiles, passeatas e greves são enquadradas como “propaganda subversiva” com pena prevista de detenção de 06 meses a 2 anos (BRASIL, 1967). No decreto de 1969, a pena foi aumentada para 01 a 03 anos de reclusão (BRASIL, 1969), o que foi mantido pela lei de 1978. Já a lei de 1983, publicada em período de abertura política, deixa de considerar tais práticas como crimes contra a Segurança Nacional. Como veremos no capítulo 4, o incremento da punição tem reflexo direto nas práticas de ação adotadas pelos ativismos que, entre 1967 e 1983, passam a adotar táticas de ação menos explícitas como os protestos-relâmpagos e panfletagens anônimas, e também deslocarem-se dos espaços centrais e mais vigiados para as periferias da região metropolitana.

No contexto local, foi empreendida uma pesquisa da legislação municipal entre 1960 e 1983 em busca de leis e decretos que regulavam ou proibiam o uso do espaço público para demonstrações públicas. Pouco foi encontrado neste sentido, cabendo registrar a restrição do uso aos alto-falantes em comícios não autorizados previamente (Decreto Municipal 222 de 01 de abril de 1953) e decretos disciplinares proibindo funcionários municipais de adesão a greves (o que era chamado à época de “movimentos paredistas”), com punições que iam desde o desconto dos dias parados nos salários dos grevistas (Portaria

1285 de 25 de setembro de 1963), até a sua demissão (Portaria 1332 de 2 de agosto

¹⁰ O primeiro dos Atos Institucionais, AI-1, foi emitido em abril de 1964, seguido pelo AI-2, de outubro de 1965, o AI-3 de fevereiro de 1966, o AI-4, de dezembro de 1966, e o AI-5, em 13 de dezembro de 1968.

de 1964). Nesta última portaria, inclusive é feita uma alusão ao contexto de inquietação social pós-golpe civil-militar, quando se lê dentre as considerações iniciais do decreto que: “[o movimento de greve] provoca agitação em um **momento em que o País necessita de calma e tranquilidade para solucionar seus difíceis problemas**” (Carone Filho, 1964, grifos meus).

Foi identificado ainda, quanto às práticas repressivas locais, que era necessário solicitar autorização aos órgãos municipais para a realização de uma demonstração pública. Recorrentemente, o pedido era negado e, mesmo quando autorizados, não era assegurado que seriam livres de repressão. É o que é explicitado em matéria do Correio de Minas de 1963: “Naquele momento era necessário solicitar licença ao DOPS para realização de manifestações na rua e era comum a negação do pedido, bem como o confisco de alto-falantes e outros equipamentos utilizados nas ruas (CORREIO de Minas 19 jan. 1963, p.2). Era comum ainda que a polícia isolasse a área solicitada com um numeroso destacamento, horas antes da demonstração em questão (Pereira, 2007).

Reescrever a historiografia urbana (ou Como encontrar os ativismos na história?)

A fotografia do Desfile de 7 de setembro de 1963, apresentada no início deste trabalho, nos mostra a possibilidade de recorrer aos documentos que até hoje sobreviveram, por escolha ou acidente, em busca dos vestígios que neles resistem. A partir da identificação de tais vestígios, emerge a possibilidade e necessidade de reinterpretar desses documentos: o que antes era somente o registro de uma das muitas paradas militares é também o registro da resistência e da construção coletiva da cidade, dado que justamente o primeiro – a parada – permitiu o segundo – as ocupações de terras que deram origem a novas comunidades.

Nesse movimento, entretanto, é necessário reconhecer a violência inscrita nos arquivos.

No caso dos arquivos policiais com os quais escolhi trabalhar, tal violência é pungente e explícita, dado o contexto repressivo que produziu tais documentos, como descrito na seção anterior.

Deparei-me, assim, com uma pergunta: É possível transgredir tal violência e recorrer aos arquivos sem reforçar sua brutalidade?

Muitas outras pesquisadoras e pesquisadores antes de mim fizeram-se essa questão, para a qual algumas saídas foram propostas.

Aryella Aïsha Azoulay argumenta que não se trata de destruir e negar documentos e arquivos oficiais, mas de recusar a normatização de suas violências e de sua neutralidade (Azoulay, s/d, on-line). A autora, que se reconhece como judia palestina, tem dentre seus principais campos de estudo a construção do Estado Israelense e o deslocamento e despossessão do povo palestino que vivia naquele território¹¹. Ela reconhece a estreita relação entre as práticas arquivísticas na construção de narrativas imperialistas, sobretudo no caso da coleção de imagens neles salvaguardadas. Um duplo movimento de construção e destruição é suportado pela criação dos arquivos no contexto de criação do novo Estado em 1948: de um lado, os documentos salvaguardados subsidiaram a memória e a legitimidade da construção do Estado de Israel e do direito de cidadania aos israelenses; de outro, esses mesmos materiais auxiliaram no apagamento da Palestina e de seu povo, reclassificando-os como refugiados naquele território que outrora lhes pertencera.

Apesar de seu caráter, Azoulay nos convida a buscar e restaurar, nesses repositórios, alternativas rechaçadas e silenciadas pelas narrativas únicas (Azoulay, 2014, p.42). A essa prática teórica, ela denomina *história potencial*, ação que dialogicamente expõe o passado apagado, enquanto explora o potencial que esse desvelamento tem na mobilização de futuros distintos. Ela propõe ainda entender o passado como “evento não terminado”, o que torna possível nele incidir e transformar seus desdobramentos. No caso do Estado Israelense, por exemplo, a autora questiona a narrativa de conflito entre árabes e judeus que sustentou a necessidade de criação do novo Estado. Ela o faz ao restaurar “a polifonia das relações civis e as formas de conviver que existiram em algum momento da história”¹² (Azoulay, 2014, p.58, tradução minha). Para isso, ela recupera imagens de cooperação entre os povos que coabitavam o território antes da criação do Estado de Israel, num duplo movimento que, além de questionar o passado, aponta para a possibilidade – ontem, hoje e amanhã – da coexistência dos povos (Azoulay, 2014, p.58).

Saidiya Hartman é outra autora interessada no manejo aos arquivos e suas violências. Ela assinala que quem se dispõe a pesquisar “as pessoas despossuídas, subalternas e escravizada se vê tendo que enfrentar o poder e a autoridade dos arquivos e os limi-

11 Para mais, ver *From Palestine to Israel: A Photographic Record of Destruction and State Formation, 1947–50* (Londres: Pluto Press, 2011).

12 No original: “la polifonía de las relaciones civiles y las formas de convivir que existieron em algún momento de la historia”.

tes que eles estabelecem em relação àquilo que pode ser conhecido” (Hartman, 2022, p.11). Ao longo de toda sua obra, é central seu questionamento sobre como contar as histórias que residem nos arquivos construídos desde processos violentos, sem repetir tal violência no ato de recuperar essas narrativas. Pensando sobretudo na memória de sujeitos racializados, os rastros dessas vidas são em sua maioria encontrados em registros policiais, nos livros de contabilidade de escravizados, nos relatos de abusos sexuais, em documentos de óbitos etc. Nesses documentos, as pessoas são inscritas como consequência do “acaso ou desastre” que as retirou da “invisibilidade e a catapultou do subterrâneo para a superfície do discurso” (HARTMAN, 2020, p. 14), ainda que transformadas em meros números ou códigos.

Diante do encontro da autora com essas histórias, ela propõe contranarrativas que tencionam, especulam e imaginam para além dos limites dos documentos (Hartman, 2022, p.12). No entanto, não se trata de redimir a história dessas pessoas, mas de complexificar sua vivência para além das categorias reducionistas em que foram retratadas nesses documentos (Hartman, 2020, p.17). Ao método que conduz essa prática ela denomina *fabulação crítica* (Hartman, 2020, p.17). Com e contra os arquivos e os rastros históricos aos quais é possível acessar, a autora propõe “imaginar o que poderia ter acontecido ou poderia ter sido dito ou poderia ter sido feito (Hartman, 2020, p.17). Em seu trabalho mais recente, “*Vidas rebeldes, belos experimentos*”, publicado no Brasil em 2022, no qual ela também lança mão do método da *fabulação crítica*, ela sintetiza da seguinte maneira a prática que originou o escrito:

Todas as personagens e eventos apresentados neste livro são reais: nada foi inventado. [...]Criei uma narrativa livre de julgamentos e das classificações que submeteram jovens negras a vigilância, punição e confinamento, e que oferece um relato sobre os belos experimentos – de fazer do viver uma arte – realizados por aquelas muitas vezes descritas como promiscuas, inconsequentes e selvagens e rebeldes. (Hartman, 2022, p.12)

Ao pensarmos numa historiografia do espaço urbano e na busca por práticas que desviam das narrativas oficiais e formais de sua produção, deparamo-nos com a mesmas dificuldades no que diz respeito às fontes e aos rastros dessas ações. A cidade é fruto da construção coletiva de diferentes atores, classes e grupos, o que é, já há algum tempo, reconhecido (Canetti; Velloso; Sanders (2020). À despeito do papel dos movimentos sociais como agentes que produzem os espaços urbanos e que interferem nos rumos políticos das cidades, a historiografia urbana dominante e os arquivos que a subsidiam ainda se concentram nas narrativas produzidas por somente parte dos sujeitos, cujos direitos à voz, à palavra e à imagem foram atribuídos (Canetti; Velloso; Sanders, 2020).

Valéria Borges, fotógrafa e ativista da Pedreira Prado Lopes (2021 *apud* Musa, 2022), importante território popular informal em Belo Horizonte, recorda-nos que o silenciamento de parte dos sujeitos que habitam e produzem as cidades é componente de um projeto de poder. “Desconhecer” algum lugar permite forjar narrativas convenientes sobre ele e seus habitantes, que vão embasar a necessidade de vigilância, a repressão, o descaso e a expulsão desses sujeitos. A segregação espacial (pelas distâncias, pelos muros e pelas barreiras visíveis e invisíveis), é fundamental para criar o desconhecimento e, assim, sustentar as narrativas estereotipadas dos territórios populares ou ditos informais.

Marcos Virgílio da Silva (2016, p.12) nos adverte como, recorrentemente, urbanistas e historiadores urbanos, atendo-se ao fenômeno urbano como um todo, relegam os cidadãos e suas ações ao segundo plano. Ele defende, então, o abandono de tal perspectiva e das categorias abstratas operadas por ela e, inspirado no pensamento do historiador E. P. Thompson, convida-nos à construção de uma história urbana “a partir de baixo”, que propõe a experiência dos habitantes urbanos como premissa e ainda pressupõe a ampliação dos procedimentos de pesquisa, sobretudo no que diz respeito às fontes utilizadas (Silva, 2016, p. 14).

Recuperar os rastros da multiplicidade de sujeitos responsáveis pela produção, apropriação e disputa da cidade apresenta-se como uma tarefa urgente e desafiadora para repensar a historiografia urbana. Isso implica descartar a noção de sujeitos sociais únicos, apresentando distintas portas de entrada na construção dos modos de viver, pensar e historicizar o mundo.

Voltando as atenções ao caso específico de Belo Horizonte, diversas pesquisadoras e pesquisadores buscam recontar sua história para além de seu caráter de cidade moderna e planejada, construída a partir de grandes feitos e por grandes homens. Essas e esses investigadores, aos quais já recorri nesta tese, e que serão meus companheiros ao longo de toda ela, também se deparam com invisibilidades, silêncios e ausências nos arquivos. Josemeire Alves Pereira (2019), Philippe Urvoy (2020), Priscila Musa (2022), Samuel Oliveira (2010; 2012 e 2018), todos eles dirigiram-se aos arquivos na busca por outros atores e experiências, para além da imagem de uma Belo Horizonte moderna, planejada e construída a partir de grandes feitos e por grandes homens, ou como Musa (2022) denominou, “outros-modos-de-vida-que-o-urbano-espetacular” (Musa, 2022). Tais silêncios estrategicamente embasam uma certa narrativa de cidade.

No caso de Belo Horizonte, a modulação da história se deu desde antes de suas origens. A nova capital nasce de gestos de apagamento: do passado colonial de Ouro Preto, antiga capital do estado; do arraial que antes ocupava o local previsto para a nova cidade; e da população que ocupava esse território – majoritariamente negra, como Josimeire Pereira (2019) demonstrou. Tais apagamentos ocorrem junto com a criação do primeiro arquivo histórico em Minas Gerais—o Arquivo Público de Minas Gerais – APHMG, criado antes mesmo da transferência da nova capital em julho de 1895. O que parece um movimento aparentemente paradoxal, aponta para a mesma direção (Musa, 2022, p. 63-64). A invenção de um presente pressupõe a reinvenção ou destruição do passado, em função de um ideal de futuro moderno e iluminado (leia-se branco, masculino, cis e heterossexual).

Josemeire Pereira (2019) buscava demonstrar a presença negra nos primórdios de Belo Horizonte. Sua investigação partia de um pretense paradoxo: enquanto sujeitos fenotípica e culturalmente não brancos traziam relatos de seus antepassados habitando o território da nova capital antes mesmo de sua implantação, ou para cá migrando já nos primeiros anos do século XX. Havia, contudo, um enorme silêncio historiográfico a respeito da presença e contribuição de tal população para o desenvolvimento da nova capital. Na narrativa dominante, o papel central de estrangeiros europeus – italianos, portugueses e espanhóis – na construção e ocupação da nova cidade era evocado, enquanto os demais sujeitos eram “silenciosamente negligenciados” (Pereira, 2019, p.219). Tito Aguiar (2006) demonstra que o projeto de modernização mineira ao qual estava articulada a construção da nova capital, aliava-se o projeto de atração de imigrantes europeus para trabalhar no campo e na cidade. Diante da falta de fontes e do silêncio sobre a temática racial na historiografia dominante, Josemeire colocou-se, então, a seguinte pergunta: onde e como encontrar os registros da contribuição dessa população não branca no cotidiano da cidade?

Nos documentos salvaguardados nos principais arquivos da cidade, a autora conseguiu reconstituir somente um universo fragmentado quanto à presença desses sujeitos em Belo Horizonte (Pereira, 2019, p.27). Tais lacunas tampouco puderam ser preenchidas pelos registros demográficos do período de investigação, pois não eram registradas informações a respeito de cor/raça da população. O IBGE, por exemplo, só passou a fazer esse tipo de registro nos anos 1940 (Pereira, 2019). As informações a respeito da cor/raça da população de Belo Horizonte foram encontradas nos documentos policiais do Fundo da Chefia de Polícia e nos Relatórios da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, ambos salvaguardados no Arquivo Público Mineiro.

Samuel de Oliveira (2010; 2012 e 2018) também encontrou nos documentos policiais

uma importante fonte de pesquisa. Tomando como base os documentos produzidos pelo DOPS/MG, sua pesquisa revelou a rica atuação dos movimentos de favela entre os períodos de 1959 a 1964 em Belo Horizonte. Os movimentos de moradores de favela abordados pelo pesquisador (como a FTFBH - Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte) e as Uniões de Defesa Coletivas (UDCs) em Belo Horizonte colocam em questão não só a historiografia a respeito de Belo Horizonte, mas também a historiografia dos movimentos sociais no Brasil. Ele argumenta que existe uma visão simplificada do contexto político-social na leitura dos ativismos anteriores a 1964. Nessas leituras, a atuação das associações comunitárias é interpretada de maneira reduzida, como pouco incisiva e dependente dos políticos no poder. Isso gera o ofuscamento desses grupos, de suas ações e de seus impactos.

Philippe Urvoy (2015,2020) é outro investigador interessado em narrativas históricas alternativas e a contribuição de agentes tidos como periféricos na produção de Belo Horizonte. Assim como Samuel Oliveira, o historiador encontrou nos arquivos do DOPS/MG inúmeros registros da atuação desses atores sobre os movimentos de moradia em Belo Horizonte entre os anos 1960 e 1983. Ainda partindo de uma narrativa oficial dos fatos, o autor lançou mão de atas e relatórios de Câmaras Municipais, relatórios de prefeitos, mapas ou ainda publicações oficiais encontradas no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Periódicos e jornais de imprensa foram também utilizados para o levantamento de como foram noticiadas ações e conflitos visíveis. Tal fonte, além de retratar o cotidiano da cidade, mostrou-se também ao pesquisador como uma “caixa de ressonância de conflitos políticos”, em que os diversos interesses se colocam em disputa na narrativa do presente e também dos projetos de futuro (Urvoy, 2020, p. 46).

No entanto ele alerta que os documentos produzidos pelas instituições fazem parte de uma narrativa plana, que achata territórios e sujeitos de forma a encaixá-los em grandes chaves de leituras (Urvoy, 2015, p. 78). Como vimos, recorrentemente esses atores são retratados como invasores, informais, baderneiros, ou simples massa de manobra para grupos subversivos. Notavelmente, isso vem a influenciar as narrativas historiográficas, sobretudo na temática do espaço urbano. Mais ainda, isso vem influenciar as ações presentes e futuras quanto a esses territórios e populações.

É central, portanto, a recuperação de outras narrativas, que constituam o que Urvoy denomina como narrativa oblíqua sobre a cidade e seu território, “não somente para evitar de reproduzir o discurso plano do poder, mas também para entender de uma forma mais profunda a participação dos atores tradicionalmente silenciados dentro da história urbana” (Urvoy, 2015, p.84). Tais memórias oblíquas permitem fazer emergir

outras dimensões, para além daquela concreta e cartesiana dos que buscam o controle e a vigilância do espaço e dos corpos que o vivenciam. Neste ínterim, para contrapor a narrativa plana dos arquivos do DOPS, da imprensa e dos planos e projetos governamentais, o autor utilizou entrevistas com moradores que vivenciaram os fatos. Os depoimentos utilizados foram cedidos ao pesquisador pelos cineastas Marcus e Dé Vieira (Urvoy, 2020, p. 45). Foram também consultados materiais produzidos pelos movimentos de moradores ou por militantes, cabendo, sobretudo, destacar o *Jornal dos Bairros*. O periódico circulou entre 1976 e 1981 no Barreiro, Cidade Industrial, Contagem e Ibirité e era produzido por militantes de esquerda e de base comunitária (Urvoy, 2020, p. 46). A fotógrafa Mana Coelho, já citada nesta tese, atuou na produção do periódico em questão e parte do material que compõe o acervo doado ao Museu Histórico Abílio Barreto é decorrente de sua atuação no *Jornal dos Bairros*.

Priscila Musa (2021) explorou o acervo fotográfico de diversas instituições da cidade na busca por materiais que permitissem trazer à tona memórias dissonantes e heterogêneas, frente às representações consagradas. Primeiramente, a pesquisadora buscou, no sistema de indexação e descritores dos próprios arquivos, por palavras-chave que poderiam conter tais imagens. Diante da falta de materiais classificados pelos termos delimitados, ela, então, percorreu todas as mais de 100 mil imagens e vídeos salvaguardados em tais instituições. Ela vasculhou ainda nas redes sociais e em grupos virtuais de trocas de imagens antigas de Belo Horizonte. Nesses acervos oficiais e amadores, ela constatou que, se de um lado havia um silêncio em torno do que ela denominou narrativas dissonantes, ele se contrapunha ao excesso de imagens que reforçam uma “história enaltecida do Belo Horizonte e seus homens ilustres” (Musa, 2021, p.2). Ambos os gestos fazem parte de uma mesma estratégia que separa o que e a quem pertencem, e o que e quem são excluídos da história, do plano urbanístico e da imagem fotográfica. Ela defende que as imagens produzidas e guardadas nos arquivos consultados evidenciam que a tentativa de controle do território da capital apoiou-se também na tentativa de controle do campo do sensível, da memória, do pensamento e do conhecimento (Musa, 2021, p.2).

Eventualmente, é possível captar o que escapou à censura e aos bloqueios tácitos ou institucionalizados¹³ e um desses momentos de ruptura foi capturado pela pesquisadora. Priscila Musa buscava por um protesto ainda hoje narrado pelos moradores do bairro Lagoinha, um dos mais tradicionais de Belo Horizonte. Eles contam que o protesto foi organizado contra a demolição, em 1981, do que havia sobrado da Praça Vaz de Melo, importante centralidade local. No dia da implosão dos principais prédios

13 Esta última sobretudo após a promulgação do Ato Institucional número 5 em 1968.

da praça, foi organizado um protesto em que foram distribuídos 100 mil lenços brancos bordados com a letra do samba “Adeus Lagoinha¹⁴” Depois de intensas pesquisas, os registros desse momento foram finalmente encontrados pela pesquisadora no Acervo Rede Globo Negativo, sob salvaguarda do Museu da Imagem e do Som de Belo Horizonte (MIS BH), em filmagens referentes a uma reportagem que tinha como pauta não o protesto, mas sim a primeira implosão de edifícios da cidade (Musa, 2022, p.42-43). No vídeo sob o título “Implosão Lagoinha JS”, é possível vermos, desfocado e fora do quadro principal, nas frestas da narrativa dominante, gente que ousou se colocar contra o processo de transformação perverso que ali apenas despontava. Depois da demolição dessa centralidade regional para a duplicação de avenidas, da construção de uma série de viadutos, da demolição de quarteirões e da desarticulação das dinâmicas locais, o bairro transformou-se em um perpétuo canteiro de obras, foco de inúmeras investidas de “revitalização” pelo poder público. A pesquisadora conta que, por apenas 13 segundos de filmagem, um grupo de quatro mulheres aparece no vídeo. Enquanto dançam sob o olhar do entorno e da câmera, levam escrito no rosto as palavras “saudade da lagoinha” (Musa, 2022, p.98).

Diante dos silêncios nos arquivos oficiais, Priscila Musa aliou-se a quatro companheiras de pesquisa, com as quais ela aprendeu a “ver com”, quase todas já citadas nesta tese: Isabel Casimira, Júlia da Silva, Mana Coelho e Valéria Borges. A partir dos acervos dessas mulheres, uma outra Belo Horizonte emerge.

Como meus colegas, me aproximei desde um olhar desconfiado dos arquivos oficiais, sobretudo aqueles produzidos pelos órgãos repressivos. Isso não me impede de perceber o potencial de narrativas que podem emergir a partir do material profícuo gerado a partir do frenesi de espreita do “outro suspeito”. Esses registros, ainda que enviesados, são pontos de partida para fazer emergir narrativas e atores enterrados pelo próprio excesso e redundância de informações produzidas e arquivadas. Desse exercício, inúmeros fios ficaram soltos, mas servem como ancoragens para que outras pesquisadoras e pesquisadores teçam relações possíveis, assim como eu pude me apropriar das ancoragens deixadas por aqueles que reviraram os arquivos e memórias disponíveis – oficiais ou não – antes de mim.

14 Adeus, Lagoinha, Adeus/Estão Levando o que resta de mim/Dizem que é força do progresso/ Um minuto eu peço/Para ver seu fim/ Praça Vaz de Melo da folia/ Da gostosa Boemia/ E de muito valentão/ Vou lembrar Joel compositor/ E os amigos lá da praça/Lembrarei com emoção/ Coisas da matéria eu não ligo/ Mas preciso de um abrigo/ Para o meu coração (Gervásio Horta e Milton Horta, 1981, apud Musa, 2022, p.41).



Figura 16. Frames do vídeo Implosão Lagoinha
Fundo Rede Globo Negativos, Acervo MIS/BH apud Musa, 2022

CAPÍTULO 2 Historicizar as práticas espaciais

Como anunciado na introdução desta tese, busco uma análise histórica dos ativismos de Belo Horizonte desde uma análise espacializada, o que significa compreender as relações entre esses grupos do passado e os espaços dos quais eles se apropriaram. Desde minha aproximação com a temática dos ativismos em Belo Horizonte, tenho registrado e sistematizado informações originárias de fontes diversas como pesquisas acadêmicas, reportagens e materiais produzidos pelos próprios ativismos. Esse conjunto de fragmentos, que contribuem na compreensão dos grupos do passado e de suas ações, compõem a linha do tempo disponível no site desenvolvido durante a pesquisa. Essa linha do tempo constitui-se, assim, como um repositório que permite a inserção de novas informações coletadas no futuro e como ferramenta de visualização dos eventos em suas sucessões e simultaneidades. As informações relativas aos ativismos e suas práticas espaciais colhidas nos arquivos do DOPS/MG e do SESP/MG também acrescidas à linha do tempo.

Simultâneo ao processo de coleta de informações, construiu-se a perspectiva metodológica apoiada em autores que também tiveram que lidar com as mesmas tarefas de relacionar o contexto temporal ao contexto espacial na leitura das relações sociais.

A relação entre ativismos e espaço tem sido bastante explorada nos últimos tempos. No entanto, o aspecto histórico dessa relação é ainda pouco explorado (Rodrigues, 2019). Ainda assim, certos autores, sobretudo no campo da geografia, apontam para possibilidades metodológicas e fatores a serem considerados.

A respeito da relação entre tempo, espaço e ação social, Milton Santos sublinha que o “espaço testemunha a realização da história, sendo, a um só tempo, passado, presente e futuro” (Santos, 2004, p.101). Para o autor, a ação social ocorre por meio do acúmulo e superposição de eventos, o que dá origem a um novo evento, cuja “natureza da resultante é diversa da soma das partes constitutivas” (Santos, 2004, p.101). Para entender um evento, portanto, é necessário resgatar aqueles que o influenciaram e o constituíram, sejam eles os que o antecederam temporalmente, sejam eles os que ocorrem sincronicamente. Assim, ao tentarmos compreender um espaço - histórico ou atual -, torna-se necessário cruzar o eixo de sucessões ao eixo das coexistências (Santos, 2004, p.159).

O eixo das sucessões pode ser entendido como aquele que se distingue como períodos, ou o chamado tempo histórico. Já as coexistências referem-se aos acontecimentos não sucessivos. É o tempo concreto e múltiplo da vida de todos. Esses dois eixos unem-se no espaço em uma unidade espaço-temporal (Santos, 2004).

Ao pensar uma abordagem que se ocupa em desvendar espacialidades do passado, o geógrafo Marcelo Silva (2012) aponta a necessidade de “correções metodológicas” no que diz respeito à importação temporária de variáveis, contextualização do momento estudado e a consciência de que o que conseguimos estudar não é o passado, senão os fragmentos que foram preservados até o tempo presente. Os documentos que foram resguardados demonstram relações de poder, tanto por seu conteúdo, quanto pela escolha de sua conservação. Nessa perspectiva, é preciso aceitar que historicizar um determinado assunto - no caso desta pesquisa, os ativismos e suas práticas espaciais - não é simplesmente recontar o passado de forma neutra, trata-se de um processo configurado pela intencionalidade daquela ou daquele que historiciza. A subjetividade de quem historiciza faz-se sentir em todos os estágios do processo: na seleção dos documentos a serem considerados; no exercício de explicar, entender e interpretar tais documentos; na tradução dos termos do passado para o presente, para “tornar inteligível o que não é mais”; e, finalmente, no caráter humano daquele que historiciza e daquele que é historicizado (Dosse, 2012, p. 10).

A proposição de Estaville Jr. (1991) de organização do tempo para estudar aspectos espaciais tem sido amplamente adotada no campo da geografia histórica. O autor sintetiza as seguintes operações de análise:

- Recorte temporal simples: quando um determinado período é selecionado devido à sua importância histórica ou pela presença de fontes materiais para tal análise. É a tentativa de recriação de um “presente histórico”;
- Método retrospectivo/refletivo: uso dos objetos do passado que sobreviveram ao presente. É utilizado, sobretudo na reconstrução de paisagens;
- Recortes sincrônicos: soma de dois ou mais recortes temporais simples. Apresenta possibilidades de análise entre momentos distintos. No entanto, pode-se restringir o entendimento do processo desde o recorte proposto, por perdas de informações fora de tal recorte;
- Recortes diacrônicos: isolam-se relações espaciais de fenômenos particulares em um fluxo contínuo de tempo longo. A realidade é entendida como um filme em continuum de movimento. Pela falta de informações, é necessário inferir muitas informações, assim, torna-se necessário lidar com uma quantidade pequena de fenômenos.

Sobre as duas últimas abordagens – recortes sincrônicos e diacrônicos –, Silva (2012, p.10) considera que, enquanto a primeira permite o recorte e conhecimento mais aprofundado de padrões espaciais em períodos bem delimitados, a perspectiva diacrônica

permite identificar transformações e continuidades dos padrões espaciais ligados a determinados fenômenos.

Ciclos de protestos e seus repertórios

Como já explicitado, busca-se, com esta pesquisa, entender como as práticas espaciais dos ativismos em Belo Horizonte desenvolveram-se ao longo de um determinado período (entre 1964 e 1983), junto à produção de lugares e territórios na disputa pelo espaço urbano e seus significados. Busco entender, portanto, um processo de produção de padrões espaciais em um determinado período. Como vimos na seção anterior, tanto a perspectiva sincrônica como a diacrônica apresentam limites à compreensão de processos de transformação de padrões espaciais. Assim, proponho uma abordagem sincrônica-diacrônica da temática investigada, em que, em um primeiro movimento, certos momentos são destacados ao longo da história de Belo Horizonte para uma análise centrada nas práticas espaciais empregadas em cada um dos momentos. Da identificação de novas práticas, transformações, continuidades e afins, propõe-se, então, uma abordagem diacrônica, de maneira a compreender os processos que levaram aos cenários selecionados na etapa de análise anterior.

Diante dessa escolha metodológica, como destacar os períodos a serem abordados na análise sincrônica-diacrônica?

Para este propósito, parece interessante a proposta de Sidney Tarrow de ciclos de protestos, apresentada na introdução desta tese. Na perspectiva do autor, os ciclos implantam-se a partir de quebras nas rotinas de disputa política já estabelecidas, expandindo o conflito a todo o tecido social (Tarrow, 2010). Eles podem ser impulsionados por ações reivindicativas vistas como pontuais e isoladas, o que corrobora a necessidade de serem entendidas em conjunto. À ideia de ciclos de protestos, Tarrow incorpora o conceito de Repertório de Tilly. Cada Ciclo de Protestos tem, para Tarrow (2010), seu repertório específico, que é constituído pelas práticas de reivindicação adotadas. As barricadas foram, por exemplo, a forma central de ação coletiva empregada no ciclo de revoltas na Europa durante 1848. As ocupações de fábricas foram associadas aos protestos dos trabalhadores após a 1ª Guerra Mundial e as marchas aos movimentos dos direitos civis estadunidenses entre 1950 e 1960 (Tarrow, 2010).

Neste sentido, tempo e espaço tornam-se centrais na análise dos conflitos. Ou seja, a atuação simultânea em termos temporais e espaciais de determinados sujeitos coletivos e as articulações e interações existentes entre tais atores são fundamentais ao

desenvolvimento do repertório de luta por eles acionado.

As práticas espaciais também poderiam se desenvolver e difundir dentre os grupos ativistas de forma transversal, atravessando “barreiras” temáticas entre as lutas, como parte das formas de reivindicação possíveis? É o que, por exemplo, vemos na narrativa de Samuel de Oliveira (2010) a respeito das mudanças de repertório de ação da Federação de Trabalhadores Favelados nos anos 1960, e que irei explorar com mais detalhes nos próximos capítulos. O autor atribui a incorporação do caráter performático das passeatas pelo grupo à sua articulação com o movimento sindical e estudantil. É a partir desse diálogo que a Federação passa a explorar esse potencial ao percorrer locais de força simbólica, como a prefeitura e a sede do governo estadual, e ao ocupar o centro da cidade.

Tilly (2006) distingue os tipos de repertório, em quatro categorias principais:

1. Não-repertórios: uso de formas de ação que falham ou não causam efeito no imaginário popular, o que significa que não se tratam de formas de reivindicação relevantes;
2. Repertórios fracos: formas de ação desenvolvidas em circunstâncias especiais, como no contexto de guerras, repressão ou imigração. Uma vez que os contextos específicos deixam de existir, tais ações tendem a desaparecer;
3. Performances políticas ritualísticas: performances que perderam seu significado original, mas ainda preservam seus impactos simbólicos;
4. Repertórios fortes: performances que retêm seu significado original no imaginário popular e ainda possuem força política.

As práticas que compõem cada repertório são, ao mesmo tempo, roteirizadas e improvisadas. Nesse sentido, aproximam-se da dinâmica do jazz ou da *Commedia dell'arte* e assentam-se num paradoxo: enquanto uma “repetição perfeita” das práticas “gera tédio e indiferença tanto por parte dos que demandam, quanto dos demandados” (Tilly 2006, p.41, tradução nossa), as práticas absolutamente novas e desconhecidas podem ser mal compreendidas pelos atores externos. Por outro lado, se bem sucedidas, as novas práticas podem passar a compor os repertórios de ação em um determinado período ou localidade.

É mais fácil empregar formas conhecidas de protesto, porque oferecem baixos riscos e exigem menos comprometimento, o que atrai um grande número de participantes

(Tarrow, 2010, p.111). Além disso, a adoção dessas formas facilita sua recepção e interpretação pelos não participantes, como a imprensa, a polícia, os oponentes e a sociedade em geral (Tarrow, 2010, p. 113).

No entanto, no cerne de toda ação de protesto está a tentativa de desestabilização da “normalidade” e do cotidiano e a repetição das práticas pode levar ao seu abafamento. Da mesma forma que os manifestantes aprendem e desenvolvem novas formas de ação, lugares a serem disputados e ocupados, símbolos e ações a serem adotadas, a polícia e o poder público aprendem como lidar, reprimir e neutralizar tais práticas, tendo a seu lado leis, regulamentos, proteção e armas (Tarrow, 2010, p.56). Novas formas de protesto são importantes, portanto, porque têm o potencial, pelo menos temporariamente, de burlar, evadir ou surpreender tais autoridades, até que as “forças da ordem” desenvolvam novas técnicas para controlá-las (Tarrow, 2010, p.54, tradução nossa).

Uma importante chave teórica para a compreensão de efetividade do repertório adotado é o conceito de texto social apresentado por Lefebvre no volume II da Crítica da Vida Cotidiana, (Lefebvre (2014, p. 600). Na perspectiva do autor, os textos sociais nos atravessam diariamente e somos deles sujeitos – leitores – e também objetos a serem “lidos, decifrados e explicados (ou não)” (Lefebvre, 2014, p.601, tradução nossa).

Assim como textos sociais, é central para os protestos a aptidão de se comunicar com os atores externos, como a população em geral, os representantes do poder, a imprensa. Protestos são, afinal, (tentativas de) interlocução. Como os textos sociais, os protestos podem ter diferentes legibilidades: quando carregados de simbolismos e informações, tornam-se menos legíveis; quando muito literais, tornam-se “banais” e, apesar de claros, são repetitivos (Lefebvre, 2014 [1958-1981], p.601) e facilmente neutralizados pelo ritmo da vida cotidiana. Assim, os protestos estão sempre no limiar entre produzir barulho e perturbar a normalidade, performando um repertório forte, ou ser por ela sobreposto e ignorado.

Frequentemente a diminuição dos ciclos de protestos traz a cristalização e a pacificação de certas práticas que, de certa forma, irão caracterizar a reivindicação de determinados grupos em local e período específicos. Isso se dá pelo aprendizado dos manifestantes quanto às ações que têm impacto tanto simbólico como prático, como, por exemplo, a facilidade de acesso dos manifestantes ao local de protesto, a quantidade de pessoas alcançadas pela mensagem, a lida com as forças repressoras, a infraestrutura de apoio etc.

O cientista político Bruno Bringel (2012, p.54), responsável por traduzir e analisar a adequação do pensamento de Tilly ao contexto brasileiro, aponta que o autor tende a reduzir o entendimento do espaço a apenas um cenário para as lutas, desconsiderando a relação dialógica influenciador/influenciado entre espaço e práticas espaciais. Apenas no texto *Contention over space and place* (Tilly, 2003) essa dimensão transparece. Essa é, portanto, uma dimensão a ser explorada na noção de repertório, pois, além de desempenhar um papel como palco das lutas, o espaço também pode definir algumas das próprias lutas.

Ciclos de protesto e vida cotidiana

Os protestos são mais do que ação direta. Eles são também crítica à vida cotidiana, na medida em que suspendem, ainda que momentaneamente, as dinâmicas ditas normais: ruas e avenidas são tomadas por manifestantes, colocando em questão o traçado da cidade em função dos carros, donos do espaço, enquanto pedestres se espremem nas calçadas; o trânsito é parado, impondo um ritmo sincopado à vida regida pelas horas comerciais, que prioriza a produção, o consumo e o fluxo de mercadorias; os monumentos que congelam as assimetrias históricas de poderes são transitoriamente tomados; os centros que cristalizam as desigualdades sociais ao concentrarem bens de consumo são ocupados por sujeitos periféricos.

A vida cotidiana é central na reprodução e “naturalização” das hierarquias e dominações que configuram nossa sociedade. É nela que a soma de todas as relações humanas se manifesta, tornando-a ponto de encontro de todas as atividades que Lefebvre costumava denominar (não sem certa ironia) superiores (1997, p.97): a política; a economia; a técnica; etc. Para ele, no entanto, o papel da vida cotidiana não é suficientemente explorado nas tentativas de compreensão dos processos sociais. Prevaecem as análises das atividades especializadas, ainda que seja na vida cotidiana que os processos dirigidos por elas se desenvolvem e se perpetuam (Lefebvre, 2014 [1961], p.336). A vida cotidiana é um solo – fértil ou infértil – para as atividades especializadas (Lefebvre, 2014 [1981], p. 687).

A incapacidade de um coletivo de se revoltar contra situações de injustiça reproduz-se na vida cotidiana. Em outras palavras, podemos dizer que a vida cotidiana é base para a obediência que sustenta a perpetuação de uma determinada situação. Por outro lado, pode a desobediência produzir-se desde a vida cotidiana?

Para entender a revolta, o filósofo Frédéric Gros (2017) volta-se ao seu oposto - a obediência. Ele questiona o porquê, mesmo com a percepção de regras injustas, de as pessoas não ousarem desobedecer. Dentre as respostas encontradas, está a aceitação de uma “normalidade” e a impensada reprodução diária do que sempre foi da mesma maneira. A repetição e o hábito da vida cotidiana seriam fundamentais à manutenção de uma realidade, assim como das relações de dominação que a sustentam.

Gros (2017) desmembra a obediência em quatro condições: a submissão; a subordinação; o conformismo; e o consentimento.

A submissão - aquela que se produz por meio de ações coercitivas - é considerada o sentido mais puro da obediência. Obedeço porque se estabelece uma relação hierárquica com um outro capaz de me subjugar, dominar e alienar, seja pelo monopólio da violência e da lei, seja porque nele reside o poder de decisão sobre os rumos da minha vida ou dos que me cercam (GROS, 2017, p.38).

Em síntese: obedeco porque “o custo da desobediência não é sustentável” e, portanto, a “razão para obedecer é a impossibilidade de desobedecer” (GROS, 2017, p. 40). Essa relação de obediência amplifica-se em situações extremas de dominação, embora comuns: o senhor e os escravizados; o patrão e seus empregados; um regime tirano e sua população.

Na subordinação, a obediência se produz não pela insuportável possibilidade de desobedecer, mas pela aceitação de uma hierarquia supostamente “natural”, ou divina, cujo comando seria intrinsecamente pertencente aos pais, senhores, patrões, monarcas e dirigentes políticos (GROS, 2017, p. 69). No mundo moderno ocidental, esse tipo de obediência seria decorrente do medo da desordem política aliado à doutrina cristã (2017, p.71). De um lado, há o receio, bastante cultivado, de que o caos provocado pela inexistência de dirigentes seria ainda pior do que a realidade existente; e de outro, a mentalidade cristã que enaltece o exercício da obediência como uma via de salvação aos pecadores e pecadoras, pois é a partir dela que se pode praticar a humildade e a provação. A obediência pela subordinação apoiar-se-ia, portanto, em aceitar uma ordem natural das coisas.

Nas palavras de Gros, no conformismo, a obediência se produz pelo

grilhão invisível e pesado da inércia coletiva [...] cada qual cativos destes ‘outros’ que não existiriam sem cada um deles [...] ‘outros’ que não são ninguém e são ao mesmo tempo cada um” (GROS, 2017, p. 98).

Nesse caso, o conformismo opera na homogeneização social, tão necessária em uma sociedade de consumo de massas. Às normas que nos tornam “calculáveis”, “adequados” e “previsíveis”, acumulam-se ainda a tradição e o costume (GROS, 2017, p.100). Obedecemos a partir do que o autor denomina “inércia passiva” (GROS, 2017, p.93).

Finalmente, Gros iguala a obediência ao consentimento. Obedecer seria respeitar o contrato social estabelecido no momento em que uma sociedade se constitui. É obediência livre, por tratar-se de regras de um jogo ao qual nós, como sociedade, consentimos. Esse processo constituiria a “ideologia do consentimento” segundo a qual a desobediência seria ilegítima, mesmo sob regras aparentemente impróprias (GROS, 2017, P. 136).

Apesar do cenário hostil apresentado por Gros, não podemos nos esquecer que seu objetivo final na reflexão acerca da obediência é compreender a desobediência. Na verdade, mais do que isso, o autor clama ao longo de seu exercício filosófico pela urgência da “política das desobediências”.

Que fragilidades nas categorias identificadas impedem, afinal, a revolta?

A provisoriidade da obediência é a mais forte delas. A obediência se assenta sob um regime de forças mutável (GROS, 2017, p. 41): quem obedece espera as brechas para agir e reconstruir uma força coletiva. Reside na obediência a promessa da revolta. No momento de reorganização coletiva o contrato social é questionado, e uma nova sociedade se constitui a partir da recusa coletiva de determinado projeto (GROS, 2017, p. 143).

Para que a “indignação torne-se contagiosa”, e a desobediência se espalhe, as ações desse novo coletivo dirigem-se à opinião pública (GROS, 2017, p. 150). Parte delas passa por desestabilizar o próprio sentido de “normalidade” que, como vimos, é um dos pilares da obediência.

Aqui voltamos, novamente, à vida cotidiana. Seja por submissão, subordinação, conformismo ou consentimento, é na vida cotidiana que se reproduz a obediência. É na escolha ou obrigação diária e repetitiva em seguir trabalhando, consumindo e circulando, que se reproduz um sistema desigual e conveniente a poucos de nós (humanos e não humanos). Parte daí a centralidade do projeto de Lefebvre de uma crítica ao cotidiano como projeto de transformação.

Como vimos na sessão anterior, Tarrow (2010) denomina ciclos de protestos justa-

mente aqueles momentos na história nos quais o conflito expande-se a todo o tecido social, para além de certos grupos militantes ocupados com agendas reivindicativas e de transformação. Nesses momentos o cotidiano abala-se e são geradas transformações tanto em direções progressistas, como também, em direções conservadoras. É o que se mostrou a recuperação das ações ativistas aqui empreendida.

Os ciclos - contexto 1960-64, 1966-68, 1979-83

Parte do período de estudo aqui delimitado é bastante explorado na literatura acadêmica, o que nos ajuda a matizar os arquivos produzidos pelos órgãos repressores. No entanto, tais pesquisas centram-se, em geral, em temáticas específicas de luta e seus atores, como o movimento sindical, os movimentos de favela, os sem-casa, a resistência à ditadura civil-militar e os partidos políticos. Nesse sentido, a ideia de ciclos de protestos, também apropriada por outros autores na análise do contexto brasileiro, ajuda-nos a tecer relações entre grupos, ações e temáticas aparentemente autônomas. Ainda assim, o panorama histórico-espacial construído nessas fontes secundárias é incompleto, apresentando períodos de aparente silêncio em relação à ação ativista, sobretudo ao considerarmos sua dimensão espacial, em geral mencionada somente superficialmente.

A proposta de delimitação dos três ciclos de protestos aqui trabalhados – de 1960 a 1964, de 1966 a 1968 e de 1979 a 1983 – está em consonância com o trabalho de outros atores que também reconhecem tais períodos como momentos de efervescência social, cuja diversidade de movimentações sociais merece ser entendida em seu conjunto e de maneira relacional.

Antes de explorarmos o caso específico de Belo Horizonte a partir do próximo capítulo, construirei aqui uma breve síntese do contexto histórico nacional de cada um dos ciclos, uma vez que influencia diretamente o contexto local.

Ciclo 1 - 1960 a 1964

Para entender o ciclo de protestos que se desenvolveu entre 1960 e 1964, é necessário retroceder até a década de 1930, quando algumas políticas de inclusão social e econômica no Brasil, junto a certa abertura política para as demandas das classes populares, passaram a ser promovidas por governos populistas. Esse modelo atingiu, nos anos 1960, sua capacidade de incorporar tais grupos, gerando instabilidade social

(Rodrigues, 1999). Esse modelo populista somava-se ao processo de industrialização em setores estratégicos, à intensificação da urbanização, à forte migração do campo para a cidade, associados a economia desenvolvimentista. Isso, de um lado, se desdobrou no fortalecimento dos ativismos, atrelado a um processo de politização desses atores, ampliação de suas agendas e demandas e aumento de sua participação; de outro, resultou na intensificação da exploração dos trabalhadores na cidade e no campo e na concentração de riquezas e propriedades (Bruziguessi, 2014, p.56).

Até o golpe militar de abril de 1964, surgiram diferentes processos coletivos de reivindicação, com demandas diversas e de diferentes ideologias. Foi um momento de mobilização entre as diferentes lutas sociais e seus atores, como os partidos políticos, os movimentos estudantis universitários e secundaristas, os trabalhadores urbanos e rurais e seus sindicatos e federações, as donas de casa, e os ativismos urbanos. Somente em 1961, foram identificadas 180 greves em todo o país, envolvendo 254.215 trabalhadores de 954 empresas. Em 1962, 158.891 trabalhadores se mobilizaram em 154 greves em 980 empresas distintas (Ammann, 1992, p. 66).

A luta camponesa também ganhou força nesse momento. Articulado com grupos de esquerda e da Igreja Católica, o grupo era mobilizado pelo contexto da vida no campo de intensos e violentos conflitos por terra e de condições informais de trabalho na agricultura, pecuária e afins. Isso porque as leis trabalhistas e sociais instituídas durante os anos 1930 e 1940 não haviam chegado ainda ao campo (Oliveira, 2021, p.8).

O contexto de efervescência civil foi acompanhado por ações conservadoras por parte das instituições militares e da sociedade civil. Como vimos no capítulo 1, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática - IBAD - e o Instituto de Pesquisa e Estudo Sociais - IPES -, institutos civis recém criados, foram responsáveis pelo levantamento de informações relevantes às agências de inteligência militar que serviram de base para o golpe civil-militar em 1964 (Bruziguessi, 2014, p.52). Também com o apoio desses institutos, a imprensa foi empregada massivamente para desgastar o governo de João Goulart e suas reformas de base, de maneira a associá-lo ao comunismo. Essas reformas de base foram pauta unificadora entre os ativismos, assim, embora não houvesse um programa único, eram pautadas reformas econômicas, tributárias, administrativas, universitárias, urbanas e agrárias (Gorender, 1998, p.55).

A intervenção militar foi, portanto, aclamada para “devolver” o caráter democrático das instituições e do Estado brasileiro, retomando a “legalidade” e descentralizando o poder para as regiões do país (Bruziguessi, 2014, p. 58).

Após o golpe civil-militar de 1964, a organização civil foi desmontada, levando a oposição à ilegalidade e ao desenvolvimento de outras formas de atuação para resistir ao regime autoritário. A centralidade técnico-burocrática na tomada de decisões substituiu a discussão política que começava a se estabelecer entre o Estado e a sociedade civil. Os prefeitos passaram a ser indicados pelo governo federal e as administrações municipais voltavam-se para o acesso aos recursos públicos, reinserindo uma relação clientelista entre o poder municipal e a sociedade civil (Dulci 1996).

Ciclo 2 - 1966-1968

Trabalhadores e estudantes foram atores bastante mobilizados neste momento, e não é à toa que o regime empreendeu um esforço enorme na desarticulação e enfraquecimento desses grupos entre 1964 e 1970. No caso dos trabalhadores, diversas diretorias de sindicatos foram destituídas no período em questão, além das intervenções em praticamente todas as confederações de empregados existentes à época (Gorender, 1998, p. 153) e da suspensão quase completa do direito de greve (a greve era permitida somente em casos de atrasos nos pagamentos). Quanto ao movimento estudantil, também foi alvo da repressão, sobretudo o dos estudantes universitários. A União Nacional dos Estudantes (UNE) foi decretada ilegal e eram cotidianas as ocupações policiais às unidades de ensino. Ainda assim, a UNE funcionou até 1968, inclusive realizando seus congressos nacionais.

Enquanto em todo o mundo gestavam-se movimentos contestatórios que eclodiram em 1968 – na França o levante do movimento de estudantes; o movimento hippie nos Estados Unidos; o sucesso da revolução cubana; entre outros –, na América Latina enfrentávamos regimes ditatoriais. No Brasil, parte da esquerda (dentre ela o PCB, ou “partidão”) ainda acreditava na possibilidade de mudança pelo sistema, por meio da obtenção de cargos no parlamento, apesar do quadro de repressão (REZENDE, BENEDITO, 2000, p.35). O historiador e cientista social Jacob Gorender (1998, p.153) sintetiza essa primeira fase da ditadura brasileira como um período de “tentativa e erro” pelos militares no poder, que enfrentaram confrontos externos - com parte da sociedade e organizações de esquerda - e também internos à corporação.

Em 1967, foi formada uma Frente Ampla contra a ditadura, que reunia sindicatos e estudantes. Essa articulação foi enquadrada como ameaça à Doutrina de Segurança Nacional. Também nesse ano é observada certa agitação entre a classe operária com a falência de pequenas empresas, atrasos de pagamentos e rebaixamento salarial (Gorender, 1998,

p.155). Tentou-se construir a “pacificação” social por meio do chamado Milagre Brasileiro¹, o que não impediu, entretanto, que fossem empreendidas diversas ações de reivindicação por parte dos trabalhadores, em alguns casos articulados com outras organizações de esquerda, como a greve de Contagem² (Gorender, 1998, p.154-155).

A agitação social se intensificava nos primeiros anos de 1968, chegando a um de seus picos em março de 1968. No dia 28 daquele mês, no Rio de Janeiro, a polícia, munida de armas de fogo, invadiu o restaurante estudantil apelidado como Calabouço. Sua justificativa era de que estaria sendo preparado ali um protesto para ataque à Embaixada dos EUA (Gorender, 1998, p. 160). Diversos estudantes foram feridos na ação, e o secundarista Edson Luís de Lima Souto perdeu a vida. A notícia de sua morte difundiu-se por todo o Brasil com protestos duramente reprimidos, produzindo prisões e mais mortes. Outros setores da sociedade se juntaram e uma onda de protestos antiditadura eclodiu no Brasil entre abril e outubro de 1968.

Em 26 de junho de 1968, foi realizada no Rio de Janeiro a Passeata dos Cem Mil, última grande manifestação contra a ditadura. A ação teve como organizadores o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), a Dissidência Universitária da Guanabara (DI-GB) e a Ação Popular (AP) e teve ainda presença de figuras da música, do cinema, da TV e do teatro (Gorender, 1998, p.161). A multidão reuniu-se na Cinelândia e percorreu a Av. Rio Branco até a Praça Quinze.

A resposta repressiva do Estado foi intensa: em 12 de outubro de 1968, 739 estudantes foram retidos durante o 30º Congresso da UNE, na Fazenda Mucuru, em Ibiúna. Parte deles foi fichada e liberada, mas os líderes ficaram retidos, o que enfraqueceu a UNE (Gorender, 1998, p. 162). Em 13 de dezembro de 1968, o regime se radicaliza com o Ato Institucional número 5, também chamado de o “golpe dentro do golpe”. O AI-5, além de permitir que o presidente decretasse o recesso do Congresso, das Assembleias Legislativas e das Câmaras municipais, cassou mandatos de Deputados e Senadores, instituiu a censura à imprensa e às produções culturais, aboliu os habeas-corpus nos casos de detidos por infringir a Lei de Segurança Nacional, dentre outras.

Para Gorender, a partir de 1968, há uma inflexão quanto aos sujeitos reprimidos. Enquanto nos primeiros anos da ditadura, os trabalhadores eram mais severamente

1 O “milagre brasileiro” foi um período de elevado crescimento econômico do país durante 1968 e 1973 com industrialização, exportação, abertura ao capital estrangeiro e reformas fiscais, fiscais e financeiras.

2 Em 16 de abril daquele ano, ocorreu em Minas Gerais a greve de Contagem. A greve se encerrou em 2 de maio e com relativo sucesso, o que impulsionou uma articulação nacional que reuniu categorias como metalúrgicos e bancários para a convocação de uma greve-geral em outubro-novembro (Gorender, 1998, p.155).

reprimidos por policiais e juizes do que estudantes, a partir de 1969, com a intensificação da guerrilha urbana, estudantes e pessoas de nível universitário passam a representar cerca de 55% dos presos. Na perspectiva do autor, deixam de valer as “imunidades costumeiras” às quais essa classe tinha acesso anteriormente e a classe média aproxima-se da repressão que já era característica e costumeira para outros sujeitos (Gorender, 1998, p.257).

Até o final da década de 1970, pessoas são presas, desaparecem, são assassinadas, exiladas e forçadas a existir na clandestinidade e as lutas recolhem-se dos espaços públicos. Isso não significa, entretanto, a cessão da luta e da resistência, porém, diante da violência do Estado, uma ação invisível e nas sombras era mais estratégica. Nesse período, a luta armada no campo e na cidade ganha força, além do emprego de táticas para a rápida dispersão dos manifestantes, para a distração da polícia e para espalhar mensagens nos espaços públicos sem que os sujeitos estivessem presentes no espaço, como a distribuição de panfletos do alto de prédios ou de carros em movimento e as pichações. Como vimos, os repertórios são influenciados pelo regime e pela forma como o poder é distribuído em uma determinada sociedade (Tilly, 2006), o que também traz transformações nas Práticas Espaciais. Para Tilly (2006), esse tipo de ação relacionada a um contexto específico configura um repertório fraco, pois após a dissolução da restrição extrema a qualquer tipo de Manifestação Pública no Brasil, essas estratégias específicas parecem desaparecer.

Ciclo 3 - 1979-1983

No fim dos anos 1970, iniciou-se um lento processo de redemocratização no Brasil, que, aliado à crise econômica que paralisou o setor público e a prescrição da participação popular por agências internacionais de ajuda humanitária, levaram ao fortalecimento de lutas, apesar da forte repressão do regime civil-militar. Isso refletiu também na intensificação da literatura sobre movimentos sociais e outros processos reivindicatórios no Brasil por ativistas e acadêmicos (ver Cardoso, 1987; Dulci 1996; Gohn 1987; Kowarick 1989). Nesse ciclo de protestos, diversas agendas se justapõem, como as articulações pelo fim do regime militar e das intervenções do FMI e dos Estados Unidos na economia brasileira; e pela valorização dos salários e melhoria da qualidade de vida (Tatagiba, 2014).

O chamado Novo Sindicalismo se fortalece e, naquele contexto político e social, expande-se para além do “chão de fábrica”, adotando também pautas contra o regime

autoritário, a urbanização acelerada e a deterioração das condições de vida no campo e na cidade. Mesmo sob uma lei nacional antigreve, mais de 240 greves ocorreram no mesmo período em todo o país, sendo a greve dos metalúrgicos de 1979 uma das mais importantes. Embora em muitas das ocasiões não houvesse uma crítica direta ao regime militar que governava o país, o aumento das múltiplas ações reivindicatórias dos trabalhadores de diversos setores em todo o país desempenhou um papel importante na indução de um novo ciclo de protesto.

As demandas de ordem material - acesso a comida, equipamentos coletivos básicos, terra, habitação – foram também importantes temáticas na articulação de outros atores coletivos. De base popular, tais coletivos, também denominados como novos movimentos sociais, se constituem a partir de práticas reivindicatórias que reúnem múltiplos sujeitos.

A anistia política, o fim da ditadura e a realização das eleições diretas para presidente e governadores foram outras pautas centrais neste período. No lento processo de abertura política, o movimento sindicalista, articulado aos movimentos eclesiais da Igreja Católica, sobretudo aqueles ligados aos princípios da Teologia da Libertação - partidos políticos, movimentos estudantis, órgãos de classe e os novos movimentos sociais são os atores mais importantes.

Daquela época até as eleições diretas na década seguinte, ocorreram diversas mobilizações de base comunitária, manifestações públicas e ocupações de terras e espaços públicos, bem como mobilizações entre ativistas, partidos políticos e a Igreja Católica. Le Ven e Neves sintetizam esse período como um “momento de catarse” em que a cidade foi tomada “por trabalhadores não convidados a participar do milagre econômico” (Le Ven, Neves 1996, p. 95).

Outra mobilização significativa foi o movimento pelas Diretas Já. Sua reivindicação central era o retorno do regime democrático com eleições diretas. Em 1983, diferentes atores sociais mobilizaram-se em torno da aprovação de uma emenda constitucional para restabelecer as eleições diretas para presidente no Brasil. O movimento perdeu força depois que a emenda foi rejeitada, e a primeira eleição direta somente veio a ocorrer em 1989.

Os protestos pelas Diretas-Já que tomaram todo o país marcaram o retorno definitivo das manifestações públicas no espaço público ao repertório das ações reivindicatórias no Brasil. Eles eram grandes eventos, geralmente ao final do dia, com duração de cerca de 5 horas e do qual participavam artistas, cantores e importantes figuras polí-

ticas da oposição. De acordo com Kotscho (1984 apud Tatagiba, 2014³), eles tinham uma “atmosfera de carnaval misturada com a copa do mundo”. Esses eventos, que foram organizados por partidos políticos e alguns governadores, aconteceram nas grandes cidades, principalmente nas capitais dos estados (Tatagiba, 2014). As manifestações públicas ocuparam os bairros centrais das cidades, com uma performance bastante roteirizada: discursos de figuras políticas importantes em palcos montados nos espaços públicos, apresentações de artistas e o hino nacional entoado ao final pela multidão. A extrema ritualização do evento tornava aos participantes quase espectadores nos comícios. Nos anos seguintes, até o início dos anos 2.000, esse modelo de manifestações públicas pacíficas e dirigidas por um pequeno grupo com o uso de equipamentos de som foi amplamente adotado.

Sem dúvida, a abertura democrática significou o retorno das manifestações públicas. Por outro lado, seus desdobramentos, como a eleição de partidos progressistas para os governos municipais, o surgimento do discurso e das práticas participativas e a incorporação de ativistas nas estruturas governamentais, levaram ao arrefecimento da ação direta e das Práticas Espaciais, o que se manteve até o início dos anos 2000.

A intensa movimentação social que marcou o final dos anos 1980 e início dos anos 1990 foi seguida por um aparente período de paz entre ativistas e o poder público local. Com a chegada de governos de caráter mais progressistas ao poder municipal no início dos anos 1990, parte significativa dos processos contestatórios foi transferida para a esfera institucional com canais de participação recém-implantados como conselhos, conferências e orçamentos participativos. Junto à incorporação de ativistas nas administrações públicas as ações de reivindicação passam a se concentrar nesses novos canais de diálogo.

Para lidar com o volume de informações acumuladas, bem como empreender novas buscas nos arquivos policiais, sobre os ativismos em Belo Horizonte e sua relação com o espaço, foi adotada uma análise sincrônica-diacrônica, em que períodos específicos são destacados para, a partir de uma análise comparativa, estabelecer continuidades e descontinuidades entre eles. Na delimitação de tais períodos tomei emprestado o conceito de ciclos de protestos do sociólogo Sidney Tarrow, entendendo que, como momentos de ruptura, causam abalos tanto à vida cotidiana, quanto aos repertórios de luta já estabelecidos. A breve contextualização desses ciclos em escala nacional será uma referência essencial nos próximos capítulos, quando a análise se volta para ciclos de protestos em Belo Horizonte.

3 KOTSCHO, Ricardo. Explode um novo Brasil. Diário da Campanha das Diretas. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CAPÍTULO 3 Espacializando as lutas

A leitura do contexto nacional a partir dos ciclos delimitados, dá pistas de aspectos sócio-políticos que refletiram no contexto local das lutas de Belo Horizonte. Para partirmos à leitura dos ciclos em escala local, entretanto, nos falta conhecer o terreno em que se desenrolaram estas ações, o que significa trazer a camada espacial à análise. É o que faremos neste capítulo.

Antes, porém, mobilizarei a discussão em torno da relação entre espaço e ativismos, no intuito de incorporar ferramentas a essa análise.

A pesquisa sistemática da relação entre ativismos e espaço é relativamente recente. Marcelo Lopes de Souza (2010) a situa a partir de 2005, apontando pesquisadores que postulam a importância de se espacializar as lutas (ver Serpa, 2009; Rodrigues, 2005; Almeida, Grandi e Moreira, 2009).

Tais abordagens surgem do reconhecimento do caráter político e ideológico do espaço, superando sua aparência de “homogêneo, objetivo, puro” (Lefebvre, 2016, p. 60). O espaço é entendido mais do que somente o terreno em que as lutas se desenvolvem. Ele é produto e produtor de relações e é, portanto, um fator importante a ser considerado na análise dessas ações.

Em alguns casos, o espaço é, ele mesmo, objeto ou fim de lutas que demandam seu acesso, assim como o direito de intervir em sua produção. É o caso, por exemplo, da ocupação de prédios abandonados, ou de terras improdutivas para a produção de alimentos ou para a construção de casas. Em outros, o espaço é meio de atingir determinados objetivos, uma espécie de plataforma em que os grupos performam e publicizam à sociedade suas demandas e descontentamento. Nesses casos, os grupos se apropriam do espaço, embora o espaço em si não seja seu objetivo final, como é o caso da ocupação de uma fábrica a fim de se obter melhores condições de trabalho, ou das ocupações de escolas e universidades que ocorreram em 2016 em todo o Brasil contra a PEC 241, a PEC do “teto de gastos”. Mesmo neste último caso, o espaço não é somente um cenário neutro. Ele tem força (ou em alguns casos, fragilidade) tática e simbólica para os grupos. Exploraremos no Capítulo 4 outros momentos de ocupação de instituições educacionais identificados ao longo da história de Belo Horizonte.

O sociólogo Charles Tilly (2000) reconhece que o espaço pode influenciar nos desdobramentos de ações reivindicativas de diversas maneiras. Ele pode proporcionar

oportunidades ou restrições em função do tempo ou distância para seu acesso pelos manifestantes. É evidente, por exemplo, o efeito nas ações reivindicativas do modelo de cidades administrativas que concentram órgãos executivos e legislativos em áreas distantes do centro da cidade e de difícil acesso. Em Belo Horizonte, é bastante sintomático como, até os dias de hoje, uma parte considerável dos protestos dirigidos ao governo estadual ocupem a frente do Palácio da Liberdade, no centro da cidade, ainda que, desde 2010, a sede do governo tenha se transferido para a Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, localizada na região norte de Belo Horizonte, na divisa com os municípios de Santa Luzia e Vespasiano.

Outro aspecto em que o impacto do espaço faz-se sentir na extensão e no caráter das mobilizações diz respeito às distribuições espaciais cotidianas e as rotinas dos possíveis participantes (Tilly, 2000). As práticas espaciais têm uma dimensão concreta - são corpos num espaço específico - o que torna imprescindível que ocorram em espaços de visibilidade e possam provocar uma ruptura na vida cotidiana. Isso significa considerar motivos objetivos na escolha dos espaços a serem apropriados, a saber: o potencial de impacto sobre o trânsito e sobre o ritmo da cidade; a visibilidade que tais espaços são capazes de proporcionar às agendas expressas em cartazes ou mensagens sonoras.

Nos espaços de grande movimento e visibilidade, as reivindicações são tornadas mais públicas, pois se incorporam novos atores - como motoristas, transeuntes, comerciantes, trabalhadores etc. - o que expande o diálogo entre manifestantes e aqueles que são por eles demandados. Evidentemente, isso não significa que os manifestantes e suas demandas serão acatados ou entendidos como legítimos pelos demais agentes nesse cenário expandido.

Também desde uma escolha objetiva, desestabilizar a espacialidade institucional por meio de tais mobilizações é central para provocar a ação do Estado, um dos principais interlocutores das lutas (Tilly, 2000).

Finalmente, Tilly (2000) reconhece o caráter simbólico contido nas mobilizações coletivas, que constantemente disputam os significados atribuídos à cidade e seus espaços. Essa perspectiva adere à reflexão de Lefebvre a respeito da necessidade de conexão a símbolos como maneira de justificar a manutenção de lugares sociais. O autor observa que todos aqueles que são ou pretendem ser influentes e dirigir a massa de pessoas que habita a cidade buscam produzir simbolismos que se concretizam nos monumentos antigos e modernos. Esses monumentos carregam **um** passado e **uma** memória e, mais ainda: são uma “pré-configuração do futuro” (Lefebvre, 2014,

p.602). Daí a urgência na tarefa de repensar o passado e os monumentos que os concretizam.

Por outro lado, o simbolismo da cidade não se restringe aos monumentos concentrados nos centros financeiros, culturais e de poder. Cada parte dela – centros e periferias – foi transformada em símbolos do poder e da opressão (Lefebvre, 2014, p.602-603).

Para a transformação, é necessário destruir ou ressignificar o conjunto de símbolos nos quais as sociedades se assentam (Lefebvre, 2014, p. 598). Assim, tais símbolos tornam-se um dos principais alvos dos protestos.

Ao tomarem os espaços como plataformas de visibilidade às suas lutas e demandas, os ativismos também questionam relações de dominação: os prédios públicos e os fazedores de leis que neles se isolam; os edifícios empresariais e aqueles que decidem sozinhos os rumos econômicos do país; os espaços religiosos e o sacerdócio que julga o moral e o imoral; e os monumentos que forjam uma única narrativa histórica.

Consequentemente, são contestados o monopólio dos direitos de voz, de contestação, de história e memória, de decisão e afins, reservados a certa classe, gênero e raça.

Agregando a essa discussão, Moran observa que:

Os lugares concretos onde acontecem as manifestações [...] devem estar carregados de forte conteúdo simbólico. Daí a preferência por “invadir” certas ruas ou praças do centro histórico, bem como transportar a celebração de muitas manifestações dos locais dos conflitos para cidades importantes, de preferência aquelas onde se concentra o poder político [...] (Morán, 2005, p.100, tradução minha¹).

Em Belo Horizonte, isso é amplificado por seu projeto urbanístico e pelo modelo de urbanização radiocêntrica, em que grande parte da população é obrigada a circular pelo centro em seu dia a dia. Dessa forma, a própria cidade, como território desigual e segregado, criou as condições para expandir o impacto dos ativismos e de suas práticas espaciais, tornando o centro - econômico ou governamental - espaço de luta.

1 No original: “Los lugares concretos en donde se desarrollan las manifestaciones tienen también una gran importancia. Deben gozar de una gran visibilidad y, además, estar cargados con un flerte contenido simbólico. De ahí la preferencia por ‘invadir’ ciertas calles o plazas del centro histórico, así como por trasladar la celebración de muchas manifestaciones desde los puntos en donde se producen los conflictos a ciudades importantes, preferiblemente aquellas en las que se concentra el poder político: las capitales de los Estados o de las provincias.”

Tal como os autores citados - Tilly, Lefebvre e Moran -, Glauco Rodrigues admite que o espaço pode ser apropriado simbólica e subjetivamente pelos ativistas, e distingue ainda outros papéis que ele pode assumir, às vezes de forma simultânea. (Rodrigues, 2019, p.4)

O espaço pode ser fator constituinte das identidades coletivas: nesse caso, ele é referência identitária, uma vez que a ação ativista se funda a partir da convivência ou da noção de pertencimento de um grupo a um determinado espaço ou território. Numa associação de bairro, por exemplo, o grupo funda-se com base na convivência cotidiana em um determinado espaço e nas demandas e desejos comuns daqueles que nele habitam.

Por sua configuração material, o espaço pode influenciar, condicionar ou determinar as agendas e demandas dos ativismos. Nessa condição, o denominado “substrato espacial” (Rodrigues, 2019) - como a concentração fundiária rural e urbana, a carência e deficiência dos bens de consumo coletivo, a poluição, o cerceamento ao acesso a determinadas áreas, etc. - é fundante das agendas dos coletivos.

Quando apropriado como ferramenta de luta dos ativismos, o espaço pode contribuir para publicização de suas agendas e, finalmente, o espaço pode ser produto da ação dos ativismos que constroem novas espacialidades, desde outras relações sociais e de poder.

Ainda sobre uma análise espacializada dos ativismos, Glauco Rodrigues (2019), em diálogo com o trabalho de Marcelo Lopes de Souza, propõe aspectos importantes a serem explorados: quais são seus protagonistas (linha de pensamento, identidades e classe social); quais seus motivos ou agendas; como se organizam; quais suas estratégias de ação (sobretudo suas táticas espaciais); qual a escala de abrangência, ação e capacidade dos ativismos?

Às estratégias de ação dos ativismos no espaço, os autores denominam práticas espaciais. Como opção metodológica para investigar tais ações, Souza (2010) elenca seis categorias gerais de práticas espaciais que são combinadas nas estratégias dos ativismos. Cinco delas são úteis para os fins desta pesquisa (Souza 2010, p.42):

Territorialização em sentido estrito é a apropriação e o controle do espaço pelos grupos com presença física, configurando novos territórios. Ocorre em prédios ocupados, bloqueio

2 A sexta categoria apresentada por Souza é a construção de circuitos econômicos alternativos (Souza, 2010, p.42).

de ruas, passeatas etc.

A territorialização em um sentido mais amplo está relacionada a símbolos provocativos que desafiam práticas heterônomas sem a presença física de demandantes, como no caso de grafites e pichações.

Refuncionalização ou reestruturação do espaço material são transformações no espaço material como formas de mudar seu uso. Ocorre sempre que o espaço é materialmente adaptado para seus novos usos, como por exemplo, em edifícios ocupados cujos novos usos distinguem-se do original.

Ressignificação de lugares são mudanças de significado de lugares para indivíduos ou grupos que ocupam o espaço físico de uma determinada maneira. Ocorre quando um espaço originalmente planejado/projetado para uma determinada função ou determinado significado é apropriado de maneira diferente pelos indivíduos, produzindo outros significados. A **Praça Sete de Setembro** em Belo Horizonte, por exemplo, é a principal centralidade comercial da cidade. No entanto, ao longo dos anos, ela se tornou importante espaço para os protestos na cidade, um de seus principais lugares de luta. Também ilustrativo dessa categoria é o baixio do viaduto Santa Tereza que, nos últimos anos foi apropriado por diferentes coletivos da cidade (como o grupo responsável pelo Duelo de MC's) como espaço de encontro e de manifestações artístico-culturais.

A Praça Sete é considerada um dos principais espaços para manifestações populares de Belo Horizonte, tendo distintos atores como protagonistas.

Originalmente denominada 14 de outubro, a Praça Sete localiza-se no cruzamento entre duas das principais avenidas no centro de Belo Horizonte, a Avenida Afonso Pena e a Avenida Amazonas. O ponto é considerado o marco zero do traçado original da capital. Entre os anos 1920 e 1930 ela ganha representatividade como centro econômico e simbólico da capital. Isso se reforça pela instalação de um obelisco em 1924 em comemoração ao centenário da Inde-

pendência brasileira (popularmente conhecido como o Pirulito da Praça Sete). A data do evento passa também a dar nome à praça. O obelisco, que foi ganhador de um concurso de projetos, ficou ali até 1962, quando foi retirado da Praça e transferido à Praça Diogo Vasconcelos, na Savassi. Entre 1963 e 1970 foi instalado no local um monumento com bustos de homens importantes para a nova capital (Werneck, 2021). Coincidentemente, é nessa época que o centro tradicional começa a se esvaziar, com a criação de outras centralidades em função da já em curso difusão dos automóveis, o que permitia maior mobilidade, e o posterior surgimento dos Shopping centers no final dos anos 1970.

No final de 1971, os quarteirões das ruas Rio de Janeiro e Carijós que dão acesso à praça foram fechados para trânsito de veículos e o espaço de permanência foi ampliado com a implantação de um passeio público, bancos e jardins (Werneck, 2012). Em 1980 o Pirulito retornou à Praça Sete em resposta às mobilizações populares, mas o espaço central da praça foi consideravelmente reduzido dando lugar a novas pistas. (Werneck, 2021). Restou somente o necessário à instalação do Pirulito.



Figura 17. Praça Sete, 1963-70 (data provável)

Fonte: Arquivo Público de Belo Horizonte, Acervo José Góes

Construção de redes espaciais são articulações multiescalares que se promovem entre distintas experiências de resistência local ou regional, permitindo apoio mútuo entre tais atores e maior visibilidade das lutas e alcance de solidariedade. Belo Horizonte tem, ao longo de sua história, diferentes momentos de construção de redes entre ativistas, tendo como caso emblemático a resistência ao despejo da Vila Marmiteiros, entre 1948 e 1957 narrada por Samuel Oliveira (2011, p. 46). A articulação entre a associação local, a Igreja católica e outras associações de bairros e vilas levou à permanência da vila e à sua posterior regularização.

Belo Horizonte, cidade planejada e seu desenvolvimento urbano

Nesta sessão, nos concentraremos no contexto espacial de Belo Horizonte desde sua fundação até ao desenrolar das narrativas aqui exploradas. A retomada aqui empreendida centra-se no processo de conformação espacial da cidade e seus impactos nas lutas belorizontinas, pela constituição de espaços de importância simbólica, pela configuração de uma cidade altamente segregada, e nas tentativas de disciplinarização de sua população. Significa olhar para o desenvolvimento de Belo Horizonte a partir da tríade: simbolismo, segregação e vigilância. Não se trata, portanto, de apresentar uma exaustiva história de Belo Horizonte, uma tarefa já satisfeita por outros autores e autoras, ainda que, em geral, desde uma perspectiva centrada nos grandes feitos e sujeitos.

A transferência da antiga capital de Minas Gerais para uma nova cidade, planejada especificamente para essa função, insere-se num projeto político mais amplo que buscava a manutenção de um poder local centralizado contra as ameaças de separatismo de regiões de prosperidade econômica (como o Triângulo Mineiro); a aplicação de federalismo republicano proferido na constituição 1891; e ainda, a modernização econômica regional buscando inserir Minas Gerais no cenário nacional (ver Angotti-Salgueiro, 1997 e 2021 e Aguiar, 2006).

A nova cidade inclui-se ainda no contexto de construção ou adequação, em todo o mundo, das cidades de representação política. Nas chamadas cidades-capitais buscava-se disciplinar os espaços e a população e nelas plasmar esse poder político, por meio da organização dos edifícios públicos, sua visualidade na malha urbana e as relações estabelecidas entre eles (Salgueiro, 2021, p.169).

Assim, foram centrais na concepção e implantação da nova cidade os ideais de progresso e de modernidade e a materialização, no espaço, da ideologia republicana e

do poder do novo Estado que se implantava naquele momento. Esses atributos fizeram-se sentir no traçado viário, na localização de edifícios e monumentos nessa nova malha, nas pinturas, esculturas e ornamentos escolhidos e até nos nomes das ruas (Angotti-Salgueiro, 2021; Aguiar, 2006).

Tudo isso contrapunha-se ao antigo arraial do Curral Del Rey - que deu lugar à nova cidade -, humilde e insalubre na visão da Comissão Construtora dirigida pelo Engenheiro Aarão Reis (Angotti-Salgueiro, 2021, p.170).

Acreditava-se, sobretudo no caso do corpo técnico da Comissão Construtora, que a transformação material da realidade levaria ao progresso moral. Ou seja, uma espécie de ilusão urbanística, em que o progresso social seria alcançado por meio do progresso material atingido na implantação de uma cidade planejada e ordenada a partir de critérios técnicos e científicos e do acesso à infraestrutura urbana e serviços sofisticados (Aguiar, 2006, p.59). Isso se imprimiria no espaço, com ruas idealizadas de maneira a favorecer a insolação, o arejamento e a arborização, a circulação, a regularidade geométrica entre outros aspectos (Aguiar, 2006, p.60). Em síntese, na perspectiva da Comissão Construtora, uma nova sociedade nasceria para essa nova cidade, com “novos hábitos, [...] novas formas de morar, de circular, de se comportar, estabelecendo novas relações sociais e novos laços com o poder, ou seja, transformando-se em cidadãos do novo Estado federado”(Aguiar, 2006, p.61).

Andrea Moreno e Tarcísio Mauro Vago (2011) se debruçaram sobre os mecanismos de controle do corpo manifestos na configuração da nova capital.

Na invenção de uma nova cidade, almejava-se a invenção de novos corpos com “atitudes, gestos, comportamentos, afetos, costumes, linguagens, enfim, sensibilidades educadas para uma vida moderna imaginada com a República”, ou seja, foi fundamental “cultivar corpos” para neles incorporar os tempos da sociedade capitalista - hora de trabalhar, hora de se divertir, hora de descansar, hora de consumir - e as normas e condutas da sociedade moderna, sobretudo a obediência.

Dos habitantes de Belo Horizonte foi exigido um refinamento de suas sensibilidades, por meio de aparatos legais e materiais, de técnicas, de instituições, de profissionais, com prescrição de hábitos, atitudes e comportamentos que requeriam aprendizados novos ao corpo. (Moreno; Vago, 2011, p.69).

A polícia e a imprensa oficial figuram entre os aparatos mencionados. Nomeadamente, a polícia ao forjar uma pedagogia policial pelo estabelecimento de normas

de ocupação do tempo e dos espaços da cidade, determinando práticas legítimas e não legítimas³ e; a Imprensa Oficial de Belo Horizonte ocupando-se da divulgação de prescrições higiênicas e políticas sanitárias nos primeiros anos da cidade. (Moreno; Vago, 2011, p. 70)

Em síntese, a tentativa de controle do corpo passa pela ordenação do espaço, do tempo e das práticas. A cidade cuidadosamente planejada imprime sua ordem ao deslocamento dos corpos com suas largas, retas e regulares vias.

Em seu poema Ruas, Carlos Drummond de Andrade sintetiza como ninguém o efeito deste espaço no corpo:

Por que ruas tão largas?
 Por que ruas tão retas?
 Meu passo torto
 foi regulado pelos becos tortos
 de onde venho.
 Não sei andar na vastidão simétrica
 implacável.
 Cidade grande é isso?
 Cidades são passagens sinuosas
 de esconde-esconde
 em que as casas aparecem-desaparecem
 quando bem entendem
 e todo mundo acha normal.
 Aqui tudo é exposto
 evidente
 cintilante. Aqui
 obrigam-me a nascer de novo, desarmado.
 (Carlos Drummond, 1968)

³ Vago e Moreno (2011) identificam que dentre as atividades de maior repressão estavam o jogo, a prostituição e a embriaguez, atividades que sobrepujam o prazer ao trabalho e à reprodução e que subvertiam hierarquias e normas sociais.

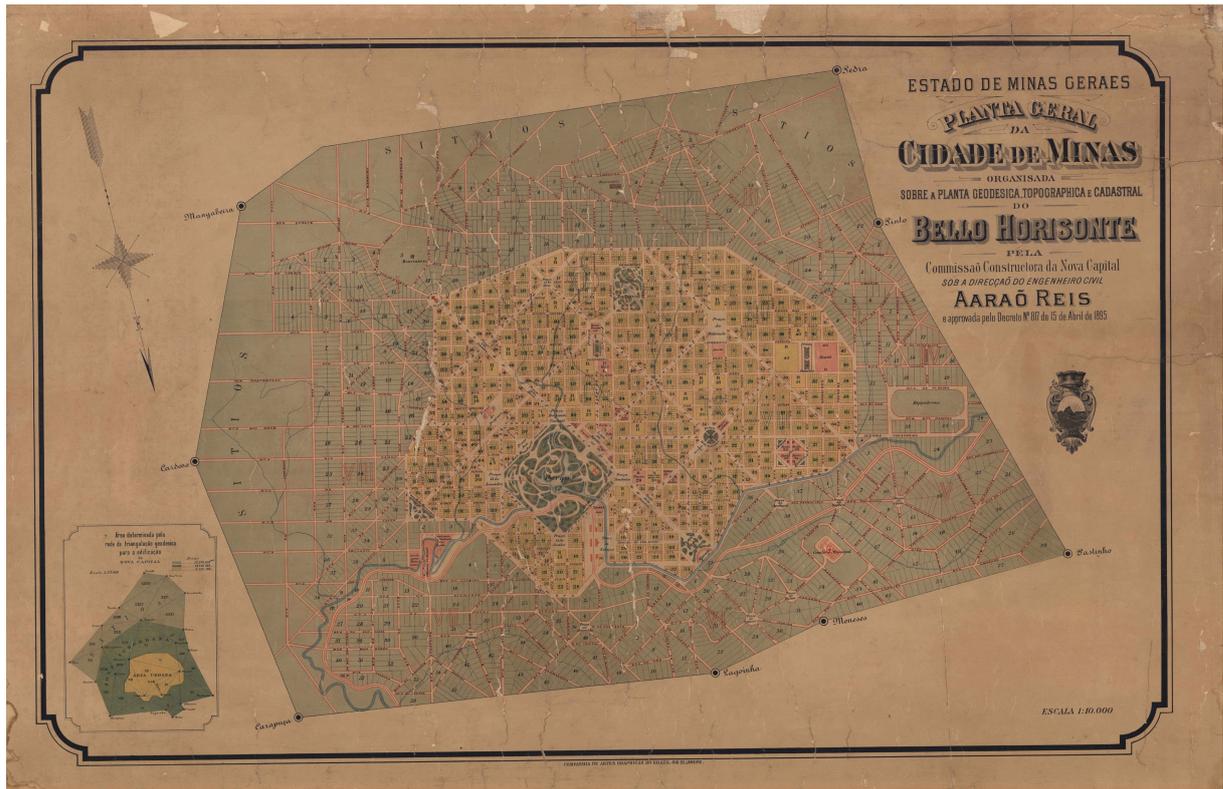


Figura 18. Planta geral da cidade de Belo Horizonte (1895)

Fonte: Comissão Construtora de Belo Horizonte

A Planta Geral da Cidade de Minas, aprovada em 1895, foi organizada em três zonas – urbana, suburbana e rural - com distintos usos e morfologias urbanas. Na área urbana, duas tramas de vias são associadas: um quadriculado formado pelas ruas, sobreposto pelas avenidas em uma malha diagonal. As ruas tinham largura prevista de 20 metros e cruzavam-se em ângulos de 90 graus em quarteirões quadrados de lados de 120 metros. Em geral, os quarteirões eram divididos em 24 lotes, cada um com 10 metros de frente e 50 metros de fundo. À malha das ruas, sobrepunha-se a malha das avenidas, essas com 35 metros de largura (Angotti-Salgueiro, 2021).

Como observa Margarete Leta (Silva, 2013), ao contrário do Curral Del Rey, organicamente ajustado ao sítio às margens dos cursos d'água, a malha urbana da nova capital impõe a mesma rigidez retilínea para todo o perímetro definido para a cidade, aplicável indistintamente a qualquer sítio.

A natureza é sumariamente ignorada, exceto como provedora de insumos para a construção da cidade, para o abastecimento de água ou para o escoamento de dejetos. A hidrografia foi absolutamente desconsiderada mesmo para o atendimento às necessidades sanitárias (...). A mesma rede hidrográfica que, ao lado do clima ameno, influenciou na escolha do sítio da nova capital, não comparece no desenho

de Aarão Reis senão como tênue representação. Ela é irrelevante para a malha hipodâmica de 120m x 120m, incrementada por avenidas em 45 graus e simbolicamente enaltecida por uma grande avenida no sentido norte-sul (atual avenida Afonso Pena). (Silva, 2013, p.45)

A regularidade do traçado, além de evocar a presença de uma autoridade central, capaz de impor sua ordem sobretudo ao território, contribui também para uma maior exploração dos lotes urbanos e, portanto, à transformação do solo em mercadoria a ser precificada (Angotti-Salgueiro, 2021).

A área urbana é delimitada por um bulevar de contorno e é cortada em seu eixo norte-sul pela hoje denominada Avenida Afonso Pena, única via com 50 metros de largura no plano e com 3.200 metros de extensão.

As ruas e avenidas deveriam dar suporte à circulação de pessoas e veículos, à arborização e às instalações subterrâneas, de maneira a “oferecer beleza e conforto à população futura” (Reis, 1895, *apud* Angotti-Salgueiro, 2021, p. 123⁴). Junto às ruas, foram previstos grandes espaços para desfiles e cerimônias civis e militares, buscando por meio dessas solenidades cívicas “teatralizar o político e internalizá-lo na cidade, na sua arquitetura e em seus habitantes” (Angotti-Salgueiro, 2021, p.572). A largura das ruas hoje impacta pouco, no entanto à época elas chegaram a ser criticadas por não condizerem à escala da cidade ou de suas construções, em uma desproporção entre a escala urbana e a arquitetura (Angotti-Salgueiro, 2021, p. 133).

Certos autores consideram que, por trás da regularidade e largura das ruas – sobretudo se contrapostas às vias nas cidades coloniais – estaria ainda o objetivo de contenção estratégica de revoltas populares, tal como empreendeu-se em Paris com as reformas de Haussmann. Conforme narrado por Harvey, o novo sistema rodoviário na capital francesa:

“[...] tinha a vantagem adicional de cercar cuidadosamente alguns dos enclaves revolucionários de agitação tradicional, para permitir o livre movimento das forças da ordem, se necessário” (Harvey, 2015, p. 155). No caso de Belo Horizonte, além da alta vigilância e facilidade de acesso das unidades policiais estrategicamente localizadas no plano, a geometria regular, ortogonal e de fácil apreensão de sua área central dificulta a fuga dos manifestantes por vias alternativas.

4 COMISSÃO CONSTRUCTORA DA NOVA CAPITAL (1895). Revista Geral dos Trabalhos, v. 1: publicação periódica, descritiva e estatística, feita com autorização do governo do estado Minas Gerais. Rio de Janeiro.

Angotti-Salgueiro (2021, p.136-137) acredita ser frágil essa hipótese para o caso be-lorizontino. A autora defende que tal objetivo não aparece explícito nos textos produzi-dos pela Comissão Construtora ou por Aarão Reis e ainda que “a história anterior [bra-sileira] não registra nem barricadas, nem uma ‘classe laboriosa’ que fosse ‘perigosa”” (Angotti-Salgueiro, 2021, p.136). No entanto, a história brasileira e de Minas Gerais demonstram exatamente o contrário e a invisibilização das lutas daquele momento re-força a necessidade de crítica à historiografia dominante. Tal lacuna é identificada por Borba (2011) e Scherer-Warren e Lüchmann (2011), como o reflexo da importação, sem a devida adaptação, de uma estratificação dos movimentos sociais estabelecida a partir de realidades do norte global.

No caso latino-americano e brasileiro, são desconsiderados aspectos como seu his-tórico colonial pautado na subjugação das populações indígenas/originárias e no es-cravismo, o processo de industrialização tardio e concentrado em poucos centros urbanos e as ditaduras militares que dominaram quase a totalidade dos países ao longo do século XX⁵.

Ainda que o objetivo de contenção das revoltas não tenha sido explicitado pelos seus idealizadores na concepção da nova capital, a proposta sempre foi permeada pela ideia de controle da população, seus hábitos e ações, o que abrange, também, sua repressão quando necessário. O espaço da capital contribuiu para conter ou neutra-lizar possíveis agitações populares. Por outro lado, por vezes ele também contribuiu às táticas dos ativismos.

A forma de organização do espaço por meio de zonas e a concentração de espaços focais em uma determinada área configurou uma hierarquia desde a idealização da

5 Ainda neste sentido, Hall e Pinheiro, 1985 (p.96) denunciam o silêncio historiográfico sobre recorrentes formas de mobilização no campo. Quando muito, são abordados acontecimentos como Canudos e Contestado que são lidos como eventos pontuais e carentes de conteúdo político. Contra essa visão eles apresentam registros históri-cos que apontam inúmeras greves no Brasil desde o final do século XIX, que pouco comparecem na historiogra-fia dominante. É o caso das mais de 100 greves rurais registradas em São Paulo entre 1912 e 1930, com especial destaque à greve de 1913 em Ribeirão Preto que reuniu entre 10 mil e 15 mil trabalhadores por melhorias sala-riais (Hall e Pinheiro, 1985, p.98). Também na releitura de lutas brasileiras, o historiador João José Reis recupera a revolta ocorrida na cidade de Salvador em 1857 que teve como protagonistas os ganhadores africanos, traba-lhadores de rua negros, escravizados e libertos, responsáveis pela circulação de bens e pessoas (estas últimas nas cadeiras de arruar). Estruturantes da vida urbana no Brasil colonial, os ganhadores, no entanto, estavam na base da hierarquia social à época. Mesmo com rendimentos equiparados a outras pequenas atividades urbanas, o tra-balho era relegado aos negros (Reis, 2019). João José Reis reivindica o reconhecimento da revolta dos ganhado-res como o primeiro movimento grevista no Brasil, contrapondo-se à narrativa dominante que aponta a greve de 1917, em São Paulo, como gênese dos ativismos no Brasil

nova capital. Foram previstos dez espaços focais, todos na área urbana: a Praça da República (1), ladeada pelo Palácio do Congresso e pelo Palácio da Justiça; a **Praça da Liberdade** (2), polarizada pelo Palácio Presidencial; a Praça do Progresso (3), com o conjunto das secretarias de Estado que substituiu o Palácio da Administração; a **Praça da Estação** (4), com a Estação de Minas, considerada a porta de entrada da capital; a Praça 14 de Fevereiro (5), na extremidade norte da hoje denominada Avenida Afonso Pena, e que abrigaria o mercado; a Praça do Cruzeiro (6), no ponto mais alto da área urbana, extremo sul da Avenida Afonso Pena, e onde estaria também a Igreja Matriz; a Praça 14 de Setembro (7), onde se localizaria a municipalidade; a Praça das Escolas (8), definida por quatro prédios escolares; a Praça da Federação (9), com o quartel da Brigada Policial; e a Praça da América (10), com o hospital. Outros dois elementos básicos de estruturação do espaço da área urbana eram o Parque, vinculado à Praça da República, e o Jardim Zoológico, próximo à Praça da Liberdade (Aguiar, 2006, p. 119).

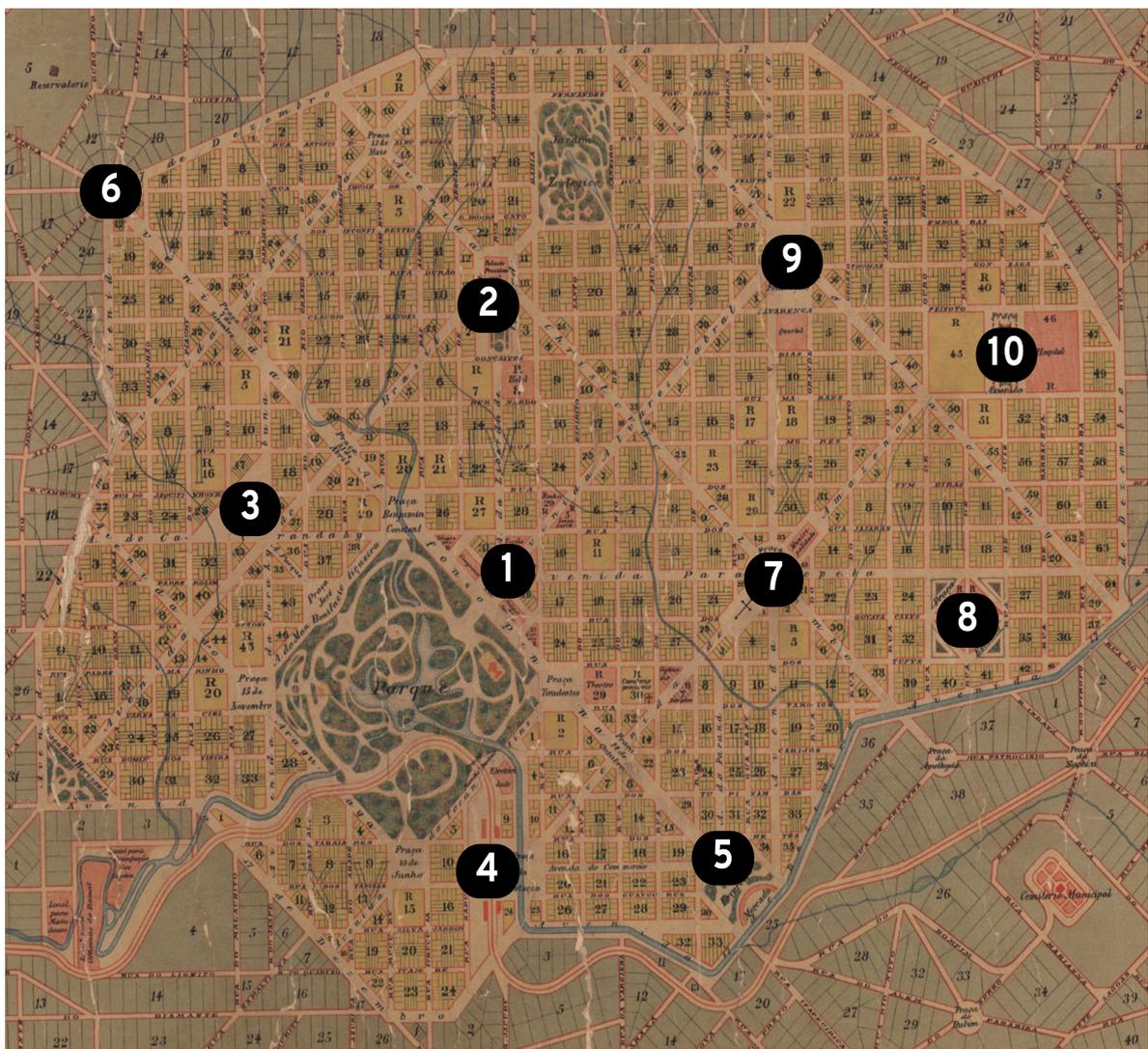


Figura 19. Espaços focais da nova capital detalhe da Planta geral da cidade de Belo Horizonte (1895)

Fonte: Elaboração própria sobre Planta da Comissão Construtora de Belo Horizonte

O conjunto da Praça da Liberdade, que inclui o Palácio da Liberdade – sede do governo estadual –, sua esplanada e as Secretarias de Estado, foi construído no ponto mais alto do Plano original. Mais tarde, em 1937, o clero da capital encontrou seu lugar de destaque, estabelecendo-se no Palácio Cristo-Rei, em terreno à esquerda do Palácio da Liberdade.

A Praça da Liberdade é cortada por uma alameda central no prolongamento da Avenida João Pinheiro, originalmente chamada de Avenida Liberdade. Em 1920, a praça foi reconfigurada, assim como outros espaços da cidade, para receber a visita dos reis da Bélgica (IEPHA, 2014,p.51). Em 1969 ela sofreu nova intervenção, focando-se na reestruturação viária. Isso resultou no fechamento do trânsito de veículos na alameda central e na duplicação das vias do entorno. Nos anos 1990, com recursos da empresa Minerações Brasileiras Reunidas



Figura 20. Praça da Liberdade

Fonte: Arquivo Público de Belo Horizonte, Acervo José Góes

(MBR) a Praça foi restaurada, com base no projeto dos anos 1920 (fruto de um concurso para áreas públicas centrais).

Em 2010, a sede do governo e suas secretarias foram transferidas para a Cidade Administrativa Presidente Tancredo de Almeida Neves, complexo projetado por Oscar Niemeyer na divisa de Belo Horizonte com os municípios de Santa Luzia e Vespasiano. A praça foi transformada em um circuito turístico-cultural, seguindo uma tendência mundial de espetacularização do espaço urbano. A centralização da administração pública estadual em um mesmo complexo acarretaria, no discurso do governo à época, economia e maior dinamicidade, melhorando tanto a qualidade dos serviços públicos quanto as condições de trabalho dos servidores. Ela contribuiria, assim, “saneando as finanças públicas e buscando a eficácia da máquina pública, por meio de um efetivo ‘Choque de Gestão’” (Governo do Estado de Minas apud Souki, 2012, p.6). Cento e treze anos após a inauguração da cidade cuja área urbana foi planejada para sediar o governo, ele se desloca e se aparta da arena por ele mesmo criada. O governo estadual, ao se transferir para uma região de difícil acesso e ainda pouco ocupada, concretiza no espaço a ideia de administrações públicas como ilhas de racionalidade e especialização técnica postulada por Souki (2012).

Mesmo após a transferência do governo, a Praça continuou como uma arena para demonstrações públicas, primeiro apropriada pelos grupos de direita, durante o impeachment-golpe da ex-presidenta Dilma Rousseff, e, atualmente, nos protestos da esquerda em 2021 contra o presidente Jair Bolsonaro.

A Estação Ferroviária foi pensada como porta de entrada da cidade, já que o transporte ferroviário era o principal meio de ligação entre Belo Horizonte às demais capitais do país. Assim, nos primeiros anos da capital, a região era frequentada pela elite local, que circulava também ao longo da Avenida do Comércio (hoje Avenida Santos Dumont) que ligava a estação ao mercado municipal. Nesse eixo estabeleceu-se a principal área comercial da cidade. Mais tarde, quando o rodoviarismo ganha força, a estação deixou de ser a porta de entrada para as elites e a Avenida Santos Dumont foi adquirindo caráter mais popular.

Nos anos 1920 o prédio original foi substituído e os jardins foram reformados e receberam também diversas ornamentações em mármore para a visita dos reis da Bélgica (Borsagli, s/d). O Conjunto se destacava na paisagem da cidade, ainda bastante vazia e horizontalizada.

Essa visibilidade foi se perdendo com a verticalização do entorno (Museu Abílio Barreto, 2006-2007). Em 1930 foi edificado o Monumento à Terra Mineira, uma figura masculina em bronze que segura a bandeira do estado (Museu Abílio Barreto, 2006-2007).

Por se mostrar completamente desnuda quando inaugurada, houve manifestações por parte da população. Foi então acrescida à estátua um tecido para ocultar as partes do corpo consideradas indecentes. Mais tarde, em 1960, a praça foi reduzida para a duplicação da Avenida dos Andradas e a criação de um estacionamento. Parte de suas estátuas foram dispersas pela cidade (IEPHA, 2014, p.258).

Por volta dos anos 1950 o centro tradicional foi se dividindo e sua parte baixa, onde encontra-se o conjunto da Praça da Estação, foi adquirindo, cada vez mais, um caráter popular. Isso foi acompanhado – intencionalmente ou não – pela diminuição de investimentos públicos em sua manutenção e por sua descaracterização (IEPHA, 2014, p.256). Em 1980, o Conjunto (que engloba o prédio da Estação Central, armazéns, galpões e a Casa do conde) foi ameaçado pela implantação do terminal



Figura 21. Praça da Estação

Fonte: Arquivo Público Mineiro, Fundo Dermeval José Pimenta, disponível em http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=33083

do metrô de superfície, projeto que foi contestado por campanha protagonizada pelo IAB-MG (Instituto de Arquitetos do Brasil, Seção Minas Gerais). A estação central do metrô foi implantada no local, entretanto, adaptada de maneira a preservar o conjunto.

Em 2006 a Praça foi reestruturada retomando o espaço do estacionamento. Foram ainda instaladas fontes e iluminação (IEPHA, 2014, p.257). Mais tarde, em 2009, ela foi palco para a Praia da Estação, protesto-evento contra a proibição da prefeitura de realização de eventos no espaço. Outra ação muito relevante à nova geração de ativismos em Belo Horizonte e que também se apropriou do conjunto, foi o Duelo de MC's, que encontrou abrigo no baixio do Viaduto Santa Tereza.

Angotti-Salgueiro defende que a desigualdade sócio-espacial presente em Belo Horizonte ao longo de sua história não seria decorrente do Plano proposto. Pelo contrário, a ideia de igualdade seria uma das principais características do plano, transmitida por uma malha regular, pela distribuição homogênea de praças, espaços verdes e escolas etc. No entanto, como vimos, uma hierarquia interna foi engendrada pelo Plano ao concentrar os principais edifícios em determinadas áreas. Foi justamente no entorno dessas áreas em que se implantaram os bairros da elite belorizontina.

Alinhando-se ao desenho urbano e suas aspirações, a arquitetura dos edifícios buscava criar pontos de referência e atribuir significado ao espaço. As construções constituiriam marcos duplos da cidade e da modernidade desejada (Aguilar, 2006, p.104) e a localização dos diferentes edifícios no plano foi pensada de maneira a reforçar o caráter simbólico do espaço em seu conjunto, o que potencializou sua hierarquização.

É exemplar, nesse sentido, a localização do Palácio da Liberdade – sede do governo estadual – e das Secretarias, todos reunidos em local alto e privilegiado e conformando um conjunto único na Praça da Liberdade (Angotti-Salgueiro, 2021, p.170).

Por outro lado, é emblemática a tentativa de resgate da lendária figura de Maria do Arraial, cujo espaço de moradia foi expropriado por estar aí situado, no Alto da Boa Vista, dando lugar ao Palácio da Liberdade. *Territórios soterrados em Belo Horizonte: do Arraial dos Pretos à Cidade dos Brancos* integra o Projeto de Pesquisa e Documentação NegriCidade que enfoca espaços desaparecidos sob as intervenções da Comissão Construtora da Nova Capital: o Largo do Rosário, o Alto do Cruzeiro, a Fazenda do Leitão e Alto da Boa Vista. Nesse último, “a História soterrada (...) é a da Dona Maria,

Primeira Dama do Arraial dos Pretos, que foi expulsa de sua caçua, para a construção da cidade dos brancos”⁶.

É justamente nessa região em que as camadas de rendas mais altas se instalaram, no que ficou conhecido como bairro de Lourdes. Na mesma colina, em sua encosta leste, estabeleceram-se os funcionários públicos de segundo e terceiro escalão – a classe média da nova capital – para os quais eram sorteados terrenos com boas condições de compra. Esse local recebeu o nome de bairro Funcionários.

Na Rua da Bahia, via que ligava a estação ferroviária no centro da cidade à área ocupada pela elite, concentraram-se comércios, serviços e os *footings*, estabelecendo-se uma centralidade para as camadas de altas rendas (Villaça, 2001, p. 269). Sua importância era tão grande que ela recebeu calçamento antes mesmo da Avenida Afonso Pena.

A historiadora Maria Auxiliadora Faria (1985) volta-se ao território da nova capital focando-se nas estratégias de dominação da população que se traduzem pelo espaço. Ao contrário de Angotti-Salgueiro, cujo foco é a intencionalidade dos engenheiros, arquitetos e demais técnicos que compunham a Comissão Construtora, a autora foca nas intenções das elites que promoveram a mudança da capital. Em sua leitura, o estado interferiu fortemente no espaço da capital durante e após sua implantação. Em grande medida, essa ação era pautada pelos “interesses das oligarquias detentoras do Poder” (Faria, 1985, p.29). O que se apresenta, por exemplo, na recorrente preocupação dos prefeitos da capital em seus primeiros anos em manter a população trabalhadora em áreas periféricas e carentes de infraestrutura e serviços, enquanto todos os esforços se concentravam na urbanização do centro e na construção dos edifícios públicos (Faria, 1985, p. 28).

Diferente da zona urbana, em que a promessa de uma cidade moderna, higiênica e salubre foi assegurada, nos subúrbios e áreas rurais, as benesses urbanas só chegaram muito mais tarde, com intensa mobilização dos moradores em torno de tais demandas, ou mesmo pela autoconstrução de maneira coletiva (Capanema, 2021, p. 1080).

⁶ Palestra proferida pelo Padre Mauro Silva, em 14 de agosto de 2023, na Escola de Arquitetura da UFMG.

A desigualdade espacial foi reforçada pela precificação dos terrenos em um mercado de terras altamente excludente, constituído pelo próprio Estado. Lembremo-nos que na implantação da nova capital, após expropriar os antigos moradores do Arraial, ele tornou-se o principal dono de terras e tinha, portanto, o poder de regular seu valor. Parte dos terrenos foi doada aos funcionários públicos, parte aos proprietários de imóveis em Ouro Preto e parte ainda foi repassada como pagamento a ex-proprietários do Curral Del Rey. O restante foi posto à venda em leilões públicos (Vilela, 2006, p.39) que, por meio de lei adicional à constituição do estado, receberam diferentes valores de acordo com sua distância do centro cívico e os serviços urbanos (Angotti-Salgueiro, 2021, p.122). Isso tornou a terra urbanizada inacessível à população em geral. A valorização de determinadas áreas se intensificou ainda mais após a construção, em que a instalação dos edifícios públicos e da infraestrutura se restringiram à uma faixa interna à área urbana projetada, entre as Avenidas Bias Fortes e Francisco Salles (ver figura 18).

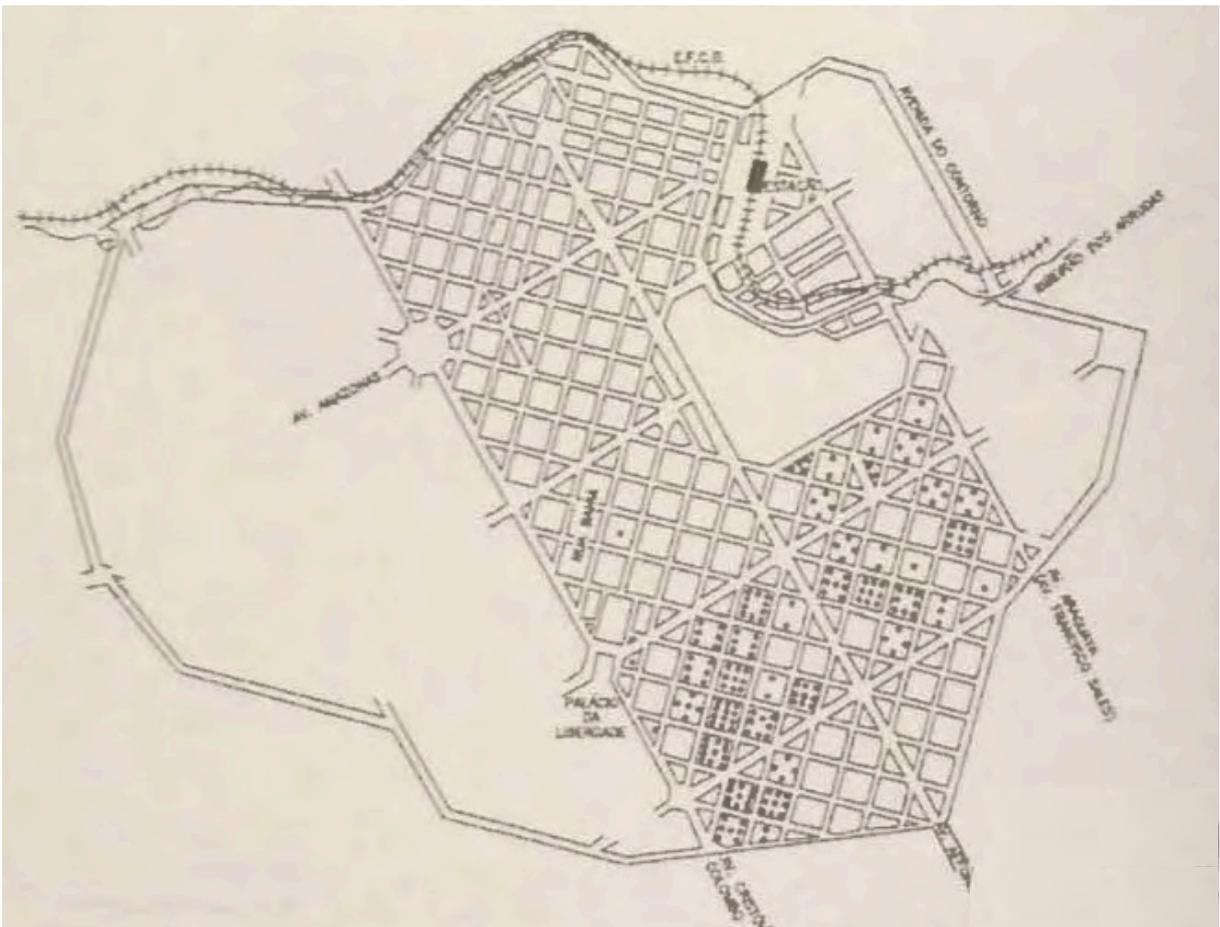


Figura 22. Faixa implantada do Plano Urbanístico nos primeiros anos da capital.

Fonte: Villaça, 2001

Assim, a cidade cresceu da periferia - onde o custo da terra era menor - para o centro, ou por meio da ocupação irregular das áreas vazias do centro. Outro fator que contribuiu para a segregação sócio-espacial foi a regulação das construções privadas localizadas na zona urbana. O decreto n. 1453 de 27, de março de 1901 exigia a utilização de certos materiais, considerados de melhor qualidade. Sob a justificativa do embelezamento e da salubridade, materiais como adobe e madeira para as paredes e telhados de zinco ou de palha, eram somente permitidos na zona suburbana (Capanema, 2021, p. 1075).

Os dados demográficos apresentados na tabela a seguir apontam para esse crescimento desigual entre as zonas, com o crescimento populacional muito mais expressivo nas zonas Suburbanas e de Sítios que, já em 1912, abrigavam população mais expressiva que a zona urbana. Em contraponto, até 1940 era possível observar quadras inteiras, internas à Avenida do Contorno, desocupadas (Villaça, 2001, p.124).

Tabela 1. Zoneamento da cidade de Belo Horizonte em 1905 e 1912

ZONAS	1905*	1912	AUMENTO
ZONA URBANA	7.695	12.033	56%
ZONA SUBURBANA	5.847	14.842	153%
ZONA DE SÍTIOS	4.047	11.947	193%

Fonte: Villaça, 2001, p. 123 com dados de Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo de Bello Horizonte pelo Prefeito Francisco Bressane de Azevedo em setembro de 1905. Bello Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1905, p.92 e Penna, Otávio. Notas cronológicas de Belo Horizonte, Belo Horizonte. Estabelecimentos Gráficos Santa Maria S.A., p.147.

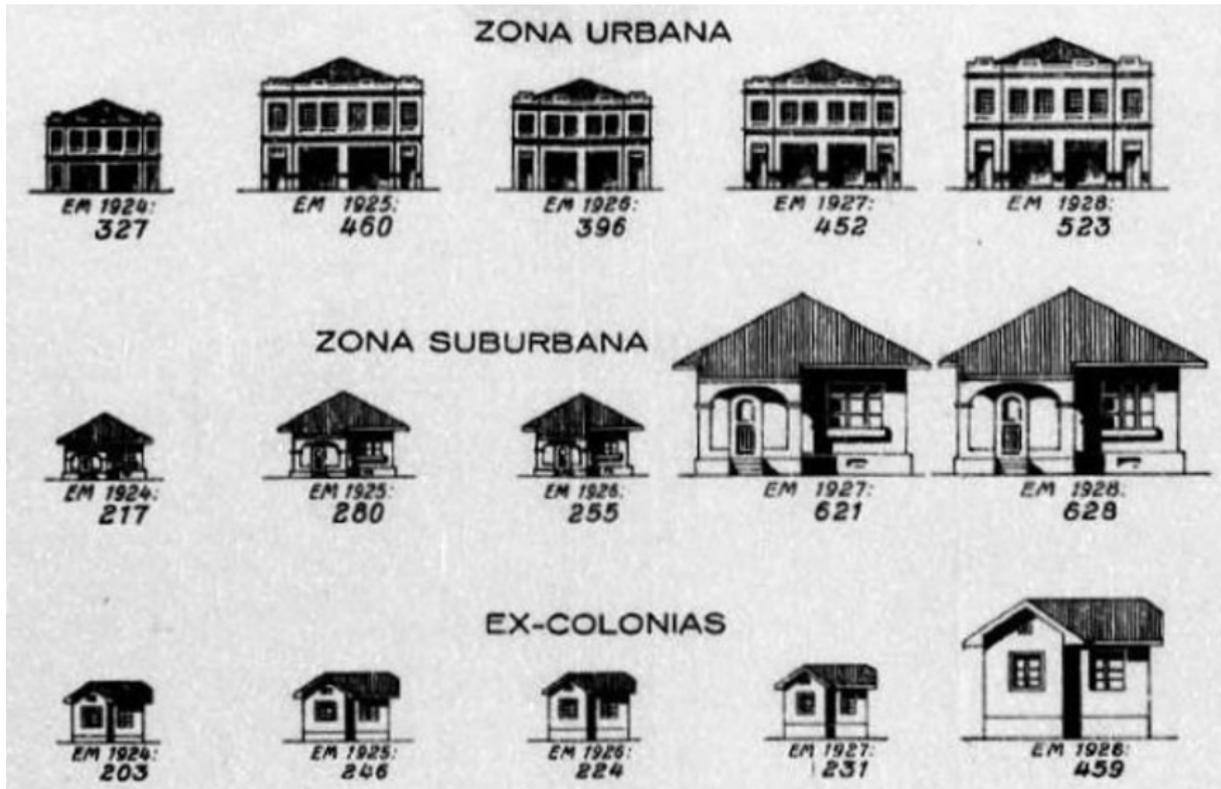


Figura 23. Acréscimo de construções nas zonas Urbana, Suburbana e colonial (rural)

Fonte: APCBH, Relatório do prefeito Christiano Monteiro Machado, 1928. Disponível em: <http://curraldelrei.blogspot.com/2010/07/os-anos-1920-e-o-inicio-da-remodelacao.html>

Nessa estrutura urbana, as camadas de rendas mais altas ocuparam as regiões centrais, expandindo-se para sul e sudeste até os limites do sopé da Serra do Curral, já ocupados por favelas (Silva, 2013). As áreas de loteamentos populares concentraram-se ao norte. A linha férrea que ligava a cidade ao Rio de Janeiro e a rodovia que ligava Belo Horizonte à São Paulo atraíram o desenvolvimento de um setor industrial-popular na direção oeste em direção à Contagem e Betim (Villaça, 2001).

Certas medidas foram tomadas no sentido de lidar com a questão da habitação popular, como a designação em 1904 da primeira vila operária da Capital na oitava seção urbana (local onde hoje localiza-se o bairro Barro Preto). O Decreto 1.516 que criava a vila, no entanto, impunha aos futuros moradores uma série de exigências como, por exemplo, a apresentação de um atestado ideológico assegurando que eles não estivessem envolvidos em atividades consideradas subversivas. O decreto ainda transformava a área originalmente delimitada como urbana em zona suburbana (Faria, 1985, p.28).

Exatamente no mesmo ano foi instaurada, ainda nessa área, a subdelegacia do Barro Preto, de maneira a intensificar a vigilância da população que ali habitava. Mais tarde, com a valorização dessa área, as famílias, muitas já despejadas de outras áreas da cidade, foram mais uma vez removidas. Não iremos abordar com maior detalhamento neste trabalho o histórico das vilas, favelas, bairros populares, ocupações etc. que deram abrigo à população excluída da cidade oficial. No entanto, cabe destacar o contínuo processo de deslocamentos forçados e de despossessão dessa população, o que é observado até os dias de hoje. O trabalho de Berenice Guimarães (1991) “Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada” apresenta-se como central no sentido de recuperar a história e deslocamentos das favelas e vilas em Belo Horizonte. Partindo do histórico construído por Guimarães, Margarete Leta (Silva, 2013) vem também contribuir na retomada histórica dessas ocupações em Belo Horizonte, mapeando os principais deslocamentos das favelas para fora da cidade planejada, à medida que se valorizavam os espaços que, de início, serviram de abrigo à classe trabalhadora.

A partir dos anos 1920, com a economia se recuperando da recessão causada pela Primeira Guerra Mundial, o processo de crescimento das áreas suburbanas somente se intensificou, cada vez com menor controle do governo local (Aguiar, 2006, p.6-7).

A mancha ocupada expandiu-se primeiro para sul e norte e, mais tarde, atravessando as duas barreiras que continham a ocupação à leste: a ferrovia e o Ribeirão Arrudas (ver figura 24).



Figura 24. Evolução da mancha urbana em Belo Horizonte 1900-1920

Fonte: PLAMBEL, 1974. Esquema Metropolitano de Estruturas. In.: Villaça, 2001.

Nessa estrutura urbana, as camadas de rendas mais altas ocuparam as regiões centrais, expandindo-se para sul e sudeste até os limites do sopé da Serra do Curral, já ocupados por favelas (Silva, 2013). As áreas de loteamentos populares concentraram-se ao norte. A linha férrea que ligava a cidade ao Rio de Janeiro e a rodovia que ligava Belo Horizonte à São Paulo atraíram o desenvolvimento de um setor industrial-popular na direção oeste em direção à Contagem e Betim (Villaça, 2001).

Apesar de menos populosa, a área central concentrava ainda a maior quantidade de equipamentos públicos, comércio e serviços.

Entre as décadas de 1920 e 1930, com a expansão da área comercial, a Rua da Bahia perde importância e emerge a Praça Sete de Setembro, localizada na intercessão de dois eixos principais da cidade – a Avenida Afonso Pena e a Avenida Amazonas. Além de comércio, a área passou a concentrar as principais Agências Bancárias da capital: o Banco do Comércio e Indústria em 1923, o Banco da Lavoura em 1927 e o Banco Mineiro em 1928 (Sant’Anna, 2008, p.79), tendência que se intensificou ao longo da primeira metade do século XX. Não por acaso, o Sindicato dos Bancários fez da Praça Sete sua principal arena de manifestação e ação, como veremos mais adiante. Também nessa época, foram construídos na Praça Sete os abrigos de bondes, destino de grande parte das linhas que circulavam na época.

Um novo período de planejamento se estabelece na cidade entre 1933 e 1950⁷. Pela primeira vez, o Plano de Aarão Reis, desenvolvido no século XIX, foi revisto e duas eram as questões centrais a serem enfrentadas: a polarização da cidade no contexto regional devido à sua industrialização e a ocupação entendida como “desordenada” nas áreas fora da Avenida do Contorno.

Nesse contexto, foi elaborado um novo Plano para a cidade em 1933. Nas décadas subsequentes, somente parte dele foi implementado, nomeadamente a abertura de avenidas radiais de articulação do centro entre núcleos urbanos e municípios vizinhos, a tentativa de consolidação de áreas de expansão urbana das elites (nos bairros Pampulha e Cidade Jardim), a criação da cidade industrial e da cidade universitária, reforçando o processo de suburbanização (Vilela, 2006 p.45).

Em relação à área central, o novo plano previa seu adensamento, com o estabeleci-

⁷ Nesse período, Belo Horizonte teve os seguintes prefeitos: Otacílio Negrão de Lima (de 1935-1938 e de novo entre 1947-1951), Américo René Gianetti (1951-1955), José Oswaldo Araújo (1938-40), Juscelino Kubistchek (1940-1945) (Vilela, 2006, p.42).

mento de um gabarito mínimo⁸ o que é possível observar na imagem a seguir, maior permissividade em relação à ocupação e a expulsão da indústria e do comércio atacadista (Sant'Anna, 2008, p.80).



Figura 25. Avenida Afonso Pena, 1963-65 (data provável)

Vista no sentido bairro-centro. No primeiro plano, bem centralizada, está a Praça Tiradentes, recém inaugurada. A praça foi um importante espaço para manifestações conservadoras. Também neste plano, a região do bairro Funcionários de padrão de ocupação horizontal, com prédios de até três pavimentos, contrasta com a verticalização do hipercentro, ao fundo.

Legenda original: Foto colorida do alto da avenida Afonso Pena, com o córrego Acaba Mundo ainda aberto e o edifício Fernão Dias em construção. Não há a data certa da foto, mas as árvores da avenida já não estão lá mais (elas foram retiradas em 63) e a Feira de Amostras ainda está lá (ela foi demolida em 65), portanto a data da foto está compreendida entre os anos de 1963 e 1965.

Fonte: Página do Facebook Fotos Antigas de Belo Horizonte, disponível em <https://www.facebook.com/FotosAntigasDeBeloHorizonte/photos/avenida-afonso-pena-1963-a-1965foto-colorida-do-alto-da-avenida-afonso-pena-com-/493717994099640/>

⁸ O processo de verticalização da área central era incentivado desde de 1930, quando a Lei 363 proibia a construção de edificações com menos de três pavimentos na área.

Com a criação da cidade industrial na década de 1940 e da Avenida Amazonas, que a ligava ao centro, esse vetor se reforçou (Villaça, 2001, p.200). A Pampulha, também em 1940, como um empreendimento voltado às elites, contribuiu para a transformação do padrão popular na região norte, entretanto, em somente parte do território e com uma ocupação lenta. Seus lotes foram comprados em sua maioria para especulação imobiliária e ficaram desocupados por muitos anos. como ocorreu em várias partes da cidade em diferentes momentos.

Por volta de 1950, o centro sofreu um processo de bipartição, com o abandono pelas camadas de alta renda das partes baixas da área central, sobretudo no entorno da estação ferroviária – quando o meio de transporte perdia sua centralidade – e sua concentração nas proximidades dos prédios administrativos. O centro de caráter mais popular se estabeleceu primeiro na Rua dos Caetés, via que ligava a estação aos bairros populares para além do Ribeirão Arrudas (Villaça, 2001, p. 270), e depois para toda a área hoje informalmente chamada de *baixo centro*. Na extensão dessa região, porém já na zona suburbana, formou-se na Praça Vaz de Melo, localizada no bairro Lagoinha, um outro centro comercial. A praça manteve sua importância até a década de 1970, quando as obras viárias do Complexo da Lagoinha deram início ao longo processo de descaracterização, fragmentação e abandono da região⁹ (Villaça, 2001, p.127). Foi nesse contexto em que ocorreu a implosão da Praça Vaz de Melo, evento narrado por Priscila Musa (2021) e apresentado no primeiro capítulo desta tese.

A divisão do centro perdurou até 1970, quando as elites começaram a se deslocar para outras áreas, mais ao sul, onde subcentros são criados (sendo a Savassi o principal deles) e o centro tradicional torna-se predominantemente popular. Essa dispersão do comércio e dos serviços – tendência em todo o país – torna-se tangível ao olharmos para o número de agências bancárias de toda a RMBH localizadas no centro. Em 1959, a área concentrava 70 agências de um total de 74, já em 1973, somente 57 de 157 agências localizavam-se ali (Villaça, 2001, p.273). A progressiva desativação do sistema de bondes, com as últimas linhas circulando até 1963, e a adoção do ônibus como principal meio de transporte coletivo, também facilitou a dispersão da expansão urbana.

Entre 1950 e 1960 o processo de metropolização nos principais centros do país se intensifica. A população de Belo Horizonte nesse período quase triplica e a cidade se

⁹ Um importante histórico sobre a Lagoinha e sua destruição decorrente das diversas obras viárias que foram impostas sobre o bairro é apresentado no livro *Nossas ruas, nosso patrimônio (in)visível: Dicionário toponímico da região da Lagoinha do advogado e ativista do bairro Daniel Silva Queiroga*.

estabelece como principal centro econômico de Minas Gerais (Mendonça, 2003). O adensamento no entorno da zona urbana é incentivado pela legislação, que passa a permitir por meio da Lei 592 a verticalização dos bairros já consolidados. No fim da década de 1950 47,3% da população habitava fora da Av. do Contorno, de acordo com estudos da Sociedade para a Análise Gráfica de Mecanográfica Aplicada aos Processos Sociais (Sagmacs) apresentados por Mendonça (2003, p.120).

O investimento nacional em industrialização nos anos 1950 leva à consolidação da Cidade Industrial, criada na década de 1940 na zona oeste como espaço da produção (Sant'Anna, 2008, p. 80). Isso se intensifica ao longo dos anos 1970, com os incentivos estaduais para a instalação de indústrias e, no caso das indústrias já existentes, para a expansão de sua produção (Mendonça, 2003, p.120).

A primeira Lei de Uso e Ocupação de Belo Horizonte, Lei 2.662 de 1976, reproduziu a estruturação territorial existente, reforçando um modelo radiocêntrico, com maior diversidade de uso e ocupação nas áreas centrais e ao longo dos corredores de transporte (Freitas, 1996, p.56).

Nos anos 1980, registrou-se nova reestruturação territorial na capital e sua região metropolitana, sobretudo no que diz respeito à mobilidade, capitaneada pela Metrobel, órgão central da política metropolitana de transportes, criado em 1981. O plano metropolitano de transporte é composto por uma série de ações que altera dinâmicas intraurbanas, sobretudo na área central de Belo Horizonte, como é o caso do Projeto da Área Central (PACE) e o Probus (Sant'Anna, 2008, p. 83). Uma série de intervenções é realizada no centro, sobretudo devido ao PACE, para reorganizar o sistema de transporte coletivo, melhorar a circulação pela redução do trânsito de passagem e aumentar passeios e áreas de convívio. O comércio de varejo e supermercados populares, atividades consideradas ambientalmente degradantes, foram transferidos para as imediações da Praça Rui Barbosa, também conhecida como Praça da Estação, e a **Praça Rio Branco/Rodoviária**. Também nessa região, nas Avenidas Paraná e Santos Dumont concentraram-se as linhas de ônibus (Vilela, 2006, p.59). A aposta na “revitalização” do centro reforçando sua função econômica tornou sua função residencial secundarizada (Vilela, 2006, p.102).

A Praça Rio Branco, também conhecida como Praça da Rodoviária, passou por grandes transformações ao longo da história de Belo Horizonte. Inicialmente chamada de Praça 14 de Fevereiro, abrigou em 1900 o primeiro mercado municipal da cidade, tornando-se parte do eixo comercial da capital junto com a Praça da Estação e a Av. Santos Dumont.

O mercado mudou-se de lá em 1929 para o local em que até hoje se localiza. Em 1925 foi construído no entorno da praça o prédio da Alfândega, que mais tarde abrigou a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho. Em 1931 ela teve seu traçado modificado pelo Decreto 9.921 de 02 de maio, criando três novos quarteirões para serem loteados.

Em 1935 a Feira Permanente de Amostras foi inaugurada no local do antigo mercado. O prédio na época de sua construção era o mais alto da cidade e sua torre com um relógio e um farol, que ficava ligado durante toda a noite, era um ponto de referência na paisagem (Werneck, 2012). O complexo abrigava uma série de atividades como uma discoteca e os estúdios e auditórios da rádio Inconfidência, em que importantes artistas da época se apresentaram. Assim, mesmo à noite a Praça era um ponto de grande circulação. Isso fez dela um importante ponto de demonstrações públicas até o início dos anos 1960, sempre com a concentração iniciando-se ao final da tarde, “quando a massa humana nas ruas é mais

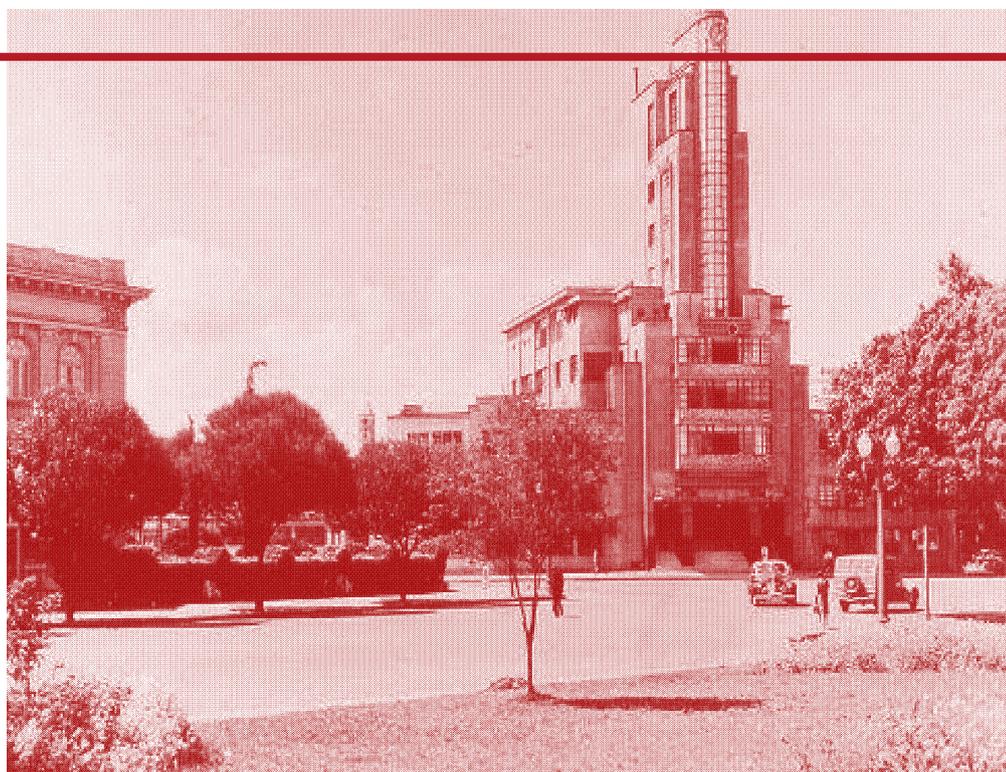


Figura 26. Praça Rio Branco

Fonte: Arquivo Público Mineiro, Fundo Olegário Maciel/autoria Gines Gea Ribeira disponível em http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/

numerosa” (DOPS/MG, Pasta 188). Em 1962, ocorreu no local o “Comício da Fome”, quando líderes sindicais, estudantes e moradores de favela se reuniram para protestar contra os altos custos de vida. A Praça também foi usada para demonstrações sindicais diversas, sendo o local preferido para as comemorações de 1 de maio.

Em 1941 um primeiro terminal rodoviário foi construído atrás da Feira Permanente de Amostras (Terminal Rodoviário Governador Israel Pinto, s/d). A expansão desse terminal no meio dos anos 1960 acarretou a demolição da Feira de Amostras. Entre 1965 e 1971, a região transformou-se em um grande canteiro de obras, e a região foi completamente modificada em termos espaciais e também quanto à sua articulação em relação à cidade.

Em 1982 a praça foi mais uma vez reestruturada e recebeu a escultura de Mary Vieira intitulada Monovolume: liberdade em equilíbrio. O monumento abrange, além da escultura em concreto armado, o desenho paisagístico, o mobiliário urbano e a paginação do piso e foi doado por diversas instituições sob coordenação do Rotary Clube de Belo Horizonte (Rodrigues, 2014). Para que o monumento se apresentasse na maneira idealizada pela autora, as árvores da praça foram suprimidas. No entanto, diante das críticas populares, novas árvores foram plantadas. Nos anos 1980 a Praça foi palco do movimento pelas Diretas-Já, quando se reuniram-se ali cerca de 400 mil pessoas em apoio à emenda Dante de Oliveira.

A formação de Belo Horizonte nos apresenta uma cidade que nasce como espaço concebido – ortogonal e hierarquizada – cujo principal objetivo era a produção de corpos e comportamentos que se adequassem ao ideal de modernidade e à nova república. No entanto ela é transformada pela vida cotidiana, pelos novos eixos de expansão do mercado e pela necessidade de moradia para as camadas baixas e operárias. A cidade em que havia espaço somente para certas atividades e indivíduos, é, então, disputada por aquelas e aqueles excluídos.

Ironicamente, sua conformação segregadora e centralizadora cria as condições para que as demandas desses excluídos sejam amplificadas na retomada ao centro da cidade, onde jazem seus espaços mais simbólicos. Ainda que seja um excelente espaço para a repressão, o centro torna-se estratégico às lutas por sua visibilidade, seus significados e sua facilidade de acesso.

A história de Belo Horizonte é uma história de violência, de repetidas expulsões e desposseções e de cerceamento às práticas de grande parte de sua população. Mas

é também, uma história de resistência e de luta. Recuperar esse passado, sem, entretanto, negar os processos dominantes é apostar junto com Azoulay (s/d) e Hartman (2020) em seu potencial de mobilizar um hoje e um amanhã distintos. Isso é o que faremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4 Os ciclos em Belo Horizonte e suas práticas espaciais

O contexto nacional abordado no capítulo 2 se refletia em Belo Horizonte, que tinha também suas próprias dinâmicas de luta. Entre 1960 e 1983 foi constante a circulação de militantes entre Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, principais polos econômicos e políticos no Brasil naquele momento e ainda hoje. Registros desse movimento são observados tanto nos documentos da repressão, com constantes informes desse trânsito, quanto nas biografias de militantes atuantes na época (Arreguy, 2021; Chacel, 2102; Drummond, 1991; Nahas Júnior, 2015 e Perrin, 2004). Assim, o constante trânsito entre as cidades evidentemente influenciou os modos de agir dos grupos em Belo Horizonte, assim como foram também influenciados, por esse intercâmbio dos militantes em trânsito, os modos de agir nas cidades que constituem o circuito entendido como o “contexto nacional”.

Como no contexto nacional, optei, no presente capítulo, pela análise por ciclos de protestos. Para além de uma delimitação puramente temporal, essa divisão revela mudanças fundamentais nos modos de agir das lutas quanto à apropriação do espaço, o que passa pelas noções de visibilidade e invisibilidade e segurança. Isso será explorado mais detidamente em cada um dos ciclos a seguir.

Ciclo 1 (1960-1964)

Na época dos acontecimentos que tanto deram o que falar envolvendo Hilda Furacão, eu trabalhava como repórter na Folha de Minas numa Belo Horizonte que cheirava a jasmim e ao gás lacrimogêneo que a polícia jogava nos estudantes e que acabava sendo o perfume daqueles dias. (Drummond, 1991, p.11)

É dessa maneira que o jornalista e escritor Roberto Drummond inicia seu romance *Hilda Furacão*. A personagem fictícia mistura-se ao contexto real de Belo Horizonte entre 1960 e 1964. Naquele período de efervescência social, **inúmeros protestos estudantis** ocorriam na cidade, como as greves que eclodiram entre abril e junho de 1962 contra o aumento das anuidades escolares.

Em 1962 aconteceu a primeira grande mobilização nacional de estudantes. A greve foi decretada pela União Nacional dos Estudantes (UNE), e universitários de todo o país reivindicavam um terço da representação nos órgãos governativos das instituições estudantis. O movimento acabou envolvendo também os estudantes secundaristas no debate da reforma estudantil e foi um ponto de inflexão importante ao inseri-los no debate da política nacional junto com os movimentos de esquerda.

Em Belo Horizonte, os estudantes foram também mobilizados pelo aumento das anuidades escolares e pelo acesso integral ao ensino. Durante a greve, piquetes foram promovidos nos colégios a fim de impedir a entrada de alunos, professores e funcionários nos estabelecimentos. Foram ainda realizados os tradicionais enterros simbólicos de figuras consideradas inimigas da causa (DOPS/MG, Pasta 188). A greve se espalhou por toda a cidade, mas seu epicentro era a Esquina da Sinuca, cruzamento localizado há poucos metros da Praça Sete de Setembro.

Não só os estudantes secundaristas e universitários estavam nas ruas de Belo Horizonte naquele momento. Como vimos, o contexto nacional era de agitação política, e, localmente, isso não era diferente. Pierre Le Ven e Magda Neves (1996, p.88) consideram tal período como “um dos mais marcantes em termos de manifestações públicas no centro da cidade [de Belo Horizonte]”.

Estavam nas ruas trabalhadoras e trabalhadores, organizados por sindicatos fortes à época, partidos políticos, inclusive militantes do Partido Comunista que esteve na ilegalidade grande parte da primeira metade do século XX¹, donas de casa, trabalhadores rurais e moradores de favela e bairros populares. Nos documentos do DOPS/MG e do SESP/MG são recorrentes menções aos seguintes grupos:

- Partidos: Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB);

¹ Dos quase 100 anos de existência do Partido Comunista no Brasil, somente uma parte deles foi em legalidade plena. Dario Canale (1986, p.84) diferencia e sistematiza da seguinte maneira a situação do partido no Brasil: Entre 1922-35, 1947-56 e 1979-84, houve perseguições ocasionais, nos períodos de 1935-45 e 1964-79 o partido foi colocado na ilegalidade, mantendo sua atuação clandestinamente, e entre 1956-64 e após 1985, períodos de legalidade de fato.

- Entidades estudantis: Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), União Estadual Estudantil (UEE), União Metropolitana de Estudantes Secundários (UMES), União de Estudantes Católicos (UEC) e o Centro Popular de Cultura (CPC)²,

- Entidades de trabalhadores: Sindicato da Indústria de Calçados de Belo Horizonte, Sindicato das Professoras Primárias, Sindicato dos Bancários, Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários, Carris urbanos e Choferes, Sindicato dos Empregados nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Minas Gerais, Sindicato dos Hidrelétricos, Federação dos Círculos Operários, Sindicato dos Metalúrgicos, Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores na Indústria de Móveis de Madeira, Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Comerciais de Minérios e Combustíveis Mineráveis e Sindicatos dos Servidores Estaduais, Federais e Municipais;

- Entidades rurais: Ligas Camponesas, Federação das Associações Rurais do Estado de Minas (FAREM); Sociedade Mineira de Agricultura e União das Cooperativas de Minas Gerais (UCMG);

- Ativismos urbanos: Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte - FTFBH e as Uniões de Defesa Coletivas (UDCs).

Era comum a articulação entre esses sujeitos coletivos em torno de diversas pautas, sobretudo aquelas que atravessavam a questão da vida cotidiana, como no caso da **Quinzena da Carestia**. Organizada para ocorrer ao longo de 15 dias em junho de 1962, a movimentação confluiu representantes de diversos setores da sociedade como estudantes, trabalhadores, donas de casa e associações de bairros e favelas na denúncia do alto custo de vida e os baixos salários de parte majoritária da população. Trata-se de pauta que não estava relacionada a nenhum dos grupos individualmente, mas que, ao mesmo tempo, congregava todos eles: foi capaz de aglutinar os sindicatos porque a agenda enfrentava a questão salarial; os grupos de esquerda, sobretudo aqueles ligados aos estudantes, pois viam a pauta como uma via de aproximação com a classe trabalhadora, então considerada a “classe revolucionária”; os grupos religiosos – sobretudo ligados às linhas mais progressistas – pela luta contra a fome e pela dignidade humana; e, finalmente, as donas de casa que diariamente observavam o descompasso entre o orçamento doméstico e o cuidado familiar e a reprodução da vida.

² Os Centros Populares de Cultura – CPC foram grupos articulados à União Nacional de Estudantes – UNE. Criados em 1962 no Rio de Janeiro por artistas e intelectuais, o CPC buscava, ao reconhecer o caráter político de todas as formas de manifestação cultural, tornar a arte menos hermética e alienada (Kornis, s/d) e criar “uma cultura verdadeiramente brasileira, voltada para os interesses populares” (UNE, Pasta 188, p.91).

A “**Quinzena da Carestia**” envolveu uma série de ações organizadas por estudantes, líderes sindicais, donas de casa e moradores de favela, para denunciar a situação de miséria da população belo-rizontina e protestar contra os altos preços dos alimentos e o baixo poder aquisitivo das trabalhadoras e trabalhadores. Seus manifestantes escolheram ocupar a área central e também bairros populares, favelas e áreas industriais (DOPS/MG, Pasta 188, 1962).

Diferentes táticas foram adotadas: na área central foram propostos comícios-monstros, reunindo a maior quantidade possível de pessoas, e comícios-relâmpagos de curta duração em espaços representativos da cidade como a Praça Rio Branco, a Prefeitura e o Palácio da Liberdade (DOPS/MG, Pasta 188, 1962). Além dos comícios, foi planejada uma passeata pelos espaços sede do poder municipal e estadual com a entrega do “Memorial da Fome” ao prefeito e ao governador da época. Nos bairros populares, favelas e áreas industriais planejou-se o uso de alto-falantes fixos e móveis com mensagens chamando a população à indignação e à ação. Toda a preparação das ações foi acompanhada e noticiada pela mídia. Com base nessas notícias, junto à informação anterior de “[...] um pacto entre estudantes, favelados e operários” para “desmoralizar autoridades constituídas” (DOPS/MG, Pasta 188, 1962), deram-se os primeiros movimentos de vigilância à Quinzena. A partir daí, agentes do DOPS/MG passaram a frequentar as reuniões, apesar de secretas, como demonstra um relatório de 31 de maio de 1962 (DOPS/MG, Pasta 290, 1962).

Autoras como Veronica Gago (2019) e Silvia Federici (2019) destacam a contribuição das mulheres nas lutas diversas, tirando do segundo plano as agendas que questionam o chamado trabalho de reprodução, além de reforçar demandas por melhorias na vida cotidiana, uma pauta que era, em geral, mediada pela luta por melhores salários. O foco da luta tradicionalmente atrelado ao universo do trabalho deslocou-se para a necessidade de uma equalização mais justa entre os salários e os custos de reprodução da vida, bem como o acesso às condições necessárias para tal reprodução (como a melhoria da saúde, da educação, do transporte público, das estruturas urbanas etc.). Esse deslocamento seria condição de superação do denominado “círculo vicioso e suas consequências danosas” pelos organizadores da Quinzena (Jornal Diário de Minas, 9 de maio de 1962).

Não se trata de uma luta ligada somente ao mundo do trabalho, ou a uma agenda “política” aparentemente desconectada da vivência concreta de grande parte das pessoas. Essa é uma agenda que escancara a impossibilidade de reprodução da vida, e portanto, diz sobre a própria vida cotidiana. Não à toa, lutas contra a carestia mostram-se tão presentes ao longo da história não só de Belo Horizonte, mas também em todo o Brasil, sobretudo ao longo do século XX.

Em um cenário espacial e temporalmente distinto – São Paulo, nos anos 1970 – **Eder Sader** (1988) explora essa mesma pauta no livro “Quando novos personagens entram em cena”, demonstrando tanto a repercussão da agenda pelo território nacional, como sua permanência no tempo. O livro marcou o campo dos estudos dos ativismos, sobretudo ao reconhecer, a partir das lutas do **Movimento do Custo de Vida**, a atuação de “novos sujeitos coletivos” para além dos clássicos atores atrelados à luta partidária e ao sindicalismo. Esse processo aciona transformações na organização de sujeitos, na criação de novas arenas de luta e no deslocamento da experiência cotidiana para o centro das lutas, em uma prática que se constitui a “partir da consciência e vontades próprias” (Sader, 1988, p. 11).

Sader (1988) explora a contribuição feminina nas práticas coletivas reivindicatórias desde o **Movimento do Custo de Vida**, ocorrido em São Paulo no final dos anos 1970. As origens de tal organização relacionam-se aos clubes de mães, coletivos ligados à atuação da igreja católica em áreas periféricas. De caráter assistencialista, as atividades promovidas por esses clubes – como bazares e oficinas de artesanato e higiene – eram organizadas por donas de casa de classes média e alta e voltavam-se às mulheres de áreas carentes. Com a gradual saída dessas atrizes externas, as mulheres da periferia começaram a se auto-organizar em encontros cuja tônica era a discussão do evangelho e a execução de trabalhos manuais.

Evidentemente, tais atividades eram permeadas por conversas sobre o cotidiano individual, o universo familiar, as dificuldades enfrentadas e temáticas afins. Esses diálogos levaram a elaborações e questionamentos sobre as dinâmicas do cotidiano dessas mulheres, as relações assimétricas com seus maridos, a dificuldade de sobrevivência diante dos altos preços de produtos básicos e os baixos salários e a repressão vivida em todo o país, que estava, desde 1964, sob um regime militar. Os encontros contribuíram, sobretudo, à percepção do caráter sistêmico e coletivo de tais desafios e que

seu enfrentamento deveria ocorrer, portanto, para além da esfera privada e individual dos núcleos familiares. Nas palavras de Sader (1988), os clubes de mães, que funcionavam como grandes famílias, acabaram levando ao questionamento da própria família, em um primeiro momento e, em um segundo, da sociedade brasileira.

Em 1975 a atuação do grupo se expandiu e foram promovidas pesquisas em domicílios nas áreas periféricas de São Paulo, junto à coleta de assinaturas para inúmeros abaixo-assinados. Buscava-se, com a ação, medir o impacto do aumento no preço de itens básicos na vida dos trabalhadores. Apostava-se ainda no caráter pedagógico e de articulação social que os encontros mediados pelas entrevistas poderiam promover.

A luta de “mães de família em desespero” contra os altos custos de vida, a falta de creches e as longas jornadas de trabalho dos “chefes” de família conseguiu articular cotidiano e política. Isso gerou uma outra noção de política, que nasceu da negação das mediações políticas existentes, suas práticas e modelos organizativos (Sader, 1988, p. 221). Em última análise tal transformação, deu-se a partir da articulação entre a esfera produtiva e a esfera reprodutiva trazida pela inserção das mulheres na arena das reivindicações.



Figura 27. Mulheres do Movimento Contra a Carestia em Brasília em 1978

Fonte: Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/historia-do-movimento-do-custo-de-vida-e-resgatada-em-novo-livro/>

A articulação entre os distintos grupos nessa e em outras ocasiões resultou na ampliação de suas agendas e na troca de táticas de ação, gerando o que Tilly (2005) denomina “experiência cumulativa do conflito”. Nesse contexto, surgiram, por exemplo, novas dinâmicas de manifestações de rua tais como a vinda dos moradores de favela ao centro para endereçar suas demandas e as ocupações de terra para fins de moradia de maneira previamente organizada.

Nomeados os protagonistas desse ciclo, passemos à identificação dos espaços que abrigaram suas práticas, utilizando-os como fios condutores para as narrativas levantadas nas diferentes fontes. Busca-se evidenciar a vocação destes espaços para o abrigo das agendas de luta. Ou seja, que características espaciais os transformam, não somente em palco, mas em atores no desenrolar dos acontecimentos. Serão destacados nas narrativas, em negrito, eventos de relevância sob a ótica de seus impactos ou transformações promovidas na ordem social ou no uso do espaço e ainda os espaços ocupados com certa recorrência. A esses destaques estão atrelados excursos que reúnem informações importantes ao seu entendimento e caracterização, cuja leitura pode ser feita de maneira autônoma do corpo principal do texto.

Dentre os espaços de maior recorrência nos documentos analisados figuram o **Audiotório da Secretaria de Saúde e Assistência de Minas Gerais (1)**, prédio onde hoje funciona o Minascentro, a **Esquina da Sinuca (2)**, o Palácio da Liberdade (3), a **Prefeitura (4)**, a **Assembleia Legislativa (5)**, a **Praça Sete de Setembro (6)**, a **Praça Rio Branco (7)** e a **sede do Sindicato dos Bancários (8)**.

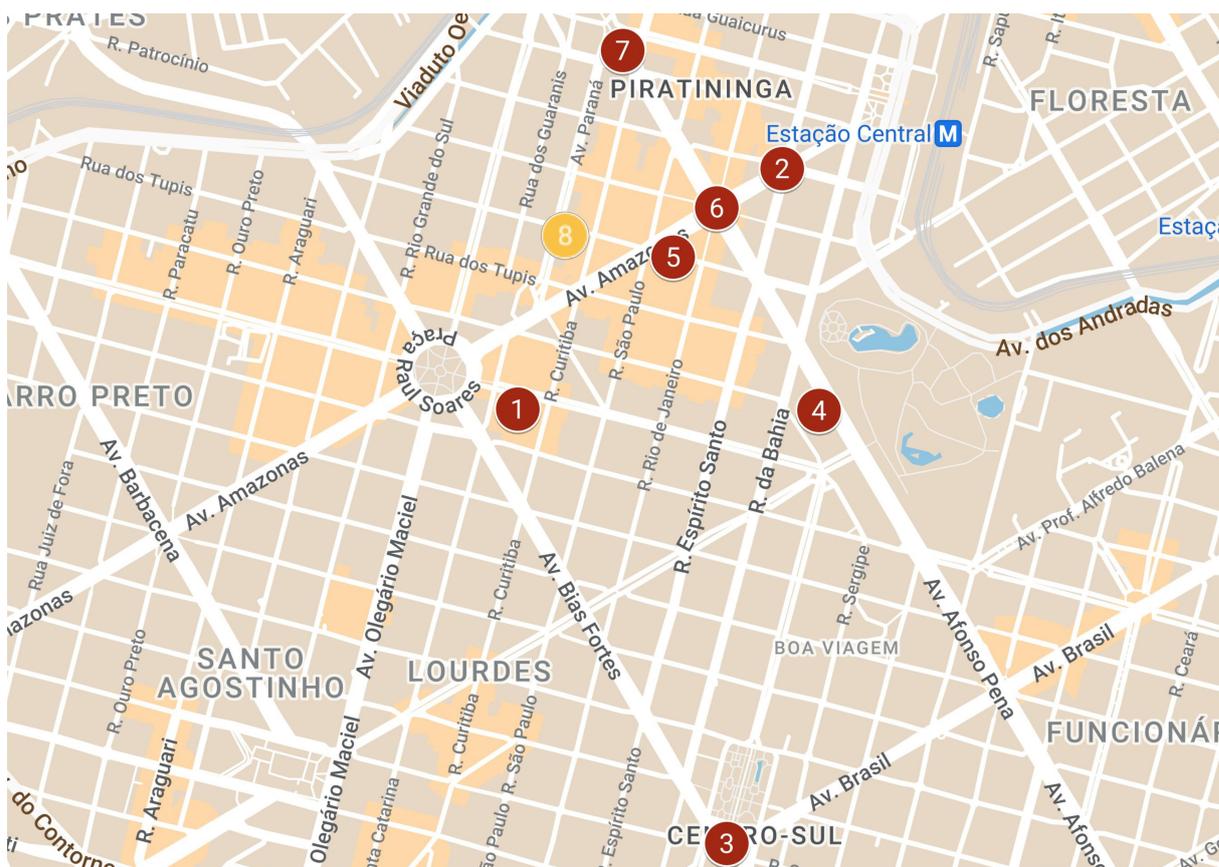


Figura 28. Espaços mais apropriados durante o primeiro ciclo

Fonte: Elaboração própria.

O auditório da Secretaria de Saúde e Assistência de Minas Gerais e a sede do Sindicato dos Bancários abrigaram importantes reuniões e encontros neste período. Foi na primeira, por exemplo, que ocorreu o **I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas**, encontro que teve a Reforma Agrária como uma de suas pautas centrais e reuniu cerca de 2 mil trabalhadores rurais de todo o Brasil. Desde o início dos anos 1960, o campesinato vinha se organizando e ganhando forças e o evento foi fundamental para o coletivo por unificar seus atores em torno de agendas comuns e explicitá-las para agentes externos. Para Samuel Oliveira (2021, p.15), o evento marcou a “consolidação do campesinato no espaço público”, sendo seu entendimento de “espaço público” aquele conceituado por Hannah Arendt: a arena em que a ação e o discurso podem ser vistos e reconhecidos. De acordo com as lideranças organizadoras do evento, a escolha de Belo Horizonte como sua sede deu-se em função da concentração fundiária, da fraqueza da organização camponesa e da miséria existente nas áreas rurais do estado de Minas Gerais (Oliveira, 2021, p.10). No entanto, a realização do congresso em Minas teve também o estímulo de Magalhães Pinto, governador à época, que, de acordo com Samuel Oliveira (2021, p.10), não só

autorizou o evento, como forneceu verbas, alimentação, alojamento e transporte para os camponeses³. Esse alinhamento do governo estadual com alguns dos grupos e suas agendas pode ter contribuído para as repetidas vezes em que a Secretaria de Saúde foi apropriada pelos ativismos neste primeiro ciclo. De fato, vemos que ao longo do tempo, com as mudanças do governo estadual e federal, cada vez menos esse espaço acolhe as agendas de luta.

A Secretaria de Saúde e Assistência de Minas Gerais se localizava em ponto estratégico do centro da cidade, ocupando um quarteirão inteiro entre as ruas Curitiba, Guajajaras, Santa Catarina e a Avenida Augusto de Lima (no local do atual Minascentro). Seu auditório foi um importante espaço de reunião de ativistas e operários, para assembleias, congressos e afins. Durante a década de 1960, vários eventos importantes ocorreram no local. No ano de 1964, entretanto, com o recrudescimento da situação política esses eventos passaram a ser ameaçados, entre eles o congresso de criação da Central Única dos Trabalhadores da América Latina (CUTAL) com a presença de Leonel Brizola e da Frente de Mobilização Popular (FMP).



Figura 29. Auditório da Secretaria de Saúde

Fonte: Jornal Estado de Minas, apud Ferreira; Rubião, 1990

³ Samuel Oliveira (2021, p.11) rastreou que, antes de considerar a realização do evento em Minas Gerais, os organizadores tentaram os estados de São Paulo e da Guanabara. Em ambos os pedidos foram negados por seus respectivos governadores, Carvalho Pinto e Carlos Lacerda.

Os acontecimentos durante o CUTAL ficaram conhecidos em todo o país como a “Noite das Cadeiradas” (Belotur, 2004), quando o auditório foi invadido, com o apoio da Polícia Militar, por grupos paramilitares e por rezadeiras, rogando contra “o belzebu vermelho” e lançando alfaces nos presentes (conta Roberto Drummond em seu romance *Hilda Furacão* que elas foram capitaneadas por Dona Loló Ventura). O então deputado Leonel Brizola teve que sair escoltado. Depois das repercussões da mobilização anticomunista outros eventos planejados para o local foram cancelados como o comício de João Goulart em defesa das reformas de base na ocasião das comemorações da Inconfidência Mineira (Motta, 2002; Starling, 1986). Na década de 1980, o governo de Francelino Pereira recuperou o projeto de um centro de convenções para ocupar o quarteirão da então secretaria. A mudança pretendia revitalizar o centro urbano e dinamizar a economia da cidade e do estado; mas servia igualmente ao objetivo de apagar a memória de resistência do local (Soares; Souza, 2007); (Oliveira, 2021, p.5).

Também inserido no contexto das reformas de base, ocorreu no mesmo local o **I Congresso dos Trabalhadores Favelados**, cujas tônicas eram o direito à moradia e a reforma urbana. O evento foi promovido pelo movimento favelado, naquele momento organizado pela Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte (FTFBH) e pelas Uniões de Defesa Coletivas (UDC). Ao longo do evento, foi produzido um memorial a ser entregue às autoridades. Esse documento reunia demandas por arreamento, instalação de bicas de água, escolas e postos médicos, o fim dos despejos e afins (Oliveira, 2021, p.21).

Em 15 de novembro de 1961 cerca de dois mil trabalhadores rurais de todo o país se reuniram em Belo Horizonte, no Auditório da Secretaria de Saúde e Assistência, para o **1º Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas**, que teve duração de três dias. O congresso reuniu delegados de várias organizações em Belo Horizonte (Fortes;Corrêa e Fontes, 2010) e foram discutidos problemas rurais do estado e do País, como a Reforma Agrária, assistência ao trabalhador rural, elevação do seu nível de vida, direito de associação e sindicalização, etc. (Jornal “O Farol”) (DOPS/MG, Pasta 110). Ao final do Congresso foi promovida a ocupação de terrenos localizados entre os bairros Santa Efigênia e São Lucas. Cerca de mil e quinhentas famílias ocuparam os terrenos de propriedade de Antônio Luciano e da Fayal S/A, dando origem à Vila Nossa Senhora Aparecida. Tal ação era um ataque direto ao proprietário, considerado o maior latifundiário da cidade. (Oliveira, 2010).



Figura 30. 1º Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas
Fonte: APM, apud Musa, 2022

Os memoriais eram ferramentas amplamente utilizadas pelos ativismos naquele momento. Tratavam-se de documentos endereçados às autoridades e coletivamente construídos, em que eram enumeradas as principais demandas de um coletivo. Em geral, sua entrega ocorria vinculada às práticas de caráter mais midiático, como neste caso, no fechamento do encontro, ou ainda nos comícios e passeatas. Entregar cartas ou outros documentos enumerando demandas às autoridades políticas ou ad-

ministrativas é uma prática tão antiga que é impossível recuperar sua origem. No entanto, articular sua entrega às práticas capazes de, por sua visibilidade, amplificar as demandas à esfera pública, é uma tática especialmente adotada neste momento. De um lado, sua adoção demonstra que havia alguma confiança na possibilidade de se estabelecer um diálogo com o Estado, de outro, a percepção de que conquistar a opinião pública era central para assegurar o poder de barganha do coletivo que dele demandava.

A **Secretaria de Saúde** foi também base para as assembleias dos servidores públicos, que ao longo do primeiro ciclo protagonizaram inúmeras greves por melhorias salariais e de condições de trabalho; além dos estudantes que, como vimos no início deste capítulo, protagonizaram algumas ações reivindicativas contra o aumento das anuidades escolares. Finalmente, foi na Secretaria que se deu início à mobilização contra o alto custo de vida, conhecida, como já abordado, como a **Quinzena da Carestia**.

Por seus atributos e centralidade como local que abrigou diversos grupos e suas agendas, Samuel Oliveira (2021, p.7) pleiteia que a **Secretaria de Saúde** seja reconhecida como um espaço de memória para trabalhadoras e trabalhadores, questionando a centralidade dos espaços de memória reconhecidos, em geral atrelados às elites e sua história.

Outro espaço recorrentemente apropriado durante o ciclo foi o **Sindicato dos Bancários**, um dos mais importantes e ativos grupos naquela época. Sua sede, localizada na Av. Paraná, esquina com rua dos Tamóios, deu abrigo a diversos coletivos de dentro e fora de Belo Horizonte. Roberto Drummond, no já citado romance *Hilda Furacão*, refere-se ao local como o “[...] o quartel-general das greves da época” (Drummond, 1991, p.29). Ela tornou-se ponto de encontro e centro de apoio aos ativistas, configurando um território livre para aquelas trabalhadoras e trabalhadores historicamente banidos da cidade, servindo de pouso a tecelões, mineiros, motoristas, radialistas, dentre outros.

Em 1932 foi criada a Associação Mineira de Bancários que deu origem ao **Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte e região**, com sede na Avenida Paraná com Rua dos Tamóios. Sua localização na área central e a proximidade com a Praça Sete eram estratégicas para sua intervenção espacial: o fechamento de diversas ruas do centro, barrando o acesso às agências bancárias, naquele momento, concentradas, em sua maioria, na área central. A sede do sindicato foi também um importante espaço para as articulações políticas da época, servindo de ponto de encontro e centro de apoio aos ativistas que habitavam, em sua maioria, áreas periféricas da cidade. Ela tornou-se, assim, um território livre para aqueles historicamente banidos da cidade.

Uma das ações que encontrou o apoio do Sindicato foi a passeata dos motoristas por melhorias salariais (Veloso, 2015, p.127). Ela partiu da **sede do Sindicato dos Bancários (a)**, cruzou a **Praça Sete (b)** e seguiu pela **Avenida Afonso Pena**. Na altura da **Igreja São José (c)**, a manifestação foi duramente reprimida pela polícia que dissolveu a ação e prendeu 35 manifestantes (Correio de Minas, 08 maio 1963).

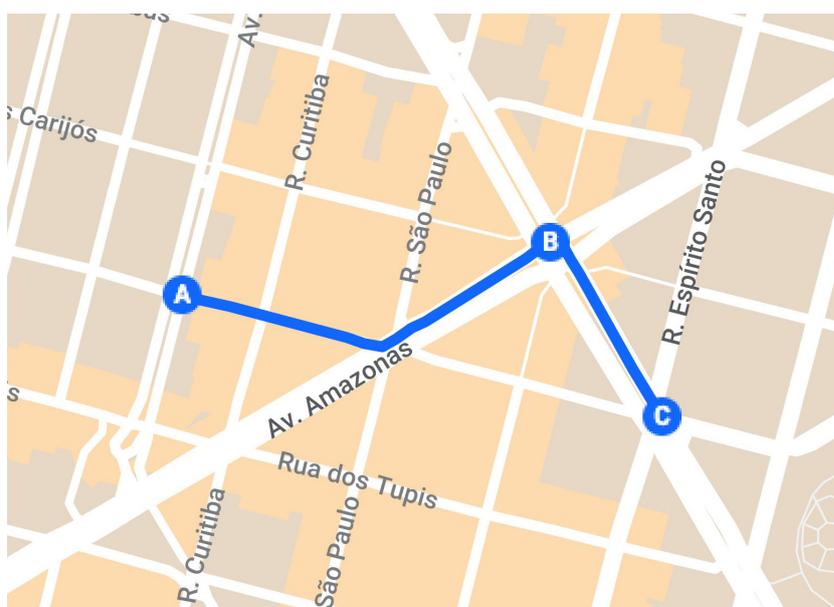


Figura 31. Trajeto da passeata dos motoristas por melhorias salariais
Fonte: Elaboração própria

A importância dos sindicatos como local de reunião relaciona-se à proibição, sob qualquer hipótese, de interferência dos agentes em reuniões de classe. Os sindicatos constituíam, assim, territórios interditados aos agentes da repressão. Era comum que, quando reconhecidos, fossem denunciados à polícia e “convidados” a se retirarem dos espaços. Para lidar com esse bloqueio, vimos no capítulo 1 que os agentes passam a se infiltrar nos sindicatos e reuniões dos demais ativismos, ou a obter informações de informantes.

O **Palácio da Liberdade**, a **Prefeitura** e a **Assembleia Legislativa**, sedes do poder estadual e municipal, e portanto, centro desses poderes, figuram, por motivos óbvios, dentre os espaços de grande apropriação pelos ativismos. Era comum que o **Palácio da Liberdade** fosse o destino final de passeatas iniciadas na área central, muitas delas ocorrendo de maneira espontânea após outras ações como assembleias e comícios. Lá era entregue um documento elencando as demandas e propostas do coletivo – os chamados Memoriais – ou os manifestantes eram recebidos por representantes do governo.

A então Câmara Legislativa de Minas Gerais, sediada em Ouro Preto desde 1835, foi transferida para a nova capital ainda no ano de 1897, funcionando inicialmente em um prédio entre as ruas da Bahia, Tupis e a Avenida Afonso Pena. A partir de 1905, foi transferida para um prédio na Praça da República, onde hoje se encontra a Praça Afonso Arinos (**Assembleia Legislativa**, s/d).

Fechada durante o golpe do Estado Novo, voltou a funcionar em 1947 na antiga Casa D'Itália (Sociedade Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro), edifício na rua Tamóios que foi desapropriado pelo Estado em 1942, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (Câmara Municipal de Belo Horizonte, 2010). Permanece no local até 1954, quando é então transferida de volta para o prédio da Praça da República, onde ficou até 1972, quando foi inaugurada sua atual sede, no encontro das Avenidas Barbacena, Álvares Cabral e Olegário Maciel (Sobreira, Ledes e Martins, 2018).

Como espaço de representação do poder governamental, a Assembleia Legislativa foi (e continua sendo) ponto de partida ou chegada de várias manifestações, entre elas a concentração de trabalhadores contra o aumento dos salários dos deputados em 1960; o comício dos funcionários públicos estaduais pressionando por melho-

res salários em 1961; a “Passeata do Silêncio” contra a repressão dos calouros, organizada por estudantes universitários em 1966; e a entrega de projeto de reivindicação pela redução do preço da passagem e o passe livre para desempregados e aposentados no transporte público municipal em 1982.



Figura 32. Auditório da Secretaria de Saúde

Fonte: Jornal Estado de Minas, apud Ferreira; Rubião, 1990

Já a **Prefeitura**, foi alvo de manifestações de moradores de favela, organizados contra as repetidas remoções, e de funcionários públicos municipais em greve no segundo semestre de 1963 pelo recebimento dos soldos atrasados. Finalmente, a **Assembleia Legislativa** foi ocupada pelos funcionários públicos estaduais, em sua campanha por melhorias salariais, e por debates a respeito do contexto político social às vésperas do golpe de 1964.

A sede do poder municipal tinha pouca importância no Plano original da cidade de Belo Horizonte. Originalmente ela estava prevista para ocupar a Praça do Progresso, deslocada dos demais edifícios administrativos, na borda da faixa implantada nos primeiros quatro

anos de ocupação da capital e na confluência entre as Avenidas Carandaí, Brasil e a Rua Bernardo Monteiro, local que hoje é ocupado pela Praça João Pessoa. Mesmo localizada no perímetro da faixa planejada, a Comissão Construtora não se encarregou de projetar ou construir o edifício. Tito Aguiar (2006, p.113) infere que tal “desdém” deve-se provavelmente ao fato de que em 1884, época de elaboração do Plano, não era evidente qual seria a forma de governo da nova cidade. De fato, em seus primeiros anos, o governo estadual, na figura do presidente do Estado, concentrava poderes executivos e legislativos sobre a cidade e era ainda responsável por nomear o prefeito municipal. Somente em 1947, a população de Belo Horizonte elegeu pela primeira vez o seu prefeito, o mineiro Otacílio Negrão de Lima.

Sem se efetivar a construção da sede planejada, a **Prefeitura** funcionou na Praça da Liberdade até 1910, dividindo o prédio com a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Só então mudou-se para a Avenida João Pinheiro, onde hoje funciona o Arquivo Público Mineiro. O prédio atual, na Avenida Afonso Pena, foi inaugurado em 1937. Ele tornou-se um importante local de manifestação, sobretudo para demandas de caráter local, como a passeata em 1961 contra o processo de desfavelamento em curso na época.

A **Esquina da Sinuca**, a **Praça Sete de Setembro** e a **Praça Rio Branco** emergem por seu potencial de visibilidade e de ampliação da arena de discussão, de maneira a divulgar as lutas e atrair solidariedade da população em geral. Localizados no hipercentro de Belo Horizonte, milhares de belorizontinos e belorizontinas circulavam por esses espaços diariamente. A **Esquina da Sinuca** foi o espaço mais apropriado pelos ativistas dentre os três nesse ciclo. Entretanto, esse espaço não comparece nos ciclos seguintes (1966-68 e 1979-83), podendo por isso ser enquadrado na categoria dos não-repertórios de Tilly, ou seja, embora relevante naquele contexto, não permaneceu no imaginário coletivo como espaço de luta.

Localizada na esquina da Avenida Amazonas com Rua Espírito Santo e Rua Tupinambás, a um quarteirão de distância da Praça Sete. A apropriação desse cruzamento tem origem ligada à atuação do Partido Comunista de Belo Horizonte (Pereira, 2007). Na década de 1960, era o principal espaço de protestos dos estudantes e foi o epicentro das **greves que tomaram a cidade em 1962** contra o aumento das anuidades escolares, pelo acesso à escola pública para os alunos carentes e pela garantia de

um terço de representação estudantil nas Congregações dos cursos universitários. Além dos comícios com discursos de lideranças explicitando o motivo da greve em andamento, as encenações de enterros simbólicos de figuras consideradas inimigas da causa eram formas tradicionais de protestos estudantis. No caso da greve de 1962, foram realizados os enterros simbólicos do ministro da Educação, do reitor da UFMG, Professor Orlando Carvalho, e demais diretores das unidades. O enterro do ministro da educação ocorreu em 13 de junho de 1962 na **Esquina da Sinuca**. O caixão foi incendiado e “circulado por centenas de estudantes que empunhavam velas acesas” (DOPS/MG, 1962, Pasta 217). Mais tarde, no mesmo mês, foram planejados os enterros do reitor e diretores da UFMG. No entanto, como as movimentações da greve estavam sendo vigiadas pelos agentes do DOPS, foi aventado que os caixões fossem carregados sobre carros para driblar a repressão, enquanto eles circulariam nas ruas mais movimentadas do centro. Junto ao enterro, foi prevista a apresentação da peça *Água e Fogo*⁴, que trazia uma crítica às autoridades constituídas. Os espaços escolhidos para a encenação foram a **Praça Rio Branco (a)**, a **Praça Sete (b)** e a **Escadaria da Igreja São José (c)**, todos localizados no eixo da **Avenida Afonso Pena** (DOPS, 1962, Pasta 189). As encenações foram promovidas pelo já citado Centro de Cultura Popular, entidade ligada ao movimento estudantil, criada em 1962 em todo o Brasil.

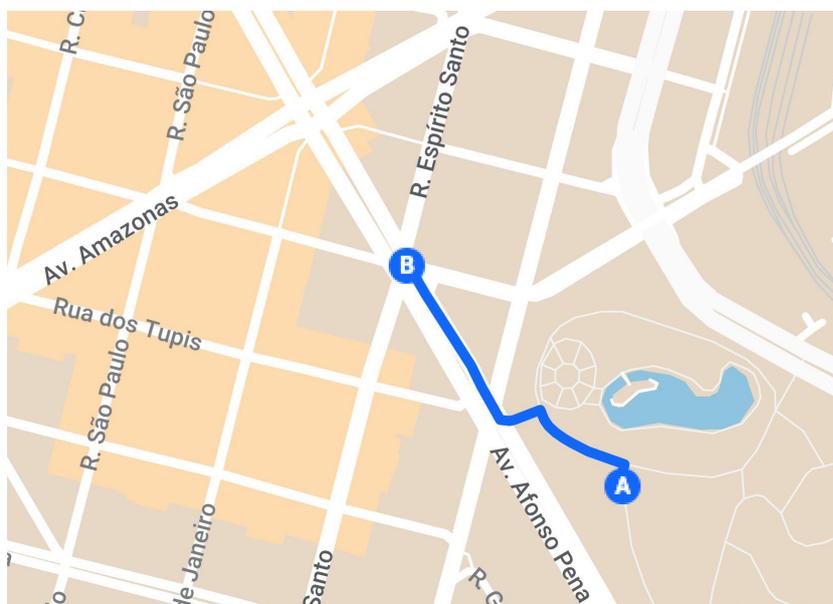


Figura 33. Locais escolhidos para a encenação da peça *Água e Fogo*

Fonte: Elaboração própria

⁴ Não foi identificado se a peça chegou a ser apresentada.

A **Esquina da Sinuca** localizava-se no cruzamento da Avenida Amazonas com Rua Espírito Santo e Rua Tupinambás, a um quarteirão de distância da Praça Sete. O espaço foi um importante ponto de demonstrações públicas entre os anos 1940 e o início dos anos 1960. Depois desse período, as menções ao uso do espaço tornam-se raras, até que ele desaparece completamente do imaginário das lutas em Belo Horizonte. Foi na dissertação de Raquel Pereira (2007) sobre as ações do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Belo Horizonte, que encontrei pistas sobre o espaço. A autora mostra que entre 1945 e 1947, ele foi recorrentemente ocupado por membros do partido em suas ações de protesto, propaganda e comemorações, quando era comum que fossem instalados alto-falantes e sistemas de som para os oradores. Para a pesquisadora, a Esquina da Sinuca “assumiu uma representação simbólica do momento em que o Partido [Comunista] falou e foi ouvido” (Pereira, 2007, p.170). Mais tarde, no início dos anos 1960, o espaço teve forte apropriação pelo movimento estudantil. Hoje é somente mais uma das esquinas triangulares do centro de Belo Horizonte, por onde passam milhares de pessoas diariamente. Nenhum rastro existe naquele local do que ele costumava ser e significar para os antigos ativismos da capital.

A **Praça Sete de Setembro** emerge a partir dos anos 1960 como centralidade financeira e comercial e como aglutinadora de diversas linhas de transporte coletivo na capital, o que contribuiu para que ela se tornasse um dos principais espaços de manifestações públicas da cidade. Na Praça Sete havia ainda o Cine Theatro Brasil, um dos mais importantes da cidade à época e que abrigava o primeiro restaurante popular de Belo Horizonte, inaugurado em 1952 (Salles, 2019).

Dentre as práticas espaciais ocorridas no conjunto da Praça, destacam-se a colagem de cartazes e pichações como aqueles em alusão à Revolução Cubana fixados no Cine-Brasil na madrugada do dia 18 de abril de 1961 (DOPS/MG, Pasta 197). Foram coladas edições da Tribuna Universitária, publicação produzida pelo DCE da UFMG, com referência à Revolução e com críticas ao imperialismo americano, junto a pichações em apoio à Cuba em um ato de *territorialização em um sentido amplo*. Isso quer dizer que o espaço era tomado sem a presença física dos manifestantes, por meio da inscrição de símbolos provocativos (Souza, 2010). Também se utilizando da tática, cabe destacar a fixação de cartazes em diversos pontos da cidade, incluindo a **Praça Sete**, durante uma série de ações dos servidores municipais entre 3 e 8 de fevereiro

de 1962. Parte dos cartazes dirigia-se aos próprios funcionários, convocando-os à ação e à participação na Assembleia realizada no dia 8 de fevereiro (ver figura 26). Outros cartazes direcionavam-se ao prefeito e à opinião pública. Neles lia-se: “Sr. Prefeito, Julho é tarde. A FOME não espera [...]” (DOPS/MG, Pasta 0107). Os cartazes foram apreendidos sob a justificativa de que estariam sendo afixados em locais não adequados (DOPS/MG, Pasta 0189), um argumento recorrente, como veremos na apreensão dos cartazes referentes às comemorações do Primeiro de Maio promovidas pelo III Congresso Sindical do Estado de Minas Gerais em 1961.

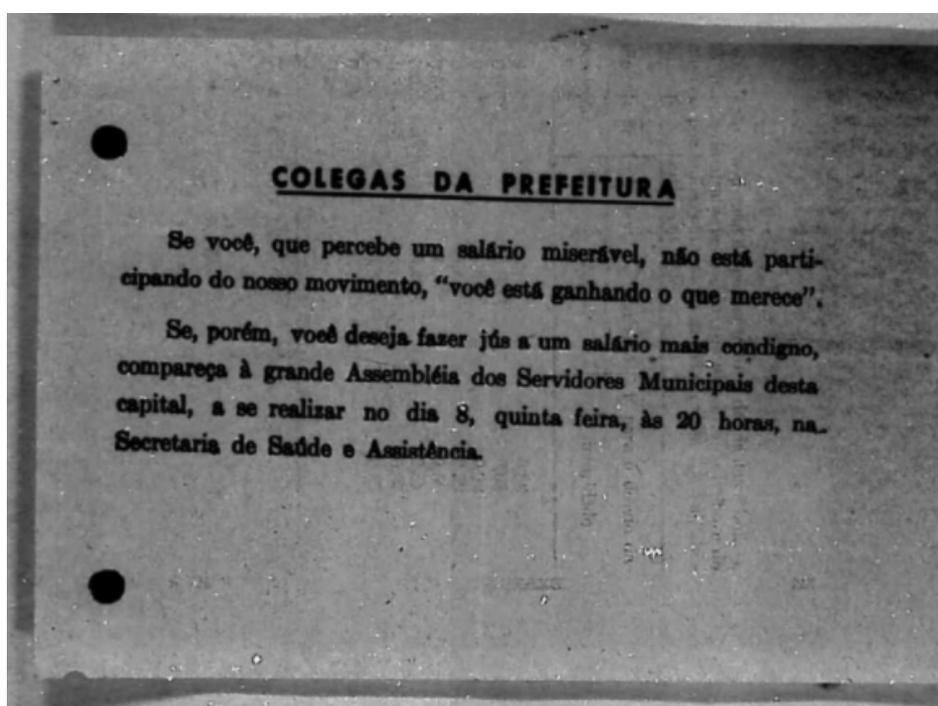


Figura 34. Um dos cartazes apreendidos, de autoria dos Servidores Municipais
Fonte: Fundo DOPS/MG, Pasta 0107

A **Praça Sete de Setembro** foi ainda ponto de início e fim de passeatas. A adoção dessa prática naquele momento era menos expressiva do que, por exemplo, os comícios, protestos em que as pessoas se aglomeram em um determinado espaço munidas de cartazes com palavras de ordem, bandeiras e discursos, mas em que não há deslocamento dos manifestantes. Frequentemente as passeatas ocorriam de maneira espontânea, gestadas no calor do momento e da multidão reunida, após ações como assembleias e comícios. Foi o que ocorreu durante a greve dos servidores estaduais em novembro de 1961, em que após o comício na **Assembleia Legislativa** os mani-

festantes se dirigiram em passeata para a **Praça Sete**. Antes do comício, foi realizada uma reunião somente com líderes do movimento, em que foram deliberadas as exigências a serem apresentadas para apreciação na assembleia geral dos funcionários. A assembleia ocorreu mais tarde naquele mesmo dia no **Auditório da Secretaria de Saúde** (DOPS/MG, Pasta 0294). Dentre outras deliberações, foi acordado que as exigências seriam pleiteadas tanto junto ao poder executivo estadual quanto ao legislativo. Daí a justificativa para a escolha da **Assembleia Legislativa** para um comício às 17 horas do dia seguinte. Após o fim da assembleia, a maioria (70% dos cerca de 2 mil funcionários) presente saiu em marcha em direção ao **Palácio da Liberdade**, onde esperava ser recebida pelo governador (DOPS/MG, Pasta 0294). A mesma forma espontânea de passeata ocorreu no dia seguinte. Após o comício em frente à **Assembleia Legislativa**, cerca de 600 manifestantes se dirigiram à **Praça Sete**, lá permanecendo por alguns minutos. O ato foi finalizado com o grupo entoando o hino nacional (DOPS/MG, Pasta 0294).

Parte da espontaneidade das passeatas relaciona-se ao fato de que, naquele momento, elas eram motivo de especial preocupação por parte dos responsáveis pela manutenção da ordem por sua potencial capacidade de impacto nas dinâmicas cotidianas. Assim, elas eram reprimidas de maneira mais severa. A ação do DOPS na ocasião da **Quinzena da Carestia** evidencia este aspecto. A movimentação foi acompanhada por seus agentes que, já cientes dos planos, tomaram providências “no sentido de impedir a realização da passeata” (DOPS/MG, Pasta 188) frustrando parte da ação planejada, restringindo-a a uma concentração de manifestantes na **Praça Rio Branco** em frente à Feira de Amostras.

Por acolher essa e outras ações, a **Praça Rio Branco** também figura como espaço de relevância nesse primeiro ciclo, mas tanto quanto a Esquina da Sinuca não foi palco para manifestações nos ciclos posteriores.

Pouco antes dos anos 1960, ela era ainda mais expressiva quanto à sua apropriação por manifestações. Além de sua localização estratégica ao fim da Avenida Paraná – que foi a primeira centralidade comercial da nova capital –, uma grande quantidade de pessoas era atraída para a Praça em função da Feira Permanente de Amostras, complexo que reunia diferentes atividades durante o dia e à noite. Soma-se a isso, o caráter simbólico da Praça para trabalhadoras e trabalhadores, pois entre 1945 e 1964 ela acolheu as comemorações de Primeiro de Maio (Oliveira, 2021). Estavam em disputa a representação da data, a figura do “trabalhador” e também a ocupação da praça. Ou seja, a disputa ideológica desdobrou-se na disputa pelo espaço. De um lado, o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes (IAPC) protagoniza-

va a visão conservadora, enquanto a perspectiva mais à esquerda, era capitaneada pelo III Congresso Sindical do Estado de Minas Gerais. Em um documento de 4 de fevereiro de 1960 um dos agentes do DOPS/MG reitera um requerimento de autorização para a realização de evento em homenagem ao dia do trabalhador daquele ano. Para a ocasião, foi solicitada pelo diretor do IAPC a liberação da Praça Rio Branco, da Secretaria de Saúde e Assistência de Minas Gerais e do campo do América. Ele justifica a antecipação de seu pedido como recurso para frustrar possíveis planos de grupos de esquerda de realizarem em seu “local predileto”, na **Praça Rio Branco**, as comemorações de primeiro de maio (DOPS/MG, Pasta 3804, 1960). Se, nesse momento, o diretor do IAPC teve seu pedido reiterado por um dos agentes do DOPS junto ao delegado do departamento, no ano seguinte a aspiração do III Congresso Sindical do Estado de Minas Gerais, para o evento do dia do trabalhador, no mesmo local, teve uma recepção muito menos calorosa. Em 25 de abril de 1961, a entidade – “respeitosamente” – solicitou ao DOPS a autorização para o evento. Três dias depois uma nova solicitação foi feita pela entidade, dessa vez referente a liberação de todo o material preparado para a divulgação do evento, apreendido por agentes da repressão na madrugada daquele dia. Assim como no caso da apreensão dos cartazes dos funcionários públicos, a justificativa utilizada foi que os materiais estariam sendo colados em lugares não autorizados (DOPS/MG, Pasta 189, 1961). Nota-se aí a adoção de táticas de bloqueio contra a apropriação do espaço para certos grupos, ainda que não houvesse, naquele momento, nenhuma regra explícita quanto a essas restrições.

Nos ciclos seguintes, a **Praça Rio Branco**, que já vinha perdendo importância para a **Praça Sete**, torna-se ainda menos relevante. Isso relaciona-se com a reestruturação urbanística e arquitetônica que o conjunto sofreu entre 1965 e o início dos anos 1980. Dentre outras intervenções, a Feira de Amostras foi demolida para a construção do novo Terminal Rodoviário e todo o seu desenho urbano e paisagístico sofreu intervenções, tornando a região em um imenso canteiro de obras. Curiosamente, durante os protestos pelas *Diretas-Já* em 1983, a Praça, recém inaugurada, ganhou novamente importância.



Figura 35. Praça Rio Branco 1969

Foto aérea da Praça Rio Branco durante a construção do novo Terminal Rodoviário. Ao fundo a Praça Vaz de Melo antes da construção do Complexo Viário da Lagoinha.

Fonte: Acervo Paulo Carlos Campos Christo

Além dos espaços já elencados, outras ações na área central foram identificadas nas fontes consultadas, sem referências à sua localização precisa. O centro foi o espaço tradicionalmente tomado pelos bancários em suas reivindicações, que só neste ciclo protagonizaram duas greves. A estratégia espacial das greves consistia no bloqueio de diversas ruas no centro da cidade, que reunia as principais agências bancárias de Belo Horizonte. Piquetes eram formados pelos grevistas impedindo a entrada de funcionários e clientes nos estabelecimentos.

Apesar das diferentes lutas e atores apresentados até aqui, ocupar o centro era o principal traço espacial de suas estratégias. Nele reuniam-se todos os espaços de representação dos poderes políticos, econômicos e religiosos, além de atrair diariamente pessoas de todas as partes, dada a lógica da concentração de serviços e oportunidades que configurava a estrutura urbana de Belo Horizonte e sua região metropolitana.

Finalmente, a dinâmica do transporte público exerceu influência determinante na priorização das áreas centrais pelos ativismos como palco das reivindicações. Da forma como se organizava, o centro fazia parte dos trajetos diários da classe trabalhadora de toda a RMBH, sobretudo das camadas médias e baixas. Por tais características, estrategicamente, a tomada do centro pelos manifestantes oferecia um potencial de visibilidade, de amplificação e divulgação das mensagens enunciadas durante os protestos e de perturbação da ordem e da vida cotidiana. Isso tudo somado ao aspecto simbólico e espetacular da (re?)tomada do centro da cidade por sujeitos periféricos ou periferizados em ações de expropriação de seus espaços, como o emblemático caso do Largo do Rosário citado no capítulo 3.

Em muitos dos casos, a escolha das circunstâncias das ações dá-se de maneira a ampliar a visibilidade das demandas apresentadas, buscando apoio pelo público que se encontra nas ruas. Por esse fato, elas concentram-se “no coração da cidade, e, não raro, convergindo para alguma praça central, escolhida pelo movimento como espaço propício para as manifestações, por diversas razões” (Abranches, 2011, p. 2). Segundo Morán (2005), esses são espaços que devem

“[...] gozar de uma grande visibilidade e, além disso, estar carregados com um forte conteúdo simbólico. Daí a preferência por ‘invadir’ certas ruas ou praças do centro histórico, assim como transportar a celebração de muitas manifestações desde os locais onde os conflitos são produzidos até cidades importantes, preferivelmente aquelas nas quais se concentra o poder político: as capitais dos Estados ou das províncias. [...]”. (Morán, 2005, p. 100).

No entanto, se para certas ações a visibilidade lhes concebia ganhos, para outras, esconder-se dos olhares públicos, mostrou-se essencial para alcançar seus objetivos.

As ocupações de terra de 1963 que abrem o capítulo 1 mostram que em determinados momentos e para determinados grupos, a invisibilidade é estratégica e isso se refletirá no padrão das práticas espaciais adotadas, sobretudo quanto à sua descentralização. Ocupar terrenos ociosos em Belo Horizonte não era novidade. A cidade formal era para poucos. Nesse contexto fortemente excludente, uma parte considerável da capital se produziu por meios informais. No entanto, as ações anteriores ocorriam de maneira discreta e para garantir o acesso à terra e de maneira menos organizada (em seu sentido de coletivo). A coletividade se formava sem prévia articulação, nos gestos individuais que iam se organizando no cotidiano. As áreas eram paulatinamente e silenciosamente ocupadas com certa conivência do Estado, pois, como mostra Chico

de Oliveira (2006), a cidade informal sempre foi parte da política habitacional do País e da reprodução do próprio sistema capitalista. Dito de outra maneira, a cidade informal sempre foi o *não-idêntico* da cidade formal, como afirma Margarete Leta (Silva, 2013) apropriando-se do conceito da filósofa Márcia Tiburi (1995):

Em termos da relação idêntico e não- idêntico, considera-se [...] que, de fato, ambos não existem por si mesmos, mas através da mútua relação. Um participa do outro, um não é mais verdadeiro que outro, mas o índice de sua verdade ou falsidade estabelecer-se-á na relação de ambos. O não-idêntico não é uma afronta ao mesmo, ao idêntico, ele é contingência trazida à presença deste e vice-versa. Nenhum pode tentar uma hierarquização, uma posição absoluta, sob pena de impedir a relação dialética. (Tiburi, 1995, p.82 *apud* Silva, 2013, p.5)

A ação silenciosa e invisível as protegia, ainda que não assegurasse sua sobrevivência ao longo dos anos.

Conceição Evaristo em seu romance *Becos da Memória* conta sobre esse perpétuo deslocamento de populações vulneráveis em Belo Horizonte que, no momento em que são despejadas, entendem que elas eram somente “pretensas donas” daquela terra, enquanto as classes altas eram “os donos verdadeiros ou se portavam como tais. Nós, cada qual ajuntava seus trapos e, mesmo estando com o coração cheio de dor, mesmo estando com o coração cheio de rancor, partíamos.” (Evaristo, 2018, p.27).

As ocupações de 1963 foram precedidas por, pelo menos, outras duas ocupações em 1961 que se distinguem das anteriores por somarem a necessidade de moradia ao combate explícito à concentração da terra urbana. Ou seja, além de objeto da luta, o espaço, por sua configuração segregadora, foi seu catalisador. Por outro lado, a invisibilidade pode também ser perigosa, uma vez que impede o acesso às redes de apoio aos invisibilizados. Os movimentos de favela na década de 1960 perceberam que sua invisibilização pelo poder público e, em consequência, dos processos de desfavelamento facilitavam seu despejo ou a continuidade das condições precárias de serviços urbanos. A partir daí eles começaram a adotar práticas performáticas, passando a se deslocar para o centro da cidade levando suas pautas e demandas (Oliveira, 2010). Samuel Oliveira (2007) observa a partir desse período a incorporação das passeatas ao repertório de luta, quando os manifestantes sob perigo de despejo deslocavam-se ao centro da cidade de maneira inserir a questão da moradia na agenda política municipal e estadual. Para sensibilizar a opinião pública,

[...] meninos e meninas eram trazidos nos braços de suas mães, dramatizando as famílias que haviam sido desalojadas e violentadas pela

ação policial. Esse traço e sentido era reforçado por cartazes, reportagens pelo discurso de lideranças junto as autoridades públicas acentuando o “direito de morar” e as violências praticadas pela polícia e por capangas sem autorização judicial. (Oliveira, 2007, p.5)

Esse frágil equilíbrio entre visibilidade e invisibilidade táticas está no cerne de muitos dos coletivos. Um caso recente foi o das diversas ocupações de casas abandonadas no centro de Belo Horizonte por moradores em situação de rua que permaneceram invisíveis por diversos meses, mas quando colocados em risco de despejo se fizeram visíveis para a constituição de uma rede de apoiadores.

Uma dessas ações ocorreu após o já citado **I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais**, realizado na **Secretaria de Saúde**, em outubro de 1961. A figura do latifundiário urbano personificou-se em Antônio Luciano, principal dono de terras em Belo Horizonte e dono de parte dos terrenos ocupados, ainda de propriedade da Fayal S/A, empresa da qual ele era o maior acionista (Oliveira 2010, p.102). Os terrenos localizavam-se no bairro Santa Efigênia, na antiga colônia Bias Fortes, onde hoje localiza-se a Vila Nossa Senhora Aparecida.

De acordo com carta endereçada ao DOPS/MG de autoria do próprio Antônio Luciano, os ocupantes “assenhoraram-se” dos terrenos sob influência de membros da “Liga de Favelados”, que seriam “ligados ao perigoso grupo dos insufladores comunistas” (Luciano, 1962, *apud* DOPS/MG, Pasta 0294). Em outro documento, do dia 23 de novembro de 1961, os investigadores, após visita ao local para apuração, afirmam que o movimento teria se iniciado após visita de estudantes e do ex-deputado Fabricio Soares do partido União Democrática Nacional (UDN). Pouco mais de uma semana após a ocupação, o terreno já estava todo demarcado e dividido entre cerca de 1500 famílias, que se preparavam para a construção dos barracões (DOPS/MG, Pasta 294, 1961).

Em 1963, o recém eleito prefeito Jorge Carone, do Partido Social Democrata (PSD), desapropriou o terreno em questão mediante indenização ao proprietário, fazendo uso, pela primeira vez no Brasil, da Lei federal 4.132 de desapropriação por interesse social (Urvoy, 2020, p.84). As desapropriações para implantação de habitação de interesse social teriam sido uma de suas promessas de campanha, provavelmente com o objetivo de angariar votos dos moradores de favela como parte da atuação paternalista e clientelista que marcava a política mineira à época (Urvoy, 2020, p.84).

Também nesse sentido, foi criada a SUTUR – Superintendência de Terras Urbanas na Prefeitura de Belo Horizonte para identificar terrenos vagos com vistas à desapro-

priação por interesse social. A que se registrar que, como promessa de campanha em benefício dos despossuídos das classes trabalhadoras, as desapropriações de terras pouco valorizadas no mercado imobiliário formal eram de interesse de seus proprietários. A Vila Aparecida, assim como as demais vilas que hoje conformam o denominado Aglomerado da Serra, instalou-se em área distante das áreas então urbanizadas, em terrenos de altas declividades e ao longo do leito dos Córregos da Serra e do Cardoso. Áreas de difícil acesso, sem serviços básicos – abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, vias de acesso e, tampouco transporte público.

Na mesma região da ex-colônia Bias Fortes, foram ocupados terrenos de propriedade da Imobiliária Edificadora e Bairro Santa Lúcia Ltda., que foram despejados em 24 de novembro (DOPS/MG, Pasta 0294, 1961). Nota-se o grande contingente de 300 militares e mais 60 guardas civis, 15 agentes do DOPS/MG e 13 investigadores de outras delegacias para a desocupação. Os barracões foram demolidos e o funcionário da prefeitura presente assegurou que as famílias seriam reassentadas (DOPS/MG, Pasta 0294, 1961). Se a promessa foi cumprida, não foi possível confirmar.

Além do benefício da invisibilidade proporcionado pelo deslocamento do centro, agir nas periferias residenciais e industriais também contribuiu para que os ativismos se infiltrassem na vida cotidiana – doméstica e laboral – da cidade.

Na já explorada **Quinzena da Carestia**, além das práticas ubicadas nas áreas centrais, foram planejadas ações em bairros populares e favelas, além das zonas industriais da RMBH. Notoriamente, as táticas escolhidas não eram as mesmas das áreas centrais, em que o caráter espetacular das ações era um aspecto primordial. Nesse sentido, a principal prática adotada foi a dos alto-falantes e dos alto-falantes volantes denunciando o alto custo de vida e convocando as pessoas a participarem nas ações que ocorreriam no centro da cidade. Tal prática já vinha sendo identificada desde 1961 pelos agentes do DOPS/MG, que relatam em favelas de Belo Horizonte o uso de amplificadores e alto-falantes de propriedade de Uniões de Defesa Coletivas, grupos locais criados para demandar melhorias e serviços básicos e articular a resistência no caso dos recorrentes processos de despejo. Os alto-falantes em favelas brasileiras, precursores da rádio comunitária, foram bastante presentes a partir dos anos 1960, assim como a repressão a eles. Em 1978 o tema inspirou Leci Brandão a escrever o samba “Zé do Caroço”. A música foi baseada em José Mendes da Silva, morador do Morro do Pau da Bandeira, em Vila Isabel. Durante o horário da novela das oito, o líder comunitário, que tinha um serviço de alto-falante, dava avisos e colocava “a boca no mundo” com discursos contundentes. No entanto, sua atividade estava em risco. Em plena ditadura, ele incomodava os vizinhos “do asfalto”, dentre os quais, a esposa de um militar.

Proporcionais aos esforços de desestabilização do cotidiano pelos ativistas, foram os esforços das forças de repressão para a manutenção da ordem. De princípio, é importante recordar que as informações a respeito das práticas aqui exploradas foram destacadas de relatórios sobre a vigilância de grupos ativistas em Belo Horizonte, produzidos pelo DOPS/MG e pela SESP/MG. Essas informações foram obtidas por agentes ou seus informantes infiltrados em espaços de debate e de construção política da cidade. Destaca-se o fato de que os relatos até aqui considerados são anteriores ao golpe civil-militar de 1964. Ou seja, o esforço de vigilância por parte do Estado se dava – e, ainda hoje, se dá – independentemente de um regime de exceção, em que o cerceamento das liberdades individuais fosse oficialmente institucionalizado. Com o golpe de 1964 e o recrudescimento do regime, sobretudo após a promulgação do AI-5 em 1968, vemos a institucionalização desse estado de restrição e vigilância. Como vimos, os repertórios são influenciados pelo regime e pela forma como o poder é distribuído em uma determinada sociedade (Tilly, 2006), o que também traz transformações nas práticas espaciais, como veremos nos ciclos explorados a seguir.



Ciclo 2 (1966-1968)

Em 13 de maio de 1964, pouco mais de um mês após o golpe civil-militar, o quadro retratado no 7 de setembro de 1963 com a qual abrimos esta tese é reencenado. Uma fotografia tirada naquela mesma esquina e quase desde o mesmo ponto de vista retrata a Marcha da Família com Deus Pela Liberdade. A comemoração ao golpe reuniu cerca de 200 mil pessoas (Nahas Júnior, 2015, p.26). Diferente da fotografia de 1963, nesta, a avenida Afonso Pena, palco da manifestação, é ocupada por uma multidão, em uma aparente dissolução da fronteira entre espectadores e protagonistas. Da mesma forma, havia a miragem de que a sociedade brasileira protagonizara o golpe, até hoje chamado por alguns de “revolução”. Era como se a sociedade brasileira houvesse autorizado uma intervenção militar – temporária – de maneira a “restabelecer a ordem” (Starling, 1986, p. 187).



Figura 37. Marcha da Vitória na Avenida Afonso Pena em 1964.

Fonte: Acervo Marcelo Pinheiro apud Nahas 2015

No entanto, ao olharmos com mais atenção para a imagem, outras narrativas emergem. Destarte, é possível ver que, apesar de parecerem os mesmos atores dentro e fora da avenida, há algumas diferenças e até hierarquias entre quem reluz no centro da avenida e aqueles que se postam em suas margens. Uma discreta fronteira se desenha entre eles. A organização e uniformização daquelas e daqueles que ocupam a avenida não se repete na multidão de pessoas que acompanhava a ação.



Figura 38. Detalhe da imagem anterior

Fonte: Acervo Marcelo Pinheiro apud Nahas 2015

Outro ponto fundamental é a adoção de uma marcha para a comemoração que partiu da **Igreja São José** e subiu a Avenida Afonso Pena em direção à Praça Tiradentes, onde há uma enorme estátua em homenagem ao mártir. Como vimos, as passeatas ou marchas eram raramente autorizadas pelo DOPS/MG e o fato de a ação ocorrer demonstra a aliança estabelecida entre os organizadores da marcha e as forças repressivas. Por trás da marcha mineira, estava o grupo autodenominado “Os Novos Inconfidentes”, dirigido pela seção mineira do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), cujo escritório localizava-se no Edifício Acaiaca.

A **Igreja São José** é um dos principais templos católicos da capital e localiza-se a cerca de 200 metros da Praça Sete, no alto de uma colina, margeada pela Avenida Afonso Pena e as ruas Espírito Santo e Tamoios. Seu projeto foi aprovado em 1901 e ela foi inaugurada em 1906. Seu adro e sua famosa escadaria foram construídos em 1911 e tornaram-se importantes pontos de passagem e de encontro da cidade. Com as obras da Operação Nova BH em 1966, o estacionamento criado nos jardins foi retirado e o paisagismo reestabelecido (Mutabile arquitetura, 2011). Em 1978, após serem pisoteados durante o carnaval, os jardins foram gradeados e o acesso ao adro restringido por três portões de entrada. O espaço, assim, perdeu muito de sua dinamicidade, apesar de ainda ser amplamente utilizado, sobretudo para passagem.

Tanto a escadaria como a Avenida Afonso Pena à frente da Igreja eram importantes espaços para demonstrações públicas de caráter religioso (como na Semana Santa, quando a procissão percorria a Av. Afonso Pena) e política. Era comum nos anos 1960, por exemplo, que os candidatos “excedentes” da UFMG, ou seja, aqueles que passavam no vestibular, mas que não conseguiam se matricular por falta de vagas, acampassem nas escadarias da Igreja, como forma de reivindicar sua entrada na universidade (Nahas Júnior, 2015)

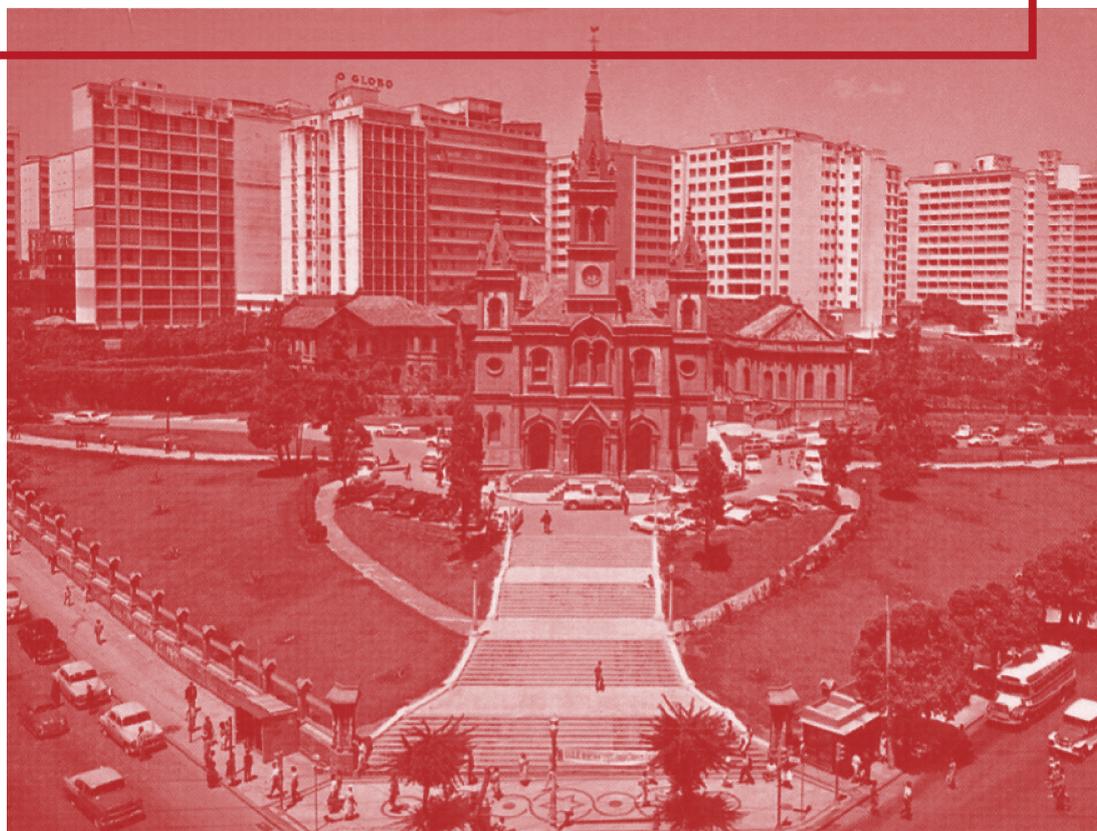


Figura 39. Igreja São José

Fonte: Jornal Estado de Minas, apud Ferreira; Rubião, 1990

A Igreja São José foi ainda o ponto de concentração da Marcha da Vitória em abril de 1964 e a Marcha da Família com Deus pela Liberdade em maio do mesmo ano, ambas celebrações do golpe civil-militar. As marchas subiam pela Avenida Afonso Pena até a Praça 21 de abril, hoje Praça Tiradentes. Nas palavras de Antônio Nahas Júnior (2015, p.26), tratava-se de “[...] uma passeata da ordem, quase um desfile oficial, [com] colegiais em fila indiana, uniformizados [...]”.

O golpe em 1964 definitivamente marcou uma ruptura político-social que influenciaria as lutas em todo o Brasil. De fato, no dia seguinte ao golpe, já havia sido preparada pelo IPES uma lista de cidadãos a serem perseguidos e de entidades que deveriam ser “lavadas do comunismo”, como o DCE, a UEE e os jornais Última Hora, Novos Rumos e Binômio (Nahas, 2015).

No entanto, havia uma certa ilusão por parte da sociedade brasileira de que os militares estariam no poder de maneira provisória. Ao longo deste segundo ciclo, entretanto, essa percepção se transforma e a resistência ao regime se acentua. Isso foi acompanhado do escalonamento da violência pelo regime e do refinamento de seus aparatos de vigilância e de repressão.

Como vimos no capítulo 2, estudantes e trabalhadores foram os principais focos de repressão pelo regime naquele momento, resultando em ações como fechamento de entidades estudantis e a nomeação de interventores nos sindicatos. Isso não foi gratuito, dado que tais atores figuravam dentre os mais ativos em ações de reivindicação no ciclo anterior e também neste ciclo.

Dentre os atores identificados nos documentos do DOPS/MG, cabe destacar:

- Entidades estudantis: DCEs da UFMG e da PUC-Minas, UEE e UNE;
- Congregações das Faculdades de Direito e de Ciências Econômicas da UFMG
- Entidades de trabalhadores: Sindicato dos Fumageiros, Sindicato dos Metalúrgicos, Sindicato das Professoras, Sindicato dos Trabalhadores em Carris Urbanos e Trabalhadores do Departamento de Limpeza Pública;
- Religiosos (padres e seminaristas).

Embora os atores tenham se mantido, mudanças quanto aos espaços apropriados são observadas, o que parece se relacionar ao aumento progressivo da repressão. A partir daí, observa-se a recorrência aos chamados, por Tilly, repertórios fracos, aqueles mobilizados em circunstâncias especiais.

Nota-se, por exemplo, o uso mais intenso de espaços institucionais, que passam a abrigar mais do que reuniões e assembleias. É o caso das faculdades de **Direito (1)** e de **Ciências Econômicas da UFMG (2)**, ambas localizadas no centro da cidade e a **Igreja São José (3)**. A ocupação da **área central** passa a ocorrer de maneira dispersa, ou seja, é pouco comum que as ações ocorram em espaços determinados. Ao contrário, elas se dinamizam para driblar a repressão, sobretudo pela adoção dos comícios-relâmpago ou de comícios simultâneos. Há ainda, a descentralização das lutas para bairros fora do centro e para as **áreas industriais, sobretudo na Cidade Industrial**, que como vimos no capítulo 3, já estava neste momento consolidada e em expansão, e no **Barreiro**. Tais áreas foram os epicentros das diversas greves ou tentativas que ocorreram neste período.

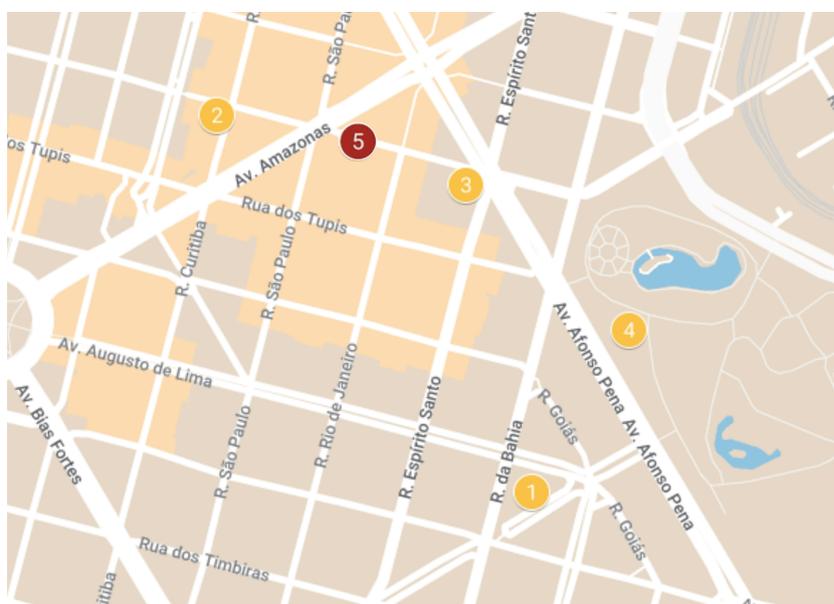


Figura 40. Espaços mais apropriados durante o segundo ciclo.

Fonte: Elaboração própria

A **Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais** foi fundada em 1892 na cidade de Ouro Preto por um grupo de advogados e juristas liderados pelo então presidente do Estado, Afonso Pena. Sua sede foi transferida para Belo Horizonte em 1898, passando por três endereços diferentes no centro da cidade. Primeiro, funcionou em uma casa na Rua Pernambuco, depois em um prédio na Rua da Bahia, e finalmente, em 1901 foi transferida para seu endereço definitivo, na Praça da República (hoje Praça Afonso Arinos). Embora funcionasse desde o final do século XIX, só em 1927 o curso foi oficialmente integrado à então Universidade de Minas Gerais (UFMG, s/d). Durante o regime militar a faculdade e a praça foram palco de vários atos políticos pela redemocratização e pela anistia de presos políticos. Vários de seus alunos foram processados com base na Lei de Segurança Nacional, e o prédio da universidade foi cercado por policiais em várias ocasiões no intuito de impedir manifestações de rua. (Belotur, 2014, p.24).



Figura 41. Protestantes na Faculdade de Direito
Fonte: Jornal Estado de Minas, apud Ferreira; Rubião, 1990

Com o nome de Teatro de Emergência, o atual **Teatro Francisco Nunes** foi inaugurado pelo prefeito Otacílio Negrão de Lima em 1950. Seu nome original respondia à natureza de sua construção: depois da reforma que transformou o antigo Theatro Municipal na Rua da Bahia em Cine Metrôpole, um novo local precisava ser construído para que a cidade não ficasse sem um teatro. O novo edifício foi então construído dentro do Parque Municipal e seu nome definitivo faz uma homenagem ao maestro mineiro Francisco Nunes (1875–1934) (PBH, s/d).



Figura 43. Repressão à Passeata do Calouro na entrada da Igreja São José
Fonte: Jornal Estado de Minas apud Nahas Júnior, 2015

Uma greve de 3 dias foi decretada por ambos os DCEs e foi também organizada a **Passeata do Silêncio**. Em 14 de março de 1966, os estudantes reuniram-se e marcharam todos vestidos de preto. Foram também hasteadas bandeiras pretas nas unidades das universidades. Nas imediações da **Igreja São José**, a passeata foi reprimida pela polícia e, como os portões foram fechados para impedir que a cena de 12 de março se repetisse, os estudantes buscaram abrigo na **Assembleia Legislativa (5)**. 158 estudantes foram acusados e indiciados pela realização do protesto (Bertolino, 2010, p. 158). Em abril, oito estudantes foram presos; ao final do ano, uma “vigília cívica” ocorreu na **Praça da Liberdade**, em frente ao Palácio da Liberdade.



Figura 44. Passeata do silêncio

Fonte: Jornal Estado de Minas apud Nahas Júnior, 2015

A intensa repressão talha os modos de ação dos ativistas que vão, aos poucos, saindo dos espaços de visibilidade como forma de defesa, o que já se anunciava no Congresso da UNE que ocorreu em Belo Horizonte em 1966 nos porões da Igreja São Francisco de Chagas, tratado a seguir. Em Belo Horizonte, os manifestantes estavam ainda mais expostos, pois seu reconhecido caráter de cidade grande com jeito de

interior, uma “roça grande”, representava um perigo para os militantes. Clara Arreguy (2021) atuante no movimento estudantil, observa, por exemplo, a inutilidade do uso de codinomes em um contexto em que todos já se conheciam de suas vidas fora da clandestinidade. Assim, muitos dos militantes ao caírem na clandestinidade, tiveram que deixar a cidade para se protegerem.

Mesmo com a tentativa de extinção da União Nacional dos Estudantes (UNE), UEEs e dos DAs com a Lei Suplicy de 1965, os congressos anuais da UNE continuaram ocorrendo na ilegalidade até 1968. Em 1966, Minas Gerais foi escolhida para sediar o encontro “por ser um estado central e de fácil acesso para os colegas dos vários pontos do país. Além disso, o povo mineiro tem dado extraordinário apoio às últimas manifestações estudantis em defesa da cultura e da liberdade” (JORNAL Última Hora, 07 jul. 1966, *apud* NAHAS, 2015, p. 51).

Originalmente o encontro seria acolhido pela **Assembleia Legislativa**, entretanto a entidade recuou frente às ameaças do regime.

Uma imensa operação policial foi preparada para impedir a realização do Congresso, com 5 mil oficiais da Polícia Militar e do exército destacados para a vigilância. Ainda assim, foi anunciado em meios de comunicação que o evento ocorreria no **Convento dos Dominicanos**. Uma notícia no Jornal Última Hora confirmou a informação:

[o Convento dos Dominicanos](...) anunciou seu total apoio aos estudantes que vão fazer o XXVIII Congresso da UNE, colocando o Convento à disposição para o alojamento dos participantes, em especial dos membros do Tuca (Teatro Universitário), afirmando ainda, em nota oficial, não compreender como universitários “sejam impedidos de refletir, coletivamente, sobre problemas brasileiros que interessam a todos os cidadãos, agora e para o futuro” (JORNAL Última Hora, 18 jul. 1966, *apud* NAHAS, 2015, p.61).

Entretanto, tratava-se apenas de uma ação de fachada, e, enquanto o convento estava sob forte vigilância, o Congresso da UNE ocorria em outro local, nos porões da **Igreja São Francisco de Chagas**, localizado na região noroeste da cidade:

[...] um jovem comunista adentra a Igreja de São Francisco de Chagas, no Bairro Carlos Prates, na região noroeste, e espera pacientemente na fila do confessionário para admitir seus pecados. Depois de seguir a liturgia, através dos orifícios de madeira da estrutura antiga, a voz oculta de um frei o orienta a seguir para a cripta do templo por uma escada e um corredor. Ele vai. Lá embaixo, dá de cara com um estudante que guarda a porta de um salão. O rapaz o encara e afirma: ‘O maior papa da história foi João XXIII’. O comunista redargue: ‘Não,

foi Paulo VI'. Senha correta, a autorização é concedida para que ele siga. (UNE, 2017, disponível em: <https://www.une.org.br/noticias/conheca-o-congresso-da-une-realizado-em-66-no-porao-de-uma-igreja-em-bh/>)



Figura 45. Matéria do Diário de Minas em 28 de julho de 1966
Fonte: Jornal Estado de Minas apud Nahas Júnior, 2015

O **Convento dos Frades Dominicanos**, localizado no bairro da Serra, foi um dos vários pontos de resistência no período do Golpe Militar. Os Dominicanos chegaram em Belo Horizonte no início dos anos 1940 e se instalaram no convento ainda em construção no final do ano 1950, quando as obras da primeira ala foram finalizadas. Adeptos da Teologia da Libertação, os Dominicanos foram militantes de movimentos pastorais e sociais, e aliados de vários dos ativismos da época. Em função desse fato, o edifício foi invadido pela repressão logo após o golpe (Nahas Júnior, 2015, p.28). Em 1966, estudantes divulgaram que ocorreria no convento o XXVIII Congresso da UNE. No entanto, tratava-se de somente uma fachada, para driblar a forte repressão policial, e realizarem nos porões da São Francisco das Chagas. O prédio hoje abriga uma escola particular e passa por processo de tombamento (Prefeitura de Belo Horizonte, 2022).

Ocupar os espaços públicos e de visibilidade tornava-se cada vez mais perigoso aos manifestantes, o que pode explicar a preferência pela ocupação de espaços institucionais (religiosos, educacionais, políticos) neste segundo ciclo. Isso garantiria alguma proteção contra a repressão, pela interdição das ações do Estado em tais espaços. Se o público estava vedado à oposição, foram construídos nos espaços institucionais e, em última instância, também nos privados, a tão desejada arena pública, nesses espaços protegida da censura e violência do Estado.

Esse é o caso do protesto organizado em 16 de setembro de 1966 na **Praça Afonso Arinos**, em frente à **Faculdade de Direito da UFMG**. Logo pela manhã, um imenso efetivo policial isolou a área e suas imediações. O prédio da **Faculdade de Direito**, para onde parte dos manifestantes se dirigiu, foi cercado (Bertolino, 2010, p. 172). Após este acontecimento, a repressão ao movimento estudantil somente recrudescceu, levando ao fechamento da sede da UNE e da UEE em Belo Horizonte.

O ano de 1968 começa com a ameaça de greve das professoras primárias em todo o estado, a denominada “Greve Santa” (Nahas Júnior, 2015). O movimento pelo pagamento de salários atrasados atingiu 237 grupos escolares em Belo Horizonte e mais de 126 cidades no estado. Apesar de não demonstrarem um posicionamento claro contra o regime ou o governo local, como nos lembra Nahas Júnior, sua “politização era inevitável. Sob ditadura, qualquer mobilização de massas torna-se uma ameaça”. (Nahas Júnior, 2015, p. 99). O autor ainda acrescenta: “era uma demonstração inequívoca da erosão da base de apoio ao regime militar”, pois parte da classe média que apoiou o golpe em 1964 estava dentre os manifestantes.

Finalmente, em março daquele ano as manifestações decorrentes do assassinato do estudante Edson Luis no Rio de Janeiro, estouraram em todo o Brasil, o que também refletiu em Belo Horizonte. Foram organizadas assembleias, cartazes e pichações espalhados pela cidade e panfletos distribuídos nas faculdades. A primeira das manifestações foi planejada para 29 de março de 1968. Para reprimir a movimentação, a polícia utilizou a tática de prender preventivamente líderes estudantis (Nahas Júnior, 2015, p.109). A manifestação reuniu cerca de 3 mil estudantes que portavam uma bandeira nacional com uma faixa preta. O grupo saiu em passeata em direção à **Igreja São José**. De lá, dirigiram-se para a Assembleia Legislativa, onde a bandeira foi hasteada (Nahas Júnior, 2015). Outro ato foi planejado para o dia 1 de abril. Ele partiria da **Igreja de São José**, às 18 horas (Nahas Júnior, 2015). Além da homenagem ao estudante assassinado, o ato tinha ainda como objetivo protestar contra atos de violência do governo, a repressão aos estudantes e o arrocho salarial (Nahas Júnior, 2015). Ainda na concentração, a área foi cercada por rádio-patrulhas e agentes do DOPS/

MG. Para lidar com a repressão, os estudantes se dividiram em grupos menores: um deles foi em direção à **Praça Sete** e o outro desceu a Av. Amazonas em direção à **Praça da Estação**. Outras pessoas que passavam no centro naquele momento se uniram aos grupos. Na **Esquina da Sinuca**, o grupo mais uma vez se dividiu, dissolvendo-se em vários grupos menores.

Na Praça Sete, em frente à Matriz de São José, na esquina de Augusto de Lima com Espírito Santo, na Praça Raul Soares, o movimento era o mesmo: gritos, faixas, pequenos discursos. A polícia, então, já estava desnorteada. Era a conta dos PMs dissolverem uma manifestação numa esquina para outras surgirem em todos os pontos do centro da cidade (JORNAL Última Hora, 1 abr. 1968, *apud* Nahas Júnior, 2015 p.114).

O jornal Última Hora cunhou o termo “grevilha” (JORNAL Última Hora, 11 jul. 1968, *apud* Nahas Júnior, p.233) para se referir a essas práticas de comício-relâmpago com rápida dispersão, seguida de reagrupamentos em novos lugares não combinados previamente. Geralmente os comícios eram também acompanhados por pichações de palavras de ordem.

Em função da missa de sétimo dia da morte do estudante Edson Luís, a polícia fechou faculdades e restaurantes universitários. Os estudantes reuniram-se na **Assembleia Legislativa**, tendo o apoio do Presidente da Casa, o deputado Manoel Costa (Nahas Júnior, 2015, p.117). A missa de sétimo dia do estudante Edson Luís foi celebrada na **Igreja São José** por sete padres e foi acompanhada por milhares de pessoas. As ruas no entorno da Igreja estavam tomadas por policiais, cães de guarda e cavalaria, que abordavam violentamente quaisquer grupos de pessoas reunidas. (Nahas Júnior, 2015, p.118). As manifestações de abril foram investigadas por um Inquérito Policial-Militar, IPM. O coronel responsável pela investigação, tinha plenos poderes para emitir ordens de prisão, prender e interrogar pessoas, buscar residências, sindicatos, diretórios acadêmicos.

Em abril, estoura a **greve dos metalúrgicos na Cidade Industrial em Contagem**. Foi a primeira greve desde o golpe de 1964 e reuniu trabalhadores das indústrias SBE, Belgo-Mineira, Mannesmann e RCA.

Em 1968 mais de mil e duzentos trabalhadores da siderúrgica Belgo-Mineira, localizada na cidade de Contagem, decretaram greve para reivindicar um reajuste salarial. A mobilização marcou um importante momento de resistência contra a política de arrocho salarial que havia sido imposta pelo regime militar desde 1964, causando uma redução de mais de 20% no valor médio dos salários (Memorial da Democracia, s/d).

O movimento grevista, que começou após reunião dos trabalhadores em frente à sede do Sindicato dos Metalúrgicos, rapidamente ganhou adesão e apoio de mais trabalhadores, somando cerca de dezesseis mil grevistas (Gorender, 1998). A paralisação durou onze dias e embora tenha terminado, aparentemente, sem a conquista completa das demandas dos grevistas, teve um impacto posterior significativo. O governo militar, liderado pelo General Presidente Costa, foi pressionado a ceder e anunciou, na ocasião do Dia dos Trabalhadores (1 de Maio) um aumento de 10% nos salários de todos os trabalhadores, quebrando a política de arrocho salarial há anos em vigor. Vale destacar que a greve dos metalúrgicos não foi um evento isolado. Organizações como a Ação Popular (AP); Corrente Revolucionária e Colina intensificaram suas atividades dentro das fábricas, distribuindo panfletos e jornais para articulação política dos trabalhadores (Gorender, 1998, p.155).

Nesse contexto de extrema repressão durante o período militar, além da predileção pelo uso dos espaços institucionais, novas táticas foram adotadas pelos ativistas para os espaços públicos, que passam a ser ocupados de maneira anônima ou efêmera. Nesse sentido, são adotados comícios-relâmpago ou “grevilhas”, protestos simultâneos, a busca de abrigo e proteção contra a violência policial em espaços seguros como igrejas, a Assembleia Legislativa e as instituições de ensino como as unidades da UFMG. O conjunto dessas práticas poderia ser categorizado como repertório fraco, na acepção de Tilly. Respondem tacitamente a uma circunstância especial: o acirramento da repressão e do autoritarismo.

Foram também adotadas táticas de territorialização em sentido estrito, conceituadas por Marcelo Lopes de Souza (2010) como aquelas em que o espaço é ocupado sem a presença física dos ativistas. É o caso das pichações e afixação de cartazes, a dispersão de material de propaganda do alto de prédios ou de veículos em movimento, ou as chamadas bombas de panfletos, dispositivos geralmente posicionados em locais de grande movimento, que ao acioná-los, uma pequena

explosão ocorre, resultando na dispersão de panfletos. Olhando em retrospectiva, as pichações são práticas que, não apenas reverberam até hoje, como foram ressignificadas dado que se expandiram da crítica ao regime para uma crítica social ampliada.

Outras ações tiravam proveito de áreas muito movimentadas do centro da cidade como na proximidade das filas de ônibus na Avenida Paraná, quando trabalhadores e trabalhadoras de toda a RMBH esperavam para voltar para casa no final do dia. Além do anonimato, a aglomeração facilitava a dispersão dos manifestantes, e amplificava o alcance da mensagem por eles proferida. Isso não passava despercebido pelos agentes dos órgãos repressivos, como é possível observar na matéria do *Jornal Última Hora*:

O primeiro comício estava marcado para às 17 horas, mas só começou duas horas depois porque os estudantes descobriram vários agentes do Dops nas filas dos ônibus. Às 19 horas, os estudantes se reagruparam, discutiram mais uma vez o esquema de segurança e se dirigiram para a Rua Curitiba, entre Tamoios e Carijós, com o megafone escondido debaixo da blusa de uma moça. Enquanto uma turma vigiava as esquinas, quatro líderes da UEE e um vice-presidente da UNE falavam que o povo do Vietnã provou que a união faz a força e a força vence a repressão. O comício teve sequência quando os estudantes subiram em cima de uma caminhonete e improvisaram um segundo comício, sempre aplaudidos por um público de mais de 500 pessoas” (*JORNAL Última Hora*, 26 jul. 1968, *apud* Nahas Júnior, 2015, p.235).

Outra estratégia adotada foi a de descentralização dos protestos para bairros com menor vigilância, como o comício noticiado pelo *Jornal Última Hora* que ocorreu em 15 de agosto de 1968 na rua Curvelo do bairro Floresta: “Durante uma hora, os estudantes distribuíram panfletos, picharam ônibus e chegaram a parar o trânsito (*JORNAL Última Hora*, 15 ago. 1968, *apud* Nahas Júnior, 2015, p.236)”

A última grande manifestação de rua do movimento estudantil em Belo Horizonte 1968 ocorreu no dia 20 de agosto e foi fortemente marcada pela repressão. Escolas e faculdades foram cercadas e ocupadas pela polícia, de maneira a impedir que os estudantes se organizassem. Os grupos foram se reunindo no centro, onde já havia um efetivo de 8 mil policiais os esperando (Nahas Júnior, 2015, p.238). Às 18h começaram os gritos de ordem acompanhados de cartazes contra a ditadura nas proximidades da **Igreja São José** e com alguns focos na **Praça Sete**. Os estudantes foram violentamente atacados pela polícia e por agentes infiltrados do DOPS/MG dispersando a manifestação (Nahas Júnior, 2015, p.233). Uma hora mais tarde, um novo foco se formou, reunindo mais de mil estudantes, desta vez no bairro Floresta, fora do centro

da cidade. O jornal Última Hora noticiou: “TÁTICA VENCEU REPRESSÃO” (Nahas Júnior, 2015, p.233)

Ainda no mesmo ano, no fim de setembro e durante o mês de outubro, duas outras greves irromperam: a greve dos bancários e a dos metalúrgicos.

A greve dos bancários tinha, dentre outras exigências, a pauta do reajuste salarial. O Estado já tinha conhecimento da movimentação e em 26 de setembro, dia anterior à data marcada para a greve, lideranças foram detidas e o entorno dos bancos foram cercados para impedir os piquetes, prática comumente utilizada pelos bancários. A greve teve baixa adesão e os bancos seguiram funcionando (Nahas Júnior, p.244). Houve uma tentativa de promover uma passeata na **Avenida Afonso Pena** após uma das assembleias da categoria, que também foi reprimida pela polícia com bombas de gás lacrimogêneo (JORNAL Última Hora, 03 out. 1968, *apud* Nahas Júnior, p.245). A greve acabou no dia 07 de outubro de 1968.

Poucos dias depois do início da greve dos bancários, cujas ações concentraram-se majoritariamente no centro de Belo Horizonte, estoura a greve dos metalúrgicos na **Cidade Industrial**, iniciada no interior da Siderúrgica Mannesmann.

Dessa vez, a prática do piquete não foi adotada. Para driblar a repressão, foi escolhida uma tática mais silenciosa, como narrado pelo jornal Diário da Tarde:

[...] Às 18 horas já atingia seis mil o número aproximado de grevistas. A técnica da greve sem piquetes foi novamente usada. Tudo foi combinado em segredo. Eles chegaram como se não houvesse nada. Assinaram o ponto e veio a senha. (JORNAL Diário da Tarde, 02 out. 1968, *apud* Nahas Júnior, 2015, p.247).

Os operários permaneceram na fábrica até o fim do turno, quando se retiraram da empresa após firmarem acordo que prometia que não haveria repressão. Entretanto, não foi o que ocorreu e os principais líderes foram detidos. Ao contrário da greve de abril, que durou quase um mês, a greve, desta vez, durou apenas 4 dias (Nahas Júnior, p.253).

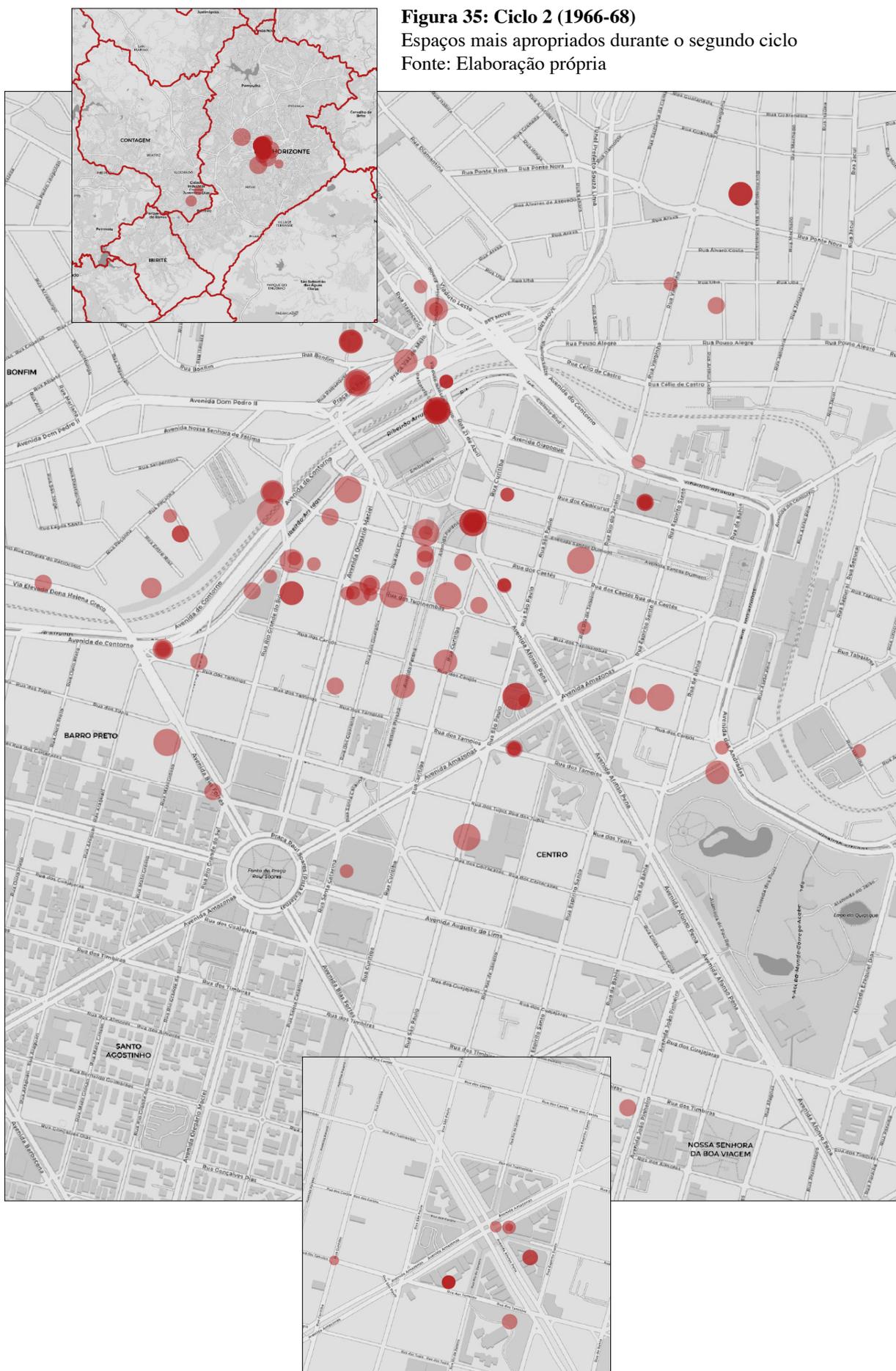
Após esse ciclo de greves, foram nomeados interventores para ambos os sindicatos e houve diversas demissões de maneira a desorganizar as categorias e enfraquecer sua capacidade de organização. Como desdobramento espacial, nota-se que o **Sindicato dos Bancários**, “quartel general das greves” no ciclo anterior, não figurou dentre os espaços apropriados pelos ativismos nesse ciclo.

No fim de 1968, é promulgado o AI-5, considerado por muitos a “oficialização” da ditadura. O ato conferia poderes praticamente ilimitados ao presidente da República, ao fechar o Congresso Nacional e permitir a cassação de mandatos e direitos políticos de cidadãos, aposentar ou afastar servidores públicos, a censura à imprensa e a possibilidade de decretar estado de sítio, dentre outras (Motta, 2011, p.212). A partir desse momento, a ditadura torna-se mais autoritária, com a violência pública e de seus agentes estimulada pelo ato. Nas palavras de Motta, “[...] o novo Ato Institucional liberou as feras, que saíram à caça (e à cass) com apetite ainda maior do que em 1964” (2011, p.197).

No entanto, ainda que em um contexto autoritário, a visibilidade poderia proporcionar mais segurança do que a invisibilidade em casos específicos. É o que conta Nahas Júnior sobre o COLINA (Comando de Libertação Nacional), grupo guerrilheiro que atuou contra o regime e que surgiu em Belo Horizonte. Em janeiro de 1969, Ângelo Pezutti da Silva, um de seus militantes, foi preso. Nesses casos, o protocolo do grupo era que o detido ou detida resistisse por duas semanas sem fornecer nenhuma informação, quando, então, deveria revelar aos interrogadores um **ponto** no qual, supostamente, estaria marcado um encontro com membros da coordenação do grupo. **Ponto** era uma expressão utilizada pelos militantes durante a ditadura para se referir aos lugares pré-estabelecidos para contato entre os militantes da mesma ou de outras organizações (Rezende; Benedito, 2000, p.29). O pretenso **ponto** fornecido seria a chance de resgatar a companheira ou companheiro capturado. Para tal, foi escolhido um espaço “[...] na região central de BH, numa avenida ampla e muito movimentada, nas proximidades de um dos mais tradicionais colégios de BH, o Colégio Padre Machado.” (Nahas Júnior, 2015, p. 16). Na perspectiva do grupo, isso impediria que a polícia ocupasse ostensivamente o espaço, pois obrigava que seus agentes estivessem à paisana e com armamento mais leve. No entanto, a tentativa de resgate não chegou a ocorrer. Na noite anterior à ação, grande parte do grupo foi detida no aparelho localizado no Bairro São Geraldo - Rua Atacarambu, 120. O endereço do denominado “aparelho” onde ocorreu a queda do grupo dá nome ao livro de Nahas Júnior.

Os “**pontos**” foram termos criados pelos militantes para se referirem aos seus lugares de encontros pré-estabelecidos. Alguns pontos eram regulares, sendo combinados encontros periódicos com a mesma pessoa, local e horário. Cada militante tinha uma rotina cotidiana de pontos e pessoas que seriam contatadas. Por meio desses pontos, eram combinados outros pontos quando necessá-

rio. No caso de encontros com desconhecidos, eram estabelecidas marcas de identificação (os trajes ou objetos carregados, lugares em que estaria, ações que seriam performadas etc.) e ainda sinais que comunicassem segurança ou perigo.



Ciclo 3 (1979-1984)

No final da década de 1970, iniciou-se um lento processo de redemocratização no Brasil, o que levou à retomada de algumas ações em torno das lutas coletivas. Enquanto isso, a crise econômica paralisou o setor público e a participação popular era prescrita por agências internacionais de ajuda humanitária. Diversas agendas se justapunham como as articulações pelo fim do regime militar, a anistia aos presos políticos e a crítica às intervenções do FMI e dos Estados Unidos na economia brasileira, além da luta pela valorização dos salários e por melhoria da qualidade de vida (Tatagiba, 2014). Até o fim da ditadura e as eleições diretas na década seguinte, ocorreram diversas mobilizações de base comunitária, manifestações públicas e ocupações de terras e de espaços públicos, bem como mobilizações entre ativistas, partidos políticos e a Igreja Católica. Le Ven e Neves sintetizam esse período como um “momento de catarse” em que a cidade foi tomada “por trabalhadores não convidados a participar do milagre econômico” (Le Ven, Neves 1996, p. 95).

Esse ciclo se inaugura com a discreta volta das ações, até então na clandestinidade, aos espaços de visibilidade. No entanto, elas primeiro restringiram-se aos espaços como as instituições de ensino e religiosas. Os espaços públicos ainda estavam sob controle do Estado repressivo. Dentre as instituições de ensino, merecem destaque as **Faculdades de Medicina (1), Direito (2) e Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) (3)** e o **DCE (4)**, todos da UFMG, o **campus da PUC-Minas**, e os **Colégios Santo Antônio (5), Santo Agostinho (6) e Santa Rita de Cássia**. Esse último reforça ainda o processo de descentralização da atuação ativista para áreas periféricas como o **Barreiro (7)**, onde também se localizava o **Centro Cultural Operário** e a **Igreja Santo Inácio de Loyola**. Além dessa, foram ainda identificadas nesse ciclo ações nas Igrejas **São José (8), São Francisco de Chagas (9)** – a mesma em que foi realizado em seus porões o encontro da UNE em 1967 – e a **Capela do Colégio Santo Antônio**.

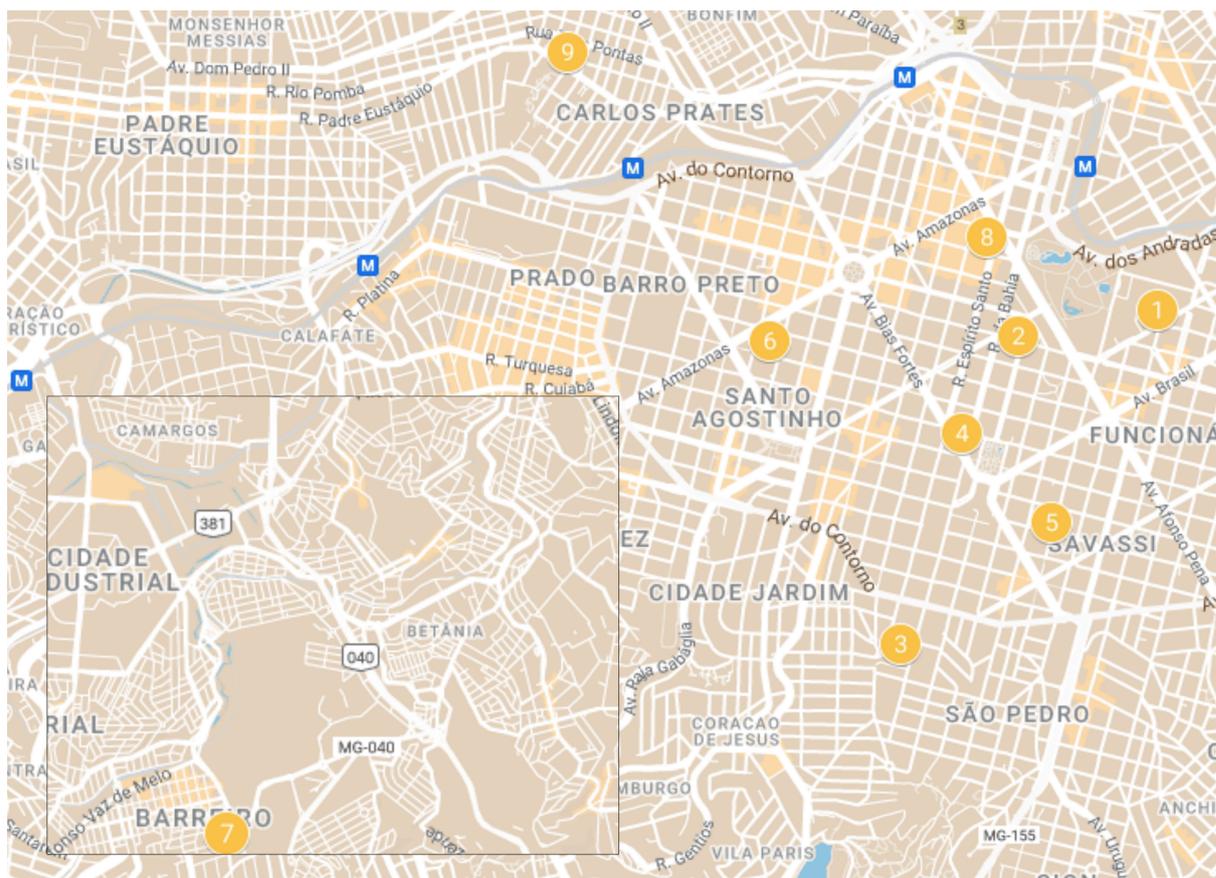


Figura 46. Espaços mais apropriados durante o terceiro ciclo

Fonte: Elaboração própria

A **FAFICH** era o prédio que abrigava as Faculdades de Psicologia, História, Geografia, Ciências Sociais, Letras, Comunicação Social, Filosofia, Matemática, Física, Química e Biologia. Funcionou no Edifício Acaiaca até 1961, quando foi transferida para o bairro Santo Antônio, e foi um dos principais centros de resistência de Belo Horizonte. Em 1968 foi invadida e ocupada pela polícia militar, quando os policiais foram realizar a prisão de 12 alunos e a direção se recusou a entregar os alunos. Não por acaso, o prédio foi escolhido para abrigar o Memorial da Anistia. Em setembro de 2019, a Polícia Federal indiciou 11 pessoas ligadas à implantação do Memorial entre gestores, professores, servidores e alunos sob alegação de desvio de dinheiro público (TV Globo, 2019). A ministra Damares Alves anunciou em agosto do mesmo ano que o governo federal não iria financiar a finalização da obra, parada desde 2016 por falta de recursos (G1 Minas, 2019). O processo foi arquivado em 2020 devido à ausência de provas e indícios de improbidade (Pimentel, 2020).



Figura 47. Polícia invade antigo prédio da FAFICH em 1968

Fonte: Jornal Estado de Minas apud ALMG, 1997, disponível em: file:///Users/lais/Desktop/157.pdf

A crítica à ditadura e a luta pela Anistia aos perseguidos políticos encontrou abrigo nas instituições de ensino, onde foram promovidos diversos eventos, reuniões e debates. O informe de um investigador vinculado à Secretaria de Segurança Pública evidencia esse processo de desvelamento das insatisfações, até então, submergidas:

Os estudantes já fazem as suas manifestações no interior das Universidades, só necessitam de mais força para saírem às ruas. Enquanto aguardam o momento propício, desenvolvem um 'trabalho de massa', contínuo e aberto, sem que sejam impedidos. (Informe de 05/04/1977, SESP/MG, Pasta 1.2-2.2-0001(5)).

Em 04 de junho de 1977 a repressão aos estudantes se manifestou no impedimento à realização do III ENE no Campus Saúde da UFMG (**Faculdade de Medicina**). Foi evocado o decreto Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969 que tipificava como infração “professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular” que, dentre outras ações, organizasse ou participasse de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou praticasse atividades subversivas ou contrárias à moral ou à ordem pública em instituições escolares (Brasil, 1969). A punição prevista era, no caso de professores e funcionários,

a demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado em instituições de ensino pelo prazo de cinco anos e, no caso de alunos, o desligamento e a proibição de se re-matricularem em outra instituição nos próximos três anos (Brasil, 1969).

A Faculdade de Medicina, localizada na área hospitalar, foi palco de confrontos em 1977, quando deveria receber o III Encontro Nacional de Estudantes, evento que foi fortemente reprimido. O objetivo do encontro era reorganizar a UNE, colocada na ilegalidade em 1964, e construir formas de resistência (Comissão da Verdade em Minas Gerais, s/d). A saída das caravanas para o encontro foi impedida pelo exército em vários estados, que também barrou sua entrada em Belo Horizonte. No dia 3 de junho de 1976, um dia antes do encontro, cerca de 400 estudantes fizeram vigília na Faculdade de Medicina, que foi cercada pela polícia no dia seguinte. Os estudantes cercados foram conduzidos ao Parque da Gameleira.

O D.A. da Faculdade de Medicina foi também alvo de pichações e um ataque à bomba em 1978 de autoria de grupos anticomunistas (Belotur, 2014, p.20).

A tentativa de realização do evento marcou a reconstrução da UNE que se encontrava na clandestinidade e desarticulada desde o 30º Congresso quando os participantes foram detidos e fichados. Dois dias antes da data prevista para o evento, o Ministério da Educação proibiu a realização de encontros estudantis e o governador de Minas Gerais determinou o bloqueio de todas as universidades do estado (Fonseca, 2017). Para garantir a realização do evento e romper o bloqueio, cerca de 400 estudantes ocuparam o D.A. da Faculdade de Medicina no dia 02 de junho (Cândido, 2007). Todas as entradas de Belo Horizonte foram bloqueadas pela Polícia Civil e Militar para impedir a chegada de estudantes que vinham de todas as partes do país. A Faculdade de Medicina também foi cercada por um enorme efetivo policial: ninguém saía ou entrava. Do lado de fora do cerco, os estudantes mobilizaram o apoio da sociedade convocando outros estudantes – universitários e secundaristas – amigos e familiares para as ruas e dirigirem-se ao local de conflito, e, assim, garantir a segurança dos alunos encurralados. Enquanto os ocupantes do D.A. resistiam,

[...] ruas e avenidas de Belo Horizonte tornaram-se praça de guerra. Policiais civis e militares reprimiram com violência estudantes que pro-

testavam contra o impedimento do encontro e populares que a eles se solidarizaram. Usada como refúgio pelos manifestantes, a Igreja da Boa Viagem foi cenário da violência da polícia, armada de cassetetes, bombas de gás lacrimogêneo e cães. (Cândido, 2017)

Ao fim do dia, depois de intensas negociações, foi acordada a saída dos alunos, que foram levados para o Parque de Exposições da Gameleira pela polícia (Fonseca, 2017). Cerca de 50 estudantes foi fichada e lideranças do movimento estudantil detidas com base no artigo 45 da Lei de Segurança Nacional. Nele a realização de “comício, reunião pública, desfile ou passeata” é tipificada como propaganda subversiva, crime penalizado com reclusão, de 1 a 3 anos. (Brasil, 1969).

Dops divulga lista dos estudantes processados

Dentro de uma semana, o DOPS remete à Auditoria da 4a. Região Militar, em Juiz de Fora, os inquiridos abertos contra 50 estudantes que participaram da tentativa de organização do III Encontro Nacional dos Estudantes.

A informação foi prestada ontem pelo delegado titular do DOPS, David Hazan, que liberou a lista dos nomes dos 50 estudantes.

Segundo o delegado, estão sendo ouvidos uma média de 14 estudantes por dia, porque o processo de depoimento aqui é mais demorado do que em outros órgãos policiais. Quem preside o inquérito é o delegado de Operações Especiais, Almir Correia de Lacerda. Por outro lado o advogado Geraldo Magela, contratado para defender os estudantes, passou quase todo o dia inteiro ontem no DOPS mas não foi localizado à tarde para informar como está a situação dos seus clientes.

Eles foram incurso no artigo 45 da Lei de Segurança Nacional, que prevê pena de um a dois anos para quem utilizar de quaisquer meios de comunicação social como jornais, revistas, periódicos, livros, boletins, panfletos, rádios, TV, cinema, teatro e congêneres, como veículos de propaganda de guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária ou subversiva de qualquer ato e importar em atentado contra a Lei de Segurança Nacional.

A lista dos estudantes
Ana Rita Castro Trajano — FAFICH — Psicologia; Alberto Eustáquio Cal-

deira de Melo — UFMG — Medicina; Alvaro Eustáquio Rocha Fraga — UFMG — Comunicação; Augusto Monteiro Guimarães — UFMG — Ciências Sociais; Antônio Sérgio de Melo Braz — UFMG — Ciências Sociais; André Luiz Botelho dos Santos — UFMG — Engenharia; Agamenon Sérgio Pereira Bastos — UCMG — Engenharia Civil; Apolo Sérgio Costa Gazel — UFMG — Medicina; Antônio Tomaz Gonzaga Matta Machado — UFMG — Medicina; Cicero Otávio de Assis Cabral — UFMG — Engenharia de Minas; Celso Vieira Júnior — UFMG — Engenharia Civil; Carlos Cozenza Arruda — UFMG — Direito; Eduardo Nunes Campos — UCMG — Comunicação; Eduardo da Motta e Albuquerque — UFMG — Medicina; Fernando José de Assunção — FAFICH — Comunicação; Francisco Carlos de Souza — UFMG — Medicina; Fábio Melquides de Oliveira — UFMG — Geologia; Geraldo Magela Martins Carneiro — UFMG — Bioquímica Farmácia; George Alves de Almeida — UFMG — Veterinária; Guilherme Fátima de Faria — UCMG — Engenharia Elétrica; José Reinaldo Gomide de Paiva — UFMG — Engenharia; José Nélio Januário — UFMG — Medicina; José Célio Gabriel Martins — UFMG — Ciências Sociais; João Bosco Pinto Lara — UFMG — Direito; José Tarcísio de Castro Filho — UFMG — Medicina; Sérgio de Castro — UFMG — Psicologia; Sigríd Tomich Santos — UFMG — Veterinária; Túlio Alberto Martins de Figueiredo — UFMG — Enfermagem; Walter Jourbert Lima Garcia —

UFMG — Direito; Ricardo Boaventura de Araújo Silva — UFMG — Engenharia; Renato Caporali Cordeiro — UFMG — Economia; Rogério Augusto Pereira — UCMG — Economia; Rodrigo Labome Matholi — UFMG — Direito; José Maria de Oliveira Cardoso — Letras — UFMG; José Márcio Girardi de Mendonça — Enfermagem — UFMG; José Afonso Assis Cabral — ex-presidente do DA de Medicina 76/77 — UFMG; Jânio Oliveira Bragança — presidente DCE — UFMG; Javert Monteiro — Orador no Ato Público no Campus; Luiz Carlos Balbino Gambogi — Direito UCMG; Luciano Cortez e Silva — Letras UFMG; Lincoln Pena Elias — Engenharia Mecânica — UCMG; Luna Elizabeth Matos — Enfermagem — UFMG; Livia Maria Fraga Viêira — Psicologia — FAFICH; Luiz Antônio Borges — Engenharia — UFMG; Luciano Elói Santos — Odontologia — UFMG; Moacyr de Lins Wanderley — Geologia — UFMG; Maria Angela Braga — Ciências Biológicas — UFMG; Marcos Geraldo de Assis Coelho — Medicina — UFMG; Maria de Fátima Cardoso Gomes — Psicologia — UFMG; Marcelo da Mata Machado — Apicultura — (Curso de Direito da UFMG); Morya Tozani de Macedo Rocha — Enfermagem UCMG; Marcelino Francisco Alves — Engenharia Operações — Itaituba; Newton Afonso de Lima — Mecânica — IPUC; Paulo Roberto Lima Pinheiro — Psicologia — UFMG; Rolando Trindade Bassi — Engenharia Civil — UFMG e Ricardo Mendanha Ladeira — Engenharia Civil — UFMG.

Figura 48. Lista dos estudantes processados pela tentativa de organização do III Encontro Nacional dos Estudantes publicada na mídia à época.

Fonte: Diário da Tarde, 16 de junho de 1977

Os sindicatos, importantes espaços no primeiro ciclo, deixam de ter centralidade neste momento. Grande parte deles estava sob comando de interventores nomeados pelo regime ou diretorias com ele comprometidas — os chamados sindicalistas “pelegos”. Suas sedes eram, portanto, espaços sob o controle do regime. O **Sindicato dos**

Bancários, por exemplo, somente voltou a ser dirigido por grupos progressistas em 1987. Antes disso, porém, após a greve da categoria em 1979, uma oposição sindical começou a se organizar e se articular com outros sindicatos na resistência à ditadura (Magalhães, 2014, p.23). O principal lugar para essa articulação foi a **Casa do Jornalista**, único espaço de representação de classe identificado neste período.

Desde 1975, com a posse de uma nova diretoria, o espaço havia sido colocado à disposição para receber sindicalistas de outras classes e ativismos diversos, o que lhe rendeu o apelido de “Casa da Liberdade” (SJPMG, 2014, p.42). Dentre as ações que lá ocorreram cabe destacar o Ato público em apoio aos metalúrgicos do ABC, com a presença de Luiz Inácio Lula da Silva e as diversas reuniões do movimento pela Anistia Política, que começou a se mobilizar em Belo Horizonte a partir de 1979.

Criada em 1964, pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, a **Casa do Jornalista**, localizada na Avenida Álvares Cabral, foi importante espaço de defesa da liberdade de expressão e das instituições democráticas. O sindicato havia sido fundado em 1945 e desempenhava um papel combativo no conservador cenário político da cidade, reivindicando melhores condições de trabalho à classe, e organizando a primeira greve em uma redação de jornal de Belo Horizonte ainda em 1954 (SJPMG, 2020). Ele foi também uma importante frente de resistência ao regime militar e a Casa do Jornalista, sua sede, tornou-se abrigo para opositores ao governo, denunciando prisões ilegais, torturas e a censura à imprensa. Além de seu papel político, funcionaram na casa serviços de saúde e atividades culturais, transformando o espaço em um ponto de encontro de diferentes ativismos desde o final da década.

O movimento pela Anistia ampla, geral e irrestrita, encontrou o apoio de parte da Igreja Católica, constituindo nos espaços religiosos um território seguro para as manifestações e para as homenagens aos presos, mortos e desaparecidos pelo regime militar. Isso se dava por meio de comícios, sobretudo localizados no adro da **Igreja São José**, além de missas, vigílias e cultos ecumênicos. Em dezembro de 1978, foi realizado o primeiro evento para criação do comitê mineiro pela Anistia, seção Belo Horizonte. Na ocasião, já existiam comitês em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Fortaleza, Sorocaba e Campinas (SESP/MG, Pasta 1.1-2.2-0018 (A)).

O protagonismo feminino faz-se sentir neste momento⁵. Em Belo Horizonte a mobilização era conduzida pelo Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), sendo Helena Greco uma de suas lideranças. Merecidamente, no questionamento aos nomes de logradouros públicos em homenagem a figuras relacionadas à ditadura militar, o antigo Elevado Castelo Branco em Belo Horizonte, foi rebatizado em 2014 como Elevado Dona Helena Greco. Além de seu importante papel na luta pela anistia, Helena Greco foi ainda, durante seu mandato como vereadora de Belo Horizonte, responsável por conduzir, pela primeira vez no país, a troca do nome de um logradouro que homenageava figuras ligadas à ditadura. A rua em questão localiza-se no bairro das indústrias e homenageava Dan Mitrione, agente estadunidense reconhecido por treinar policiais de Belo Horizonte e de outras capitais na aplicação de torturas. Ela foi rebatizada como José Carlos da Mata Machado, militante belorizontino preso e assassinado pelo DOI-CODI de Recife (Camilo, 2014, on-line).

Para além da insatisfação com a repressão, censura e violência do regime, a pauta econômica era também mobilizadora naquele momento. Ela reunia, de um lado a discussão a respeito dos salários e condições de trabalho, que desdobrou-se nas diversas greves que eclodiram em todo o país, e, de outro, o alto custo de vida, que gestou em Belo Horizonte o Movimento Contra o Custo de Vida, parte de uma rede nacional de movimentos contra a Carestia.

Nesse contexto, uma ação marcou a retomada do espaço público pelas práticas espaciais em Belo Horizonte: a **Greve dos Trabalhadores da Construção ou Revolta dos Pedreiros** entre 30 de julho e 3 de agosto de 1979. Mais de 20 mil operários da construção civil reuniu-se na **Praça da Estação** para reivindicar melhores salários e condições de trabalho (Oliveira, 2006). Após repressão policial, os manifestantes saíram em passeata até um dos estádios municipais de futebol, local em que costumavam acontecer suas assembleias. A mobilização ocorreu de forma violenta com saques de lojas, quebra-quebras e arrombamentos. Diante do contexto que se impunha no país, a única resposta possível para a re-ocupação do espaço público foi a violência. Assim, a greve dos pedreiros rompeu a barreira que impedia que os sujeitos dessem vazão às suas demandas nas ruas da cidade. Embora sem uma crítica direta ao regime militar que governava o país, o aumento das múltiplas ações reivindicatórias dos trabalhadores de diversos setores desempenhou um papel importante na indução desse novo ciclo de protestos e da gradual retomada dos espaços públicos.

5 Em geral os autores dos documentos produzidos no DOPS/MG e na SESP/MG se identificam. Em parte deles, os agentes assinam por seus nomes, em outras, somente é possível identificar seu número de registro. Dentre os documentos assinados com os nomes dos agentes, é interessante que, somente na análise deste último ciclo, pude identificar agentes femininas. A necessidade de tais agentes demonstra a forte presença feminina dentre os ativismos naquele momento, inclusive em mobilizações exclusivamente de mulheres.

Entre 1979 e 1981, também em torno da pauta econômica, foram realizadas reuniões do Movimento Contra o Custo de Vida no **Colégio Santa Rita de Cássia**, no Barreiro. Em 01 de setembro de 1981, um evento do grupo foi realizado no auditório da **Faculdade de Direito**, quando também se discutiu o aumento da tarifa do transporte coletivo. Naquele mesmo dia, panfletos contra o aumento das tarifas de ônibus foram distribuídos em diversas partes do centro, além da coleta de assinaturas contra o aumento das tarifas das concessionárias Copasa, Cemig e Telemig em frente à **Câmara Municipal** (SESP/MG, Pasta 1.2-2.2-0014(1) e AB-014.2 1.2-2.2-0014).

Toda essa movimentação culminou na realização entre 18h e 19h de comício no adro da **Igreja São José**. Os manifestantes reunidos protestavam contra o regime militar, o alto custo de vida, a nova Lei de Estrangeiros, os ataques terroristas e o cancelamento das eleições para prefeitos e vereadores em outubro de 1980 que, teve por consequência a extensão dos mandatos em curso. O ato estava marcado para a **Câmara Municipal**, mas foi transferido para a **Igreja São José**. De acordo com um agente do SESP/MG que acompanhou parte da ação, alguns dos participantes tinham a missão de identificar agentes policiais infiltrados e conduzi-los para fora do ato (SESP/MG, Pasta 1.2-2.2-0001(2)).

No entanto, quando a pauta tentou sair dos espaços institucionais para ocupar os espaços públicos, a polícia cercou os principais pontos de manifestação no centro da cidade: a **Igreja São José**, a **Faculdade de Direito** e a **Assembleia Legislativa**. Após intensas negociações, o ato foi autorizado para ocorrer na **Praça da Assembleia Legislativa**, já em sua nova sede, inaugurada em 1972 e longe do centro da cidade. Entretanto na liberação expedida pelo secretário de segurança, a palavra “manifestação” foi substituída por “reunião” (Jornal Estado de Minas, 5 de setembro de 1981, apud SESP/MG, Pasta AB-014.2 1.2-2.2-0014). De acordo com a mesma notícia, seguiam proibidas “concentrações e demonstrações em praça pública.” (Idem).

No entanto, a criação de territórios seguros e de arenas públicas foi acompanhada pela resposta conservadora. Em todo o Brasil foram registrados diversos atentados à bomba, sendo os mais famosos o ataque à sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em 27 de agosto de 1980 e o atentado ao Riocentro, durante show em comemoração ao dia do trabalhador em 30 de abril de 1981. Os atentados realizados por grupos radicais da direita como o Movimento Anti-comunista (MAC) e o Grupo Anti-Comunista (GAC) tinham como objetivo criar o pânico para justificar a manutenção do regime, além da ameaça a indivíduos e grupos organizados contra a ditadura. Nesse ínterim, foram registrados em Belo Horizonte atentados em espaços de grande circulação de pessoas como instituições de ensino – **Colégios Riachuelo, Santo Agostinho, São Tomás de Alquino**

e **FUMEC** – agências de banco e casa de show (discoteca Pimblus). Espaços de enunciação da crítica ao regime foram também alvos dos grupos terroristas como a **sede do Jornal independente “Em tempo”⁶**, **bancas de revista** em que os jornais independentes eram vendidos, a **Igreja São Francisco de Chagas**, unidades da UFMG – FACE e DA de Medicina – e o **DCE**. Foram ainda identificados ataques ou ameaças durante eventos cujas temáticas eram direitos humanos e anistia, realizados nos Colégios **Santo Antônio** e **Santo Agostinho** (SESP/MG, Pastas 1.2-2.2-004; 1.1-2.2-0003 (1); 1.2-2.1-0007(2); 1.2-2.2-0018 (A-1); 1.1-2.2-0003 (1)). Indivíduos conhecidos por sua oposição ao regime também se encontraram na mira dos grupos, como Helena Greco, presidenta do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), e o advogado Geraldo Magela de Almeida, renomado defensor de presos políticos do regime. Nesse último caso, contrariando o fato de que a vítima era inimiga dos grupos de direita, o investigador concluiu tratar-se de uma “ação esquerdista, já que nesta noite houve reunião de estudantes no local” (SESP/MG, Pasta 1.1-2.2-0003 (1)). Além dos ataques à bomba, foram ainda registrados a invasão e saques, dentre os quais ao **Grupo de Estudos e Trabalho de Educação em Comunidades (GETEC)**, ao **Jornal dos Bairros**, ao **Sindicato dos Jornalistas**, ao **Centro de Estudos do Trabalho (CET)** e à sede da **Pastoral Operária**. Em documento denominado Dossiê do Terror elaborado por Betinho Duarte, ex-presidente do Comitê Brasileiro de Anistia e membro da Comissão da Verdade em Minas Gerais, Belo Horizonte é considerada a cidade com maior número de atentados registrados, com 58 ataques terroristas desde 1977 (Sindieleiro/MG, 2014).

Nesse período de redemocratização, surgiu em Belo Horizonte um importante movimento pela aprovação do Programa Municipal de Regularização de Favelas (Profavela). O Sindicato dos Trabalhadores Favelados e a Federação das Associações de Moradores de Belo Horizonte, com o apoio da Pastoral de Favelas - movimento ligado à Igreja Católica - promoveram diversas ações para a aprovação da lei que instituiria o programa. A mobilização culminou em uma grande manifestação pública em 5 de julho de 1982 que reuniu dez mil pessoas no **Parque Municipal** e resultou na sanção da lei (Bedê, 2005).

Outra mobilização significativa foi o movimento pelas Diretas-Já. Sua reivindicação central era o retorno de um regime democrático com eleições diretas. Em 1983 diferentes atores sociais mobilizaram-se em torno da aprovação de uma emenda constitucional para restabelecer as eleições diretas para presidente no Brasil. O movimento perdeu força depois que a emenda foi rejeitada, e a primeira eleição direta somente veio a ocorrer em 1989.

Os protestos pelas Diretas-Já que tomaram todo o país marcaram o retorno definitivo das

⁶ Poucas semanas antes do ataque, o jornal havia publicado uma matéria que constava uma lista com os nomes de 233 torturadores (Sindieleiro/MG, 2014).

manifestações públicas no espaço público ao repertório das ações reivindicatórias no Brasil. Em 24 de fevereiro de 1984, Belo Horizonte foi tomada pela multidão. Desta vez, o local escolhido foi a Praça Rio Branco, localizada no início da Avenida Afonso Pena. A avenida havia se tornado o centro do poder, mas, ao contrário do que foi planejado por Aarão Reis, desta vez o poder emergia do povo. Ao contrário dos atos anteriores pelas Diretas, em que a polícia agiu de maneira violenta, chegando a realizar detenções, neste não houve repressão (Prates, apud Rubens, 2014). O ato “estava respaldado não só pelas 300 mil pessoas representando Belo Horizonte, como pelos políticos de peso que faziam parte do palanque” (Prates, apud Rubens, 2014). Ainda segundo Prates (apud Rubens) o evento foi negociado entre políticos e o exército e “Tancredo Neves esteve no 12º Batalhão de Infantaria (do Exército) para falar para o comandante que o comício era uma manifestação pacífica”.

Magalhães (2013) destaca que apesar de uma relativa abertura política, ainda não foi possível que a Praça Sete, lugar que se constituiu junto com a história da cidade como um de seus principais espaços de protesto, fosse o epicentro da manifestação. Isso fica evidenciado na fala de Gilson Martins: “A Praça Sete só será conquistada definitivamente com o fim da Ditadura. Era quase como ganhar politicamente...a Praça Sete em Belo Horizonte significa ter derrotado a Ditadura.” (Martins 2007, apud Magalhães, 2013, p.154). Como no primeiro ciclo, o centro da cidade ainda era o espaço das manifestações públicas e a Praça Sete, embora interdita, ainda era o palco desejado para a reivindicação.

Com a abertura democrática, é eleito em Belo Horizonte o candidato do Partido dos Trabalhadores, Patrus Ananias. Sua gestão representou diversos avanços no sentido da participação, com experiências exemplares como o orçamento participativo ou os mutirões autogestionários. Por outro lado, parte dos ativistas foi incorporada à máquina estatal ou desviaram suas energias em ocupar os novos espaços participativos recém-criados, resultando em certo enfraquecimento da ação direta e das Práticas entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990. Entretanto, grupos não alinhados com o poder municipal seguiram com suas ações diretas. A Ocupação Corumbiara, que ocorreu em 1996 no Barreiro em Belo Horizonte, é tida como um caso emblemático no universo dos movimentos por moradia. Destacam-se também os grupos de inclinação anarquista e autonomista que emergiram em todo o mundo a partir dos anos 2000 e que também promoveram uma série de ações em Belo Horizonte, tais como as inúmeras passeatas antiglobalização.



*

A análise dos três ciclos de protestos delimitados nos permite identificar continuidades e descontinuidades no repertório das lutas em Belo Horizonte e nos trazem reflexões que podem transbordar nos dias de hoje. Afinal, é central para as lutas pensar e repensar o seu repertório de luta de maneira a manter um conjunto forte de práticas, ou como Tilly denomina, Repertórios fortes. Ao longo de sua obra, Tilly investigou diversos fatores que configuram a efetividade ou não de um repertório. No entanto, como nos alertou Bringuel, o espaço foi uma camada pouco explorada nessa leitura, privilegiando fatores históricos e sociais.

O que procurei demonstrar nesta tese, foi, justamente, que a caracterização das práticas que compõem determinados repertórios é resultante de uma intrincada relação entre os contextos temporais, espaciais e sociais. Dito de outra maneira, a eleição deste ou daquele espaço é informada por quem ocupa e em que momento o faz.

Tomemos, por exemplo, duas passeatas que ocuparam o mesmo espaço em Belo Horizonte: A Marcha da Família com Deus Pela Liberdade em 1964 e a passeata dos calouros em 1966. Embora próximas temporalmente e ocupando o mesmo espaço - a Avenida Afonso Pena -, tratam-se de ações diametralmente distintas. A primeira, ligada aos grupos conservadores, a segunda, a uma resistência (ainda discreta) à ditadura militar e isso reflete em sua espacialidade. A primeira ação deslocou-se para a Praça Tiradentes, reconhecido espaço de apropriação da direita belorizontina, por sua identificação com o mártir mineiro. Não nos esqueçamos que um dos grupos que encabeçou em Belo Horizonte as ações de desmoralização de João Goulart, presidente à época, e de propagação do “medo da ameaça comunista” se autodenominava “Os Novos Inconfidentes”. A segunda passeata partiu do teatro Francisco Nunes, importante espaço para as vanguardas naquele momento, em direção à Praça Sete, lugar máximo dos protestos em Belo Horizonte ao longo de sua história. No entanto, antes disso, os estudantes foram encurralados e, para se protegerem da violência policial, se esconderam na Igreja São José, espaço no qual (pensavam que) estariam protegidos do Estado. A invasão da polícia ao templo e sua profanação foram tidas como absurdas até mesmo para a classe média belorizontina conservadora que, em grande parte, apoiou e comemorou o golpe.

Assim como o aspecto simbólico, o aspecto concreto das práticas é diretamente relacionado à sua espacialidade. Estar no centro ou nas periferias, naquele momento, significava optar pela visibilidade ou invisibilidade, pelo espetáculo ou pelo cotidiano.

De um lado, a visibilidade lhes permitia estabelecer diálogos e construir redes de apoio e demonstrar força em relação aos oponentes, de outro, tornar-se visível é colocar-se como alvo para seus oponentes, para a vigilância e a repressão.

À dialética visibilidade/invisibilidade articula-se a dialética espetáculo/cotidiano. O espetáculo é fundamental para demonstrar força - para dentro e para fora - do movimento. Sua catarse reforça a constituição de grupo em torno de uma mesma pauta, ou, nas palavras de Moran, “Congregar-se, mostrar-se juntos, ser protagonistas e participantes ‘em primeira pessoa’ são dimensões constitutivas da manifestação.” (Morán, 2005, p.100, tradução minha). O espetáculo é também capaz de influenciar potenciais participantes. As manifestações que irromperam na esfera pública, como a greve dos operários da construção civil ou o movimento pela anistia, foram, por exemplo, essenciais para que os protestos das Diretas-Já tomassem a dimensão que alcançaram. As ações, cada vez maiores, contaminam a sociedade com o sentimento de que era outra vez seguro colocar-se em evidência e ocupar as ruas. Por outro lado, ainda que os grandes comícios ou passeatas possam disseminar as pautas e atrair apoios daqueles que são por eles atravessados, a comunicação é muito mais eficiente no nível do cotidiano: os encontros no dia a dia, o panfleto entregue, o alto-falante do bairro, a reunião dos vizinhos.

A análise dos ciclos nos permitiu ainda observar como as contínuas transformações urbanas influenciam nos repertórios de luta. A Praça Rio Branco é, talvez, o maior exemplo disso. Entre os pouco mais de 20 anos que separam o início do primeiro ciclo do fim do terceiro ciclo, ela deixou completamente de figurar dentre os espaços povoados pela memória de lutas em Belo Horizonte. Muito disso, deve-se às intensas transformações que o conjunto sofreu, com a demolição da Feira de Amostras e a construção do terminal rodoviário, além da transformação de todo o conjunto, em uma obra que, durante anos, interditou o espaço para sua apropriação. Cabe também destacar o impacto do trânsito local e regional que a transformou em ponto de passagem para a população, não só metropolitana, mas de todo o estado. Finalmente, há de se destacar que o espaço insere-se numa dinâmica mais ampla de abandono do centro pelas classes de mais altas rendas, acompanhado pelo descaso do poder público. O breve momento em que ela foi ocupada durante os protestos das Diretas-Já, logo cessou com a reabertura da Praça Sete às manifestações, símbolo maior dos espaços de luta em Belo Horizonte.

Pensando em um exemplo ainda mais atual, é possível observar o impacto nas práticas reivindicativas com a transferência da Cidade Administrativa para a periferia de Belo Horizonte, em uma área cercada por rodovias e vazios. O aspecto simbólico

de ocupar o espaço sede do poder estadual não se mostrou equiparável aos custos de sua apropriação, como a dificuldade de acesso, a escassez de locais para os manifestantes se abrigarem em caso de repressão e a falta de visibilidade pública. Em 2014, por exemplo, os moradores da região da Izidora organizaram a Marcha das Ocupações. A manifestação percorria a rodovia MG-010 que dá acesso à Cidade Administrativa, quando foi reprimida pela polícia militar, que fazia uso, inclusive, da cavalaria. De acordo com relatos de militantes, um dos manifestantes foi pisoteado pela cavalaria e golpeado no rosto por um policial que utilizava uma espada (Combate Racismo Ambiental, 2014).

Ainda transpondo a reflexão para os dias de hoje, observamos a tendência de, mais do que somente a privatização dos espaços públicos, seu aniquilamento. Enquanto os espaços públicos são transformados em meros espaços para circulação, observa-se a transferência da convivência e do encontro para espaços privados, como os shoppings, ou os condomínios fechados. O geógrafo Don Mitchell (s/d) refere-se a esse processo como o “silenciamento do espaço público”. Diferente dos momentos estudados, em que o silenciamento dos espaços públicos se deu pela violência e pela repressão, o autor observa que, atualmente, esse processo se dá pela liberalização e acrescenta que para o Estado Neoliberal:

[...] as pessoas podem falar, protestar e fazer piquetes o quanto quiserem, desde que falar, protestar e fazer piquetes não tenham qualquer hipótese de ser eficazes. (Mitchell (s/d, p.22)

Assim, são desenvolvidas estratégias que não necessariamente passam por eliminar os discursos dissidentes, mas por neutralizar o seu impacto no cotidiano. Evidentemente, o uso da força e da repressão são sempre uma alternativa e, quanto mais invisibilizados os sujeitos e os espaços, maior é a chance de que sejam mobilizadas.

Nesse contexto de transferência dos espaços de convivência para espaços geridos pela lógica da propriedade privada, do consumo e da segregação, somado à expertise dos agentes dominantes em tornar a dissidência inofensiva, haveria ainda lugar para o protesto?

Tais respostas prontas não serão encontradas no passado. No entanto, ele nos dá ferramentas para repensarmos hoje nossas estratégias de luta.

Considerações finais

Vistas em retrospectiva, as incontáveis horas dedicadas a vasculhar os arquivos do DOPS/MG e da SESP/MG combinavam um trabalho relativamente mecânico e, por vezes, improdutivo, com o trabalho que se entende como acadêmico, ou seja, de qualificar os conteúdos encontrados, buscando e extrapolando seus nexos.

O trabalho mecânico – abrir pastas de conteúdos, muitas vezes imprevisíveis por não seguirem nenhum sistema catalográfico; percorrer as informações microfilmadas e digitalizadas por vezes ininteligíveis dado aos mosaicos conformados por sobreposição de textos datilografados, fotos, recortes e anotações manuscritas; considerar a utilidade daqueles conteúdos à narrativa, sistematizar as informações selecionadas de modo a possibilitar sua retomada futura, passar à próxima pasta e reiniciar o processo – foi muitas vezes acompanhado da sensação de inutilidade.

Nessas visitas constantes ao Arquivo Público Mineiro - APM, a recepcionista sempre me interrogava ao sair: “Encontrou o que procurava?”. Por educação, eu sempre respondia que sim, que alguns documentos consultados me serviriam. Porém, internamente, sempre deixava o arquivo com uma sensação de incompletude.

Certa vez, em um dos muitos dias de consulta, conheci uma mulher que procurava por documentos que atestavam a vinda de seus antepassados. Ela se encheu de euforia ao encontrá-los e esse sentimento contagiou a todos na sala: aos técnicos, aos outros pesquisadores, e a mim. Senti também uma ponta de inveja desse sentimento de satisfação que surge ao encontrarmos “o” documento buscado.

Outra questão, porém, também me acompanhava durante as consultas, sobretudo quando eram encontrados documentos válidos à pesquisa. Qual a validade das informações contidas nesses arquivos previamente filtrados - com a eliminação daqueles documentos mais “sensíveis” - e categorizados pelos mesmos agentes que, por longo tempo, impediram que os mesmos arquivos cumprissem sua função de “destinação pública”? A perspectiva de reescrever a história revelando os invisibilizados e suas práticas espaciais não estaria desde sempre comprometida frente à desconfiança quanto à integridade daqueles arquivos finalmente disponibilizados à consulta pública?

Para a construção de nexos entre os ativismos e suas práticas espaciais, foi preciso então contrapor ao material dos arquivos da repressão o material produzido por e sobre aquelas e aqueles espreitados por seus agentes em Belo Horizonte nos três ciclos de protestos estudados. Serviu-me de âncora, ainda, o trabalho de outros colegas que

se depararam com a mesma questão já nomeados ao longo desta tese.

Os meses foram se passando, os companheiros de consulta também, porém nunca alcancei o sentimento de completude daqueles que se deparam com um documento capaz de responder, se não a todas, a boa parte das perguntas de pesquisa. Pensando novamente na indagação da recepcionista, percebo que sim, encontrei o que estava procurando, mas que há ainda muito por encontrar, pois é no acúmulo sempre incompleto das investigações dentro e fora da academia que vamos construindo uma trama historiográfica mais diversa. Cada um dos fragmentos adicionados a essa trama, ao contrário de negar as narrativas existentes sobre os eventos e práticas, contribuem para a desconstrução de seu caráter homogeneizante, ampliando o entendimento em torno de determinados eventos. Como defende Verônica Gago (2019), esse movimento não resulta simplesmente em preencher as lacunas deixadas. A recuperação das ausências resulta, sobretudo, na necessária reestruturação das próprias narrativas.

Do excesso e redundância de informações acumulados ao longo das consultas, somente parte foi possível mobilizar diretamente na construção dos argumentos e narrativas que fundamentam esta tese. Entretanto, informações colhidas nos arquivos e que não compõem diretamente o texto podem vir-a-ser úteis a outres. Assim como eu pude me apropriar das ancoragens deixadas por aqueles que reviraram os arquivos e memórias disponíveis – oficiais ou não – antes de mim, essas informações podem servir de ancoragens para que outras pesquisadoras e pesquisadores teçam relações possíveis. Em lugar de descartá-las ou mantê-las apenas sob meu domínio, a construção de uma plataforma digital apresentou-se como ferramenta de sistematização e publicização desse extenso material. Nas palavras da cientista da informação Maria Aparecida Moura (2022, p. 60), trata-se de “deixar boas esperas” para quem vier a se somar à tarefa coletiva de reescrita da historiografia urbana.

Olhar para os arquivos nos mostra, assustadoramente, como a vida parece sempre se repetir: mesmo nos diferentes contextos políticos sociais abarcados em cada um dos ciclos investigados, a racionalidade dos agentes responsáveis pela vigilância e repressão social permanece a mesma. Arrisco dizer que essa mesma racionalidade é dividida com uma parte considerável da sociedade brasileira que, de tempos em tempos, recicla uma nova-velha “ameaça comunista”. Pelo lado das lutas é também constante essa sensação, em que as pautas parecem se repetir sem grandes avanços.

Ao me deparar nos arquivos da fotógrafa Mana Coelho com a imagem da marcha de 1983 em comemoração ao 8M, o primeiro sentimento que emerge é justamente esse: apesar do tempo que nos separa dessa fotografia, as pautas não poderiam ser mais

atuais: “contra a discriminação da mulher”, “salários iguais”, “postos de saúde”, “basta de violência contra a mulher”.



Figura 50. Passeata do Dia Internacional da Mulher, 1983

Fonte: Acervo do Museu Histórico Abílio Barreto, Mana Coelho, Notação: MC.NEG.4.2-022, apud Musa 2022



Figura 51. Passeata do Dia Internacional da Mulher, 1983

Fonte: Acervo do Museu Histórico Abílio Barreto, Mana Coelho, Notação: MC.NEG.4.2-010, apud Musa 2022

Voltemos agora nosso olhar a uma outra imagem. Separada por exatos 40 anos das anteriores, vemos outra marcha do 8M, dessa vez em 2023. Ela ocupa exatamente o mesmo espaço, a Avenida Afonso Pena e as pautas parecem se repetir. No entanto, são completamente diferentes entre si.

Essas fotos colocadas lado a lado, nos lembram que a transformação se produz vagarosa e discretamente a partir do acúmulo das ações contínuas e cotidianas. Transformação que, sabemos, é frágil, como nos alerta a escalada da ultra direita no Brasil e no mundo.

No entanto são inegáveis as transformações que se revelam na diversidade de corpos que protagonizam a ação, nas novas pautas que se associam às antigas agendas, nas bandeiras que se somam. Essa transformação manifesta-se também no próprio espaço: se antes as manifestantes ocupavam somente uma das faixas da Avenida Afonso Pena, hoje somos capazes de parar a cidade.



Figura 52. Concentração Marcha do 8M, 2023

Fonte: Acervo próprio



Figura 53. Marcha do 8M, 2023

Fonte: Priscila Musa

Referências

ABERS, Rebecca; BÜLOW, Marisa Uon. **Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?**. Sociologias, v. 13, n. 28, p. 52-84, 2011.

ABREU, Alzira Alves de. Organização Revolucionária Marxista — Política Operária (Polop). In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**, s/d. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo> acesso em 26 de dezembro de 2021.

ABREU, Mauricio de Almeida. **Sobre a memória das cidades**. In: Colóquio O discurso geográfico na Aurora do século XXI, 27-29 nov., 1996, Florianópolis. Anais

Acervo do Arquivo Público Mineiro (APM) - Fundo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS): Pasta 188, 1962; Pasta 290, 1962.

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. **Vastos subúrbios da nova capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte**. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. **A casaca do Arlequim: Belo Horizonte, uma Capital Eclética do Século XIX**. São Paulo/Belo Horizonte: Editora UFMG/EDUSP, 2021.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. **BELO HORIZONTE: Uma história em marcha**. Belo Horizonte, 197. Disponível em: <file:///Users/lais/Desktop/157.pdf>

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. História do Legislativo Mineiro. Belo Horizonte, s/d. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/a-assembleia/memoria/linha-do-tempo/>

ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. **DOPS/MG: Imaginário Anticomunista e Policiamento Político (1935-1964)**. Dissertação (mestrado) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

BEDÊ, Mônica Maria Cadaval. **Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular: 1993/1996.2005**.

Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais.

BELOTUR. **Memórias de Resistência: Lugares de repressão e de luta contra a Ditadura Militar de 1964–1985, em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: PBH, 2014.

BERTOLINO, Farley. **Movimento Estudantil e esquerda católica na capital mineira: história e memória de uma geração–1961/1968**. 2010. Tese de Doutorado. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG.

BORBA, Julian. Participação política como resultado das instituições participativas: oportunidades políticas e o perfil da participação. In. **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília, DF: Ipea, v. 7, p. 65-76, 2011.

BORSAGLI, Alessandro. **Metamorfoses urbanas: Praça Rui Barbosa na década de 60**. Belo Horizonte: s/d. Disponível em: <https://curraldelrei.blogspot.com/2011/09/metamorfoses-urbanas-praca-rui-barbosa.html>

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 898, DE 29 DE SETEMBRO DE 1969**.

BRINGEL, Breno. **Ativismo transnacional, o estudo dos movimentos sociais e as novas geografias pós-coloniais**. Estudos de Sociologia, v. 2, n. 16, p. 185-215, 2011.

BRUZIGUETTI, Bruno. 2014. Os fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional e seu legado na constituição do Estado brasileiro contemporâneo. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 2, n. 1, pp. 47–64.

BRUZIGUETTI, Bruno. **Os fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional e seu legado na constituição do Estado brasileiro contemporâneo**. Revista Sul-Americana de Ciência Política, v. 2, n. 1, p. 47-64, 2014.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Conheça os endereços que já abrigaram a CMBH**. 2010. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2010/01/conhe%C3%A7a-os-endere%C3%A7os-que-j%C3%A1-abrigaram-cmbh>

CAMILO, José Vítor. **Elevado Castelo Branco passará a se chamar Dona Helena**

Greco: Projeto de lei que troca o nome do elevador foi aprovado nesta terça-feira. Publicado em 25 de março de 2014. Jornal O Tempo. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/elevador-castelo-branco-passara-a-se-chamar-dona-helena-greco-1.813555>

CANALE, Dario. **Problemas da construção da história do Partido Comunista Brasileiro.** São Paulo: Novos Rumos, 1, 1986.

CÂNDIDO, Carlos Alberto. **O grito de uma geração.** Jornal O Cometa, Junho 2007, Nº 317, Ano 28.

CAPANEMA, Patrícia. **A fundação de Belo Horizonte: ordem, progresso e higiene, mas não para todos.** Caderno Metrôpoles, São Paulo, v. 23, n. 52, pp. 1061-1084, set/dez 2021

CARDOSO, Ruth. **Movimentos sociais na América latina.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 1, n. 3, p. 27-37, 1987.

COMBATE RACISMO AMBIENTAL. MG - **Cavalaria da PM pisoteia moradores de ocupações em protesto na Capital,** 31 de julho de 2014. Disponível em: <https://acervo.racismoambiental.net.br/2014/07/31/mg-cavalaria-da-pm-pisoteia-moradores-de-ocupacoes-em-protesto-na-capital/> .

COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina.** 3a Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS. III Encontro Nacional De Estudantes (III ENE). In. **Repressão ao Movimento Estudantil e às Universidades em Minas Gerais. Belo Horizonte: Comissão da Verdade em Minas Gerais,** s/d. Disponível em: <http://www.comissaodaverdade.mg.gov.br/handle/123456789/618>

DANTAS, Nancy. Primer acto: Problemas em elarchivo. In.: **Archivos Del Comuñ . El Archivo Anómico, II,**2017, Madri. Epílogo editorial, Madri:RedCSur,2017.

DE ALMEIDA, Rafael Gonçalves; DA SILVEIRA GRANDI, Matheus; MOREIRA, Marianna Fernandes. **OÏKOS, ÁGORA E EKKLESÍA.** Revista Cidades, v. 6, n. 9, p. 67-92, 2009.

DE MENDONÇA, Jupira Gomes. **Mobilidade residencial e dinâmica das transfor-**

mações socioespaciais na metrópole belo-horizontina. Cadernos Metr pole, n. 09, p. 39-79, 2003.

DE SOUZA, Marcelo Lopes. **A “nova gera o” de movimentos sociais urbanos e a nova onda de interesse acad mico pelo assunto.** Revista Cidades, v. 6, n. 9, 2009.

DE SOUZA, Marcelo Lopes. **Com o Estado, Apesar do Estado, Contra o Estado.** Revista Cidades, v. 7, n. 11, 2010.

DOSSE, François. **História do tempo presente e historiografia.** Revista Tempo e Argumento, vol. 4, n.1, 2012, pp. 5-23.

DRUMMOND, Roberto. **Hilda Furacão.** 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. Scipione, 1991.

DULCI, Otávio Soares. **Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais.** Editora C/Arte, 1996.

ESTAVILLE, JR., Lawrence E. **Organizing Time in Historical Geography.** In: GREEN, D. Brooks (ed.). Historical Geography: a methodological portrayal. Savage, Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, c1991. p. 310-324.

EVARISTO, Concei o. **Becos da Memória** (livro eletr nico). Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

FARIA, Maria Auxiliadora. **Belo Horizonte: espaço urbano e domina o política (uma abordagem histórica).** Revista do Departamento de História, Fafich/UFMG, v. 1, p. 26-43, 1985.

FEDERICI, Silvia. 2019. **O ponto zero da revolu o: trabalho doméstico, reprodu o e luta feminista.** São Paulo: Elefante.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolu o: trabalho doméstico, reprodu o e luta feminista.** Editora Elefante, 2019.

FONSECA, Marcelo. **Um dia de militância histórica.** Jornal Estado de Minas, 09 de junho de 2017. Disponível em: <http://www.comissaodaverdade.mg.gov.br/handle/123456789/635?show=full>

FREITAS, Jeanne Marie Ferreira. **Perspectivas do planejamento urbano contem-**

porâneo: reflexões a partir do caso de Belo Horizonte. 2006. Dissertação (mestrado) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais

G1 Minas. **Ministério Público Federal pede, na Justiça, a retomada das obras do Memorial da Anistia, em BH.** G1 Minas, Belo Horizonte, 01 de outubro de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/10/01/mpf-pede-na-justica-a-retomada-das-obras-do-memorial-da-anistia-em-bh.ghtml>

GAGO, Verónica. 2019. **La potencia feminista.** Madrid: Traficantes de Sueños. Disponível em: https://traficantes.net/sites/default/files/pdfs/TDS_map55_La%20potencia%20feminista_web.pdf. Acesso em: 8 mar. 2024.

GAGO, Verónica. **La potencia Feminista.** Traficantes de Sueños: Madri, 2019. Disponível em: https://traficantes.net/sites/default/files/pdfs/TDS_map55_La%20potencia%20feminista_web.pdf

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** Belo Horizonte: Edições Loyola, 1997.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas.** Editora Ática: São Paulo, 1998.

GOSS, Karine Pereira; PRUDENCIO, Kelly. **O conceito de movimentos sociais revisitado.** Em Tese, v. 1, n. 2, p. 75-91, 2004.

GROS, Frédéric. 2018. **Desobedecer.** São Paulo: Ubu.

GROS, Frédéric. **Desobedecer.** São Paulo: Ubu Editora, 2018

GUIMARÃES, Berenice Martins. **Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada.** 1991. Tese (doutorado). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade.** Niterói: EDUFF, 1997.

HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle.** Remate de Males, v. 5, p. 95-119, 1985.

HARTMAN, Saidiya. **Vênus em dois atos.** Revista ECO-Pós, v. 23, n. 3, p. 12-33, 2020.

HARTMAN, Saidiya. **Vidas Rebeldes, Belos Experimentos: Histórias Íntimas de Meninas Negras Desordeiras, Mulheres Encrenqueiras e Queers Radicais**. Fósforo, 2022.

HARVEY, David. **Paris, capital da modernidade**. São Paulo: Boitempo, 2015.

KORNIS, Mônica Almeida. Centro Popular de Cultura. In: **A trajetória política de João Goulart**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Centro_Popular_de_Cultura acesso em 26 de dezembro de 2021

KOWARICK, LUCIO. **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. Lua Nova, São Paulo: Paz e Terra, n. 16, 1989.

LE VEN, Michel Marie; NEVES, Magda de Almeida. 1996. Belo Horizonte: trabalho e sindicato, cidade e cidadania (1897–1990). In: DULCI, Otavio Soares (org.). **Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais**. Belo Horizonte: C/Arte, pp. 75–106.

LE VEN, Michel Marie; NEVES, Magda de Almeida. **Belo Horizonte: trabalho e sindicato, cidade e cidadania (1897-1990)**. In. Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais. Belo Horizonte: C/Arte, p. 75-106. 1996.

LEFEBVRE, Henri. 2014a. **A critique of everyday life, volume II: foundations for a sociology of the everyday**. London: Verso.

LEFEBVRE, Henri. 2014b. **A critique of everyday life, volume III: from modernity to Modernism (towards a metaphilosophy of daily life)**. London: Verso.

LEFEBVRE, Henri. **A critique of Everyday Life**. Verso: Londres, 2014.

LINCE, Leonardo. **Irrupção, fim de ciclo e interregno**. Correio da Cidadania, São Caetano do Sul, 30 de agosto de 2013. Disponível em: <https://www.correiocidadania.com.br/colunistas/leo-lince/8794-30-08-2013-irrupcao-fim-de-ciclo-e-interregno>

MACHADO, Lara. **O CAMINHO DE EXU, DA PRISÃO AO MUSEU: Retidos durante décadas, objetos sagrados de religiões afro-brasileiras finalmente deixam o acervo da polícia para virar exposição no Rio de Janeiro**. Revista Piauí, on-line, janeiro de 2023. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com>.

br/o-caminho-de-exu-da-prisao-ao-museu/?fbclid=PAAaadWg7SsGUfPAmIFl6tnsR-gPHRWg65uLAdQ5JAuiuJuwbdixjwioVICbZo

MAGALHÃES, Fabiano Rosa de Magalhães. **A cidade e as manifestações coletivas: a constituição da Praça Sete como espaço da expressão política.** Revista Espacialidades, p.130-158.

MITCHELL, Don. **The liberalization of free speech: or, how protest in public space is silenced.** Disponível em: https://chisineu.files.wordpress.com/2013/03/biblioteca_free_speech_don_mitchell.pdf.

MORÁN María Luz. **Viejos y nuevos espacios para la ciudadanía: la manifestación del 15 de febrero de 2003 en Madrid.** Política y Sociedad, Madrid, vol. 42, n.2, p. 95-113. 2005.

MORÁN, María Luz. 2005. Viejos y nuevos espacios para la ciudadanía: la manifestación del 15 de febrero de 2003 en Madrid. **Política y Sociedad**, v. 42, n. 2, pp. 95–113.

MORENO, Andrea; VAGO, Tarcísio Mauro. **Nascer de novo na cidade-jardim da República: Belo Horizonte como lugar de cultivo de corpos (1891-1930).** Pro-Posições, Campinas, v. 22, n. 3 (66), p. 67-80, set./dez. 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Incômoda Memória: Os arquivos das ASI universitárias.** 2011.

MOURA, Maria Aparecida. **Arquivos, organização e pesquisa.** In.: CARNEIRO, Natalia; SANTANA, Bianca; GAIA, Gabriela (orgs.). Insumo para ancoragem de memórias negras. São Paulo: Oralituras, Fundação Rosa Luxemburgo, Casa Sueli Carneiro, 2022.

MUSA, Priscila Mesquita. **Quem vê cara não vê ancestralidade: arquivos fotográficos e memórias insurgentes de Belo Horizonte.** 2022. Tese (Doutorado). Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

NAHAS JÚNIOR, Antônio. **A queda: rua Atacarambu, 120.** Belo Horizonte: Sciptum, 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. **O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capita-**

lista no Brasil. Novos estudos CEBRAP, p. 67-85, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/NZdtrpkH99L4r4zfbTN3Pw/?format=pdf&lang=pt>

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. 2010. **O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959–1964).** Rio de Janeiro: E-papers.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. **As passeatas do movimento de favelas de Belo Horizonte: a instituição da ação coletiva (1961-1964).** In.: Associação Nacional de História – ANPUH XXIV Simpósio Nacional de História - 2007

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. **Associativismo de trabalhadores de favelados no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 31, n. 65, p. 349- 368, 2018.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. **O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959- 1964).** Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. **O movimento de favelas de Belo Horizonte e o Departamento de Habitação e Bairros Populares (DHBP).** Revista Mundos do Trabalho, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 100-120, 2012.

PEREIRA, Josemeire Alves et al. **Para além do horizonte planejado: racismo e produção do espaço urbano em Belo Horizonte (séculos XIX e XX).** Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, 2019.

PEREIRA, Raquel Aparecida. **Bandeiras Vermelhas nas ruas da cidade! Comunismo e Espaço Público em Belo Horizonte (1945-1951).** Dissertação (mestrado) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

PIMENTEL, Thais. **Por falta de provas, MPF arquiva inquéritos que investigavam irregularidades em obras do Memorial da Anistia, em BH.** G1 Minas, Belo Horizonte, 25 de junho de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/06/25/por-falta-de-provas-mpf-arquiva-inqueritos-que-investigavam-irregularidades-em-obras-do-memorial-da-anistia-em-bh.ghtml>

RAMOS, Tatiana Tramontani. **A Dimensão Espacial das Lutas Sociais: A Experiência do Movimento dos Sem-Teto.** Revista Continentes, Rio de Janeiro, ano 2, n.2,

p.96-123, 2013.

REIS, João José. **A greve negra de 1857 na Bahia**. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

RODRIGUES, Glauco Bruce. **Geografia histórica e ativismos sociais: a articulação entre campos de pesquisa**. In.: XIII ENANPEGE, 2019, São Paulo. Anais, São Paulo.

RODRIGUES, Glauco Bruce. **Geografias Insurgentes: um olhar libertário sobre a produção do espaço urbano através das práticas do movimento hip hop**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2005.

RUBENS, Ney. **Fotógrafo relembra comício das Diretas que reuniu 300 mil em MG**. Terra, Caderno Política, 24 de fevereiro de 2014. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/fotografo-relembra-comicio-das-diretas-que-reuniu-300-mil-em-mg,3787ea720d654410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>.

SADER, Eder. 1988. **Quando novos atores entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SADER, Eder. **Quando novos atores entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. Da leitura do território ao planejamento urbano: o caso de Belo Horizonte. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Engenheiro Aarão Reis: o progresso como missão**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997.

Salles, Renata de Leorne. **A cultura e o resgate simbólico de áreas centrais: o caso do Cine Brasil e seus efeitos em Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 2019. 120 f.: il. Orientadora: Luciana Teixeira de Andrade Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

SANT'ANNA, Marcus Vinícius. **Entre o Projeto Urbano e o Lugar: práticas, representações e usos do espaço público no processo contemporâneo de renovação do Hipercentro de Belo Horizonte**. 2008. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais.

SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. **Movimentos sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina**. Editora da UFSC, 2011.

SERPA, Ângelo. **Espacialidade do corpo e ativismos sociais na cidade contemporânea**. Revista Mercator, Fortaleza, v. 12, n. 29, p. 23-30, set./dez. 2013.

SILVA, Débora Raiza Carolina Rocha. **Resistências contrárias: uma análise dos movimentos femininos de Belo Horizonte no ano de 1964**. v. 5 n. 3 (2013): Edição 11 - Temporalidades, Belo Horizonte, Vol. 5, n. 3 (Set./Dez. 2013). Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5526>

SILVA, Marcelo Werner da. **A Geografia e o estudo do passado. Conceitos, periodizações e articulações espaço-temporais**. Terra Brasilis (Nova Série). Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, n. 1, 2012.

SILVA, Margarete Maria de Araújo. **Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras**. Belo Horizonte, Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFMG, 2013. Tese (doutorado)

Sindicalistas vão intensificar campanha contra a carestia. **Jornal Diário de Minas**, Minas Gerais, 9 de maio de 1962.

Sindieletro. **BH foi capital dos atentados terroristas na ditadura**. Publicado em 01/04/2014 Disponível em: <http://sindieletromg.org.br/posts/bh-foi-capital-dos-atentados-terroristas-na-ditadura>

SJPMG. **75 anos: relembre acontecimentos marcantes na história do seu Sindicato**. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <http://www.sjpmg.org.br/2020/10/sjpmg-75-anos-relembre-acontecimentos-marcantes-na-historia-do-seu-sindicato/>

SJPMG. **Comissão da Verdade: Relatório**. Belo Horizonte: 2014. Disponível em: http://www.comissaodaverdade.mg.gov.br/bitstream/handle/123456789/468/Relat%20c3%b3rio%20Sindicato%20COMISSA%cc%83O%20DA%20VERDADE_SJPMG_BH%20_OUT_DEZ_2013.pdf?sequence=1&isAllowed=y

SOBREIRA, Fabiano; LEDES, Bárbara; MARTINS, Stefanie. **Assembleia Legislativa de Minas Gerais: Arquitetura, Concursos e Capital Simbólico**. In: V ENANPARQ, 13-19 out., 2018, Salvador. Anais. Disponível em: <https://fabianosobreira.files.wor>

dpres.com/2018/10/fabiano-sobreira-v-enanparq-artigo- 2018.pdf

SOUZA, Marcelo José Lopes; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: Unesp, 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa Sócio-espa- cial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Os senhores das Gerais: os novos inconfiden- tes eo golpe militar de 1964**. (No Title), 1986.

TARROW, Sidney. 2010. **Power in movement**. Cambridge: Cambridge University Press.

TARROW, Sidney. **Power in movement**. Cambridge University Press, 2010.

TATAGIBA, Luciana. **Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil**. Revista Política & Sociedade, Florianópolis, v. 13, n. 28, 2014. Disponível em: [https://periodi- cos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2014v13n28p35](https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2014v13n28p35)

TILLY, Charles. 2004. **Social Movements, 1768-2004**. Boulder, CO: Paradigm Pub- lishers.

TILLY, Charles. 2005. **Identities, boundaries, and social ties**. Boulder, Colo: Para- digm Publishers.

TILLY, Charles. 2006. **Regimes and Repertoires**. University of Chicago Press. Pro- Quest Ebook Central, <https://ebookcentral.proquest.com/lib/uu/detail.action?do- cid=485999>.

TILLY, Charles. **Social Movements, 1768-2004**. Boulder, CO: Paradigm Publishers. 2004.

TV Globo. **Onze são indiciados por irregularidades na construção do Memorial da Anistia, em BH**. TV Globo, Belo Horizonte, 12 de setembro de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/09/12/onze-sao-indiciados- por- irregularidades-na-construcao-do-memorial-da-anistia-em-bh.ghtml>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **História**. s/d. Disponível em: <https:// www.ufmg.br/80anos/historia.html>

URVOY, Philippe. **Cidade em Disputa: lutas de moradores e urbanismo autoritário em Belo Horizonte (Brasil) e Porto (Portugal) – 1960-1980**. 2020. Tese (Doutorado). Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

VELOSO, André Henrique. **O Ônibus, a Cidade e a Luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço**. 2015. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais.

VILELA, Nice Marçal. **Hipercentro de Belo Horizonte: movimentos e transformações espaciais recentes**. 2006. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/ Lincoln Institute, 2001.

WAISMAN, Marina. **El interior de la historia**. Bogotá: Escala, 1990.

WERNECK, Gustavo. **Conheça a história dos quatro cantos da Praça Sete**. Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte, 21 de julho de 2012. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/07/21/interna_gerais,307333/conheca-a-historia-dos-quatro-cantos-da-praca-sete.shtml

WERNECK, Gustavo. **Saiba como foi construído o Pirulito da Praça Sete**, símbolo de BH. Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte, 05 de novembro de 2021. SABIA NÃO, UAI. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/11/05/interna_gerais,342859/saiba-como-foi-construido-o-pirulito-da-praca-sete-simbolo-de-bh.shtml